



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FRANCISCO DE ASSIS ALENCAR PEREIRA FILHO

“TODA VEREDA DE ROÇA VAI DESCAMBAR NA CIDADE”: O TRABALHO DOS
GALEGOS/CREDIARISTAS

FORTALEZA

2019

FRANCISCO DE ASSIS ALENCAR PEREIRA FILHO

“TODA VEREDA DE ROÇA VAI DESCAMBAR NA CIDADE”: O TRABALHO DOS
GALEGOS/CREDIARISTAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P491" Pereira Filho, Francisco de Assis Alencar.
"Toda vereda de roça vai descambar na cidade" : o trabalho dos galegos/crediaristas / Francisco de Assis Alencar Pereira Filho. – 2019.
119 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.

1. Psicologia Social do Trabalho. 2. Informalidade laboral. 3. Etnografia. I. Título.

CDD 150

FRANCISCO DE ASSIS ALENCAR PEREIRA FILHO

“TODA VEREDA DE ROÇA VAI DESCAMBAR NA CIDADE: O TRABALHO DOS
GALEGOS/CREDIARISTAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Simone Simões Ferreira Soares
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Renata Guimarães de Carvalho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ao meu avô, Chico Né.

AGRADECIMENTOS

Ao meu querido professor e orientador Cássio Adriano Braz de Aquino, pelos ensinamentos, pela competência, pelo cuidado, pela paciência, pela leveza e bom humor e pela convicção que eu tenho de que esse trabalho jamais teria existido se não fosse pelo senhor.

As professoras da banca examinadora, Simone Simões Ferreira Soares e Renata Guimarães de Carvalho, pela grande honra que me concederam ao aceitarem participar da construção dessa dissertação, pelo tempo dedicado à sua apreciação e pelas valiosíssimas contribuições, sem as quais o produto desse trabalho não teria sido o mesmo.

A minha mãe, Socorro, e aos meus irmãos, Leonardo, George e Hudson: o meu porto seguro, meu firmamento, meu tudo. Vocês são o que há de mais importante na minha vida. Mesmo longe, sei que posso sempre contar com vocês. Muito obrigado por tudo.

E em se tratando de família, eu não poderia jamais esquecer do Mateus e do Gabriel, meus “primos-irmãos” mais novos que eu sei que estarão sempre na torcida por mim. Muito obrigado pelo enorme carinho. O “Fifii” ama muito vocês.

Aos meus primos Jaquermundo, Fabrício, Carlos e a Viviane por terem acreditado e dado vazão a minha proposta e por todo apoio e disponibilidade dispensados para que a pesquisa de campo fosse viabilizada. Também sou só gratidão pelas contribuições de todos os trabalhadores que aceitaram fazer parte dessa investigação.

A família Rodrigues, especialmente a dona Fátima, pelo acolhimento, pela consideração, pelo cuidado e amabilidade. A senhora é uma das pessoas mais generosas e de bom coração que eu já conheci.

Ao estimado Bruno Sales pela revisão do texto, mas, antes de tudo, pela amizade, apoio, paciência, serenidade e companheirismo sinceramente demonstrados durante todos esses anos em que dividimos o mesmo apartamento na residência universitária 433. São imensuráveis o carinho e consideração que tenho por você.

Ao meu grande amigo Dimitre, por não ter permitido que eu desistisse quando eu praticamente já tinha entregado os pontos. Serei sempre muito grato por você ter me dado a mão e me convencido a redirecionar o meu caminho.

A Vaneska, pelo suporte a mim conferido durante o processo seletivo. Bem como ao Nathan, ao Tainã e a professora Raquel pela prontidão e paciência em sanar minhas dúvidas e pelas revisões de texto.

Em nome da Van e da Evinha, duas grandes queridas, agradeço a todos os meus amigos e as pessoas que sempre estiveram ao meu lado, incentivando-me e torcendo por mim.

Por fim, extendo minha gratidão à CAPES - Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio financeiro que tornou possível a minha dedicação a elaboração desse trabalho.

*“Ou então,
vai embora,
vai pra longe
e deixa tudo.
Tudo que é nada.
Nada pra viver,
nada pra dar.
Coragem pra suportar.
(Gilberto Gil)*

RESUMO

Tradicionalmente, a psicologia do trabalho manteve como foco de estudos e intervenções os ofícios e organizações institucionais e legalmente reconhecidas. No entanto, há, no Brasil, uma miscelânea de trabalhadores atuando em atividades dissidentes, buscando viabilizar suas próprias inserções econômicas. Em grande parte dos casos, essas inserções estão situadas no espectro da informalidade e são invisibilizadas, precarizadas e desassistidas. A Psicologia Social do Trabalho tem assumido o compromisso de lançar um olhar sensível sobre essas atividades, localizando-as em uma discussão mais ampla no mundo laboral, e, junto a esses trabalhadores, têm buscado refletir sobre estratégias contributivas ao aperfeiçoamento e transformação das condições de trabalho e da vida desses sujeitos. Tendo em vista essa problemática, propusemo-nos a realizar um estudo sobre a prática laboral de uma categoria de trabalhadores informais popularmente denominados de galegos/crediaristas, destacando os processos organizativos que são engendrados a partir da ação e da experiência de trabalho no cotidiano desses trabalhadores. O recorte populacional desse estudo se atém aos galegos/crediaristas oriundos do município de Pio IX, no interior do Piauí, que se deslocam para diversas cidades do país a fim de trabalhar e garantir meios de sobrevivência para si e para sua família. Nossa proposta investigativa está ancorada em uma base teórico-metodológica que se fundamenta na intersecção de conhecimentos produzidos entre os campos da Psicologia Social do Trabalho e da pesquisa de inspiração etnográfica. À luz dos debates que têm sido empreendidos atualmente no campo da Psicologia Social do Trabalho, destacamos as ruralidades, os processos de migração laboral e a inserção e permanência no âmbito da informalidade como temas privilegiados de discussão, por serem aspectos fundamentalmente atravessadores dessa prática e da vida dos sujeitos implicados nela. Pensando no aprofundamento de uma compreensão da atividade exercida por esse agrupamento de trabalhadores - e de como ela refrata nos seus modos de vida -, optamos por realizar um estudo de inspiração etnográfica, utilizando a observação participante como estratégia de pesquisa. A presente investigação resultou em um esforço de sistematização da vida laboral cotidiana desses trabalhadores e identificação das principais estratégias utilizadas por eles para “criar” trabalho, amparadas em uma discussão sobre movimentos no mundo do trabalho e cenário laboral brasileiro.

Palavras-chave: Psicologia Social do Trabalho. Informalidade laboral. Etnografia.

ABSTRACT

The work psychology has traditionally given emphasis to studies and interventions concerning legally and institutionally recognized crafts and organizations. However, in Brazil, there is a variety of workers operating in dissident activities, pursuing their own economic insertions. In most cases, situated in the informal spectrum, these insertions are unassisted and made invisible and precarious. The Work Social Psychology has committed to take a discerning look at these activities, placing them on a wider discussion in the world of work, and along with these workers, has sought to reflect on contributory strategies to improve and transform these people work and life conditions. The current research, based on this, had as an interest to study about the work practices of a category of informal laborers, popularly known as *galegos* or *crediaristas*, emphasizing their systematic processes that are created from the labor actions and experiences from these workers. The population group of this research is composed of *galegos* from the town of Pio IX, located in Piauí's countryside, who migrate to various Brazilian cities to work and guarantee means of survival to themselves and their families. Our investigative proposal is set on a theoretical-methodological basis which is supported on the intersection of knowledge from the fields of Work Social Psychology and ethnographic research. In the light of the current debates in the field of the Work Social Psychology, we emphasize as discussion subjects in this research, the ruralities, the laboral migration processes and the insertion and permanence in the informality scope, as they fundamentally permeate this practice and the involved people's lives. And by the thought of deepening the comprehension of the activity practiced by this group of workers – and how it refracts in their way of living – we chose to conduct a study with ethnographic inspiration, using the participant observation as a favored research strategy. Subsidized by the interface between Work Social Psychology and ethnographic research, this research resulted in an effort to systematize the everyday laboral life of these workers and the identification of their main strategies used by them to “create” work, set on a discussion concerning the Brazilian working scenario and movements in the working world.

Keywords: Social Work Psychology. Informal work. Ethnography

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Anverso de cartão utilizado por galegos/crediaristas.....	57
Figura 2 - Verso de cartão utilizado por galegos/crediaristas	58
Figura 3 - Vendedor de um Crediário elementar	67
Figura 4 - Vendedor de um Crediário do tipo médio	68
Figura 5 - Vendedor de um Crediário funcional	69
Figura 6 - Estoque de mercadorias no armazém do Crediário	75
Figura 7 - Veículo de carroceria abastecido de mercadorias.	75
Figura 8 - Calendário utilizado pelo cobrador como instrumento de trabalho	94
Figura 9 - Na rota do tuneral de Juca (1).....	98
Figura 10 - Na rota do tuneral de Juca (2).....	99
Figura 11 - Na rota do tuneral de Juca (3).....	100

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O OFÍCIO DOS GALEGOS E A PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO	17
2.1 Considerações sobre a Psicologia Social do Trabalho e o estudo dos Galegos	21
2.2 Ruralidades, Migração Laboral e Informalidade.....	27
2.3 Da Psicologia Social do Trabalho à Etnografia	37
3 DESLOCAMENTOS, COTIDIANO E PROCESSOS ORGANIZATIVOS	44
3.1 “Tudo é interior”	47
3.2 A labuta na cidade grande	53
4. FILHOS BASTARDOS DA RUA	73
4.1 O Patrão	81
4.2 O Vendedor	86
4.3 O Cobrador	92
4.4 Quem está na rua está sujeito a tudo	102
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	112
ANEXOS	117
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	118

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma investigação desenvolvida no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, no biênio 2017-2018. Essa proposta investigativa está ancorada em uma base teórico-metodológica que se fundamenta na intersecção de conhecimentos produzidos no campo da Psicologia Social do Trabalho e na pesquisa etnográfica. A partir da orientação teórica e da utilização de ferramentas de pesquisa caras a essas duas áreas de produção do conhecimento, implicamo-nos no estudo de um agrupamento de trabalhadores informais popularmente conhecidos como “galegos” ou “crediaristas”. Em outras partes do país, o trabalhador que atua nessa atividade também é conhecido por outras denominações, entre elas: gringo, cassaco, mascate, prestanista e ambulante. À prática laboral desenvolvida pelos galegos denominaremos de “Crediário”, pois é dessa maneira como eles costumam designar o ofício que operam.

A atividade dos galegos/crediaristas é baseada na comercialização de objetos de uso doméstico, feita face a face, e marcada pela negociação do parcelamento do valor total do produto vendido. No momento da transação, o(a) cliente já recebe a mercadoria e o valor da primeira parcela será pago, geralmente, no prazo de um mês. O trabalho dos galegos/crediaristas preserva histereses de práticas comerciais que eram muito comuns no passado, quando as relações mercantis possuíam um caráter predominantemente comunitário e as negociações eram baseadas em critérios de honradez e confiança. Em decorrência disso, outro aspecto importante que circunscreve a negociação na atividade dos galegos é a inexistência de uma garantia formal ou outro meio que assegure o trabalhador quanto ao recebimento dos valores negociados pelo objeto vendido. A única salvaguarda de que o crediarista receberá seu pagamento, conforme acordado com o(a) freguês(a), é a confiança na palavra do comprador.

Outra característica marcante do agrupamento de crediaristas eleitos nessa investigação é a condição de imigrantes laborais compartilhada por eles. Esse traço nos fez optar por demarcar como objeto de estudos os galegos/crediaristas oriundos de uma pequena cidade do interior do Piauí, Pio IX, que se deslocaram dela no intuito de trabalhar em cidades médias e grandes capitais do Brasil. Portanto, um dos aspectos constitutivos dos trabalhadores que compõem o agrupamento que pesquisamos é o fato de serem migrantes laborais: sujeitos desterrados de seu modo de vida pacato, típico das pequenas cidades do interior do Nordeste, e agora imersos na dinâmica frenética dos grandes aglomerados urbanos. No caso dos

galegos/crediaristas oriundos do município de Pio IX, esse movimento migratório interno ocorre mediante recrutamentos parentais, os quais revelam a tessitura de redes sociais de acolhimento nesse processo. Isso nos leva a outro importante aspecto constitutivo da atividade dos galegos: os grupos de trabalho são geralmente compostos por membros de uma mesma família ou por concidadãos fora do seu lugar de origem.

Ao fazermos a opção por realizar uma investigação sobre este ofício e os sujeitos que atuam nele, perquirimos dados sobre esses trabalhadores em várias fontes, como bibliotecas, periódicos acadêmicos e sites de busca, conforme orientam Ribeiro et al (2017, p. 109):

Para que um psicólogo realize qualquer atividade junto a grupos de trabalhadores é fundamental conhecer as características do trabalho em questão: as condições físicas em que ele é realizado, a organização do trabalho, o ramo da atividade em que se insere [...]. Ou seja, é fundamental que a saída a campo seja antecedida de uma pesquisa ampla (bibliográfica, de documentos públicos, com informantes etc.) que possa informar minimamente ao pesquisador e ao profissional sobre a organização, as condições e as relações de trabalho presentes na atividade que os trabalhadores desenvolvem.

No entanto, a despeito de um longo trajeto em procura de estudos e produções sobre esse tema, em diversas áreas e disciplinas acadêmicas, não conseguimos encontrar nenhum material expressivo abordando o trabalho dos galegos/crediaristas atualmente. Encontramos algumas publicações relacionadas a essa atividade, mas que remetiam à sua existência no passado (GOULART, 1967; PIMENTEL, 1986; FRANKLIN, 2009).

Foi em razão dessa busca malograda que constatamos o quão invisibilizada é essa categoria de trabalhadores, que outrora foi tão presente no cotidiano e na vida dos brasileiros e, de certo modo, ainda o é, muito embora atualmente essa atividade seja mais comumente exercida em bairros periféricos e cidades do interior. Foi também devido à escassez de referências que chegamos à conclusão de que a pesquisa etnográfica seria a ferramenta mais adequada à exequibilidade da nossa proposta, pois ela pressupõe uma teoria que emerge no próprio campo. A respeito disso, concordamos com Peirano (2014, p. 383) quando defende que “monografias não são resultado simplesmente de ‘métodos etnográficos’, elas são formulações teórico-etnográficas.”

De acordo com afirmação de Oliveira (2014, p. 41), “a antropologia volta-se para o estudo do trabalho nas sociedades ocidentais industrializadas valendo-se especialmente da tradição etnográfica e de suas contribuições para a compreensão da técnica e da cultura.” E notadamente no que diz respeito ao nosso trabalho, concordamos ainda com este autor quando ele diz que

o trabalho é espaço de produção intersubjetiva, no qual o simbólico faz a mediação entre pessoas e meio técnico; por isso, o foco nos processos construtivos, isto é, naquilo que se produz em termos simbólicos (saberes coletivos, micropolítica) e materiais investidos simbolicamente (técnicas, formas de enfrentamento da realidade). (OLIVEIRA, 2014, p. 46)

Como dissemos anteriormente, nosso trabalho tem como aporte teórico a perspectiva da Psicologia Social do Trabalho e outras filiações de pensamento que concebem o fenômeno laboral como recurso fundamental no processo de individuação e que enxergam as relações trabalho ocupando um lugar de centralidade no ordenamento da vida em sociedade, bem como na constituição das subjetividades. Nesse trabalho, também discutiremos sobre a nossa visão acerca da informalidade laboral, enquanto aspecto atravessador dessa atividade, localizando-a, também, como um forte componente histórico da realidade laboral brasileira e aludindo ao seu papel enquanto recurso de sobrevivência ao qual recorre a parte da população que não consegue ser absorvida pelo campo formal de trabalho.

Apesar de alguns percalços encontrados inicialmente no nosso trajeto de pesquisa, como a parca disponibilidade de estudos acadêmicos sobre o nosso objeto, não desistimos da nossa empreitada. Fizemos incursões exploratórias em espaços onde vivem e atuam alguns desses trabalhadores, como certos locais da periferia de Fortaleza e no município de Pio IX - cidade tomada como referência na construção do nosso objeto. Também recorremos a pessoas conhecidas que procediam nessa atividade para angariarmos informações, a fim de construirmos um *corpus* inicial de dados sobre a prática do Crediário, o qual pudéssemos usar como apoio quando tivéssemos que, efetivamente, ir a campo. Embora ainda incipiente, essa pesquisa inicial baseada em inserções exploratórias e conversas informais nos ajudou a entender um pouco melhor sobre o funcionamento da atividade dos galegos atualmente.

Nossa imersão em campo se deu, de fato, entre os meses de julho e agosto de 2018. Viajamos para a cidade Aracaju, capital do Estado de Sergipe, onde tivemos a oportunidade de acompanhar o cotidiano laboral desses trabalhadores e refletir sobre seus processos organizativos de trabalho e modos de vida, engendrados a partir do ofício que exercem. A opção por esse *lócus* de pesquisa se deu porque já tínhamos um contato anterior com aquele que seria o nosso interlocutor privilegiado em campo, e isso facilitou o processo de inserção. Este é dono de um crediário e patrão de uma equipe de galegos/crediaristas que trabalha para ele, exercendo funções distintas, como venda e cobrança. Todos eles são oriundos do município de Pio IX-PI e, mesmo quando não imersos no mesmo núcleo familiar, acabam por guardar algum laço de parentesco que os une.

Açaçapados pela intensa correria das grandes cidades e pelo ritmo frenético das relações voláteis dos nossos tempos, poderíamos até ser levados a pensar que a atividade dos galegos não fosse mais tão expressiva atualmente, tendo se tornado obsoleta frente às inovações e exigências contemporâneas trazidas pelo atual panorama do mundo do trabalho. Poderíamos ser levados a crer nisso se não conhecêssemos de perto histórias de pessoas que dedicam toda uma vida ao exercício de tal ofício, tirando dele recursos para garantir o seu sustento e o de suas famílias.

Ao transitar por ruas de bairros periféricos de grandes cidades brasileiras, dispendo-nos a lançar um olhar mais atento sobre o cotidiano e a vida simples das pessoas que vivem ali, há uma grande possibilidade de se divisar uma mulher negociando com um galego a compra de uma “tanga” de dormir ou de um jogo de panelas, objetos que estarão sobrepostos a uma enorme variedade de outras mercadorias e sendo transportados dentro de um “carrinho de mão”, cuja feitura beira o artesanal.

Na esteira das transformações que vêm ocorrendo no mundo, o Brasil também vivenciou, ao longo de sua história, consideráveis mudanças econômicas, sociais, políticas e de outras naturezas. No momento atual, essas mudanças parecem ocorrer de forma cada vez mais intensa, motivadas pelo corrente processo de mundialização da economia, pela reconfiguração das relações de trabalho, pela velocidade dos contatos humanos, entre outros fatores. De acordo com Navarro, Maciel e Matos (2017, pp. 45-46)

é tendo como pano de fundo esse quadro de mudanças, esse estado de coisas que podemos entender como adoecem, se acidentam e morem os trabalhadores brasileiros na contemporaneidade. É nesse contexto que se deve pensar o papel do psicólogo social do trabalho: não como um mero reproduzidor da ideologia dominante, que propõe técnicas de intensificação da exploração dos trabalhadores e seu controle, mas como um crítico desse processo, um analista capaz de apontar as contradições existentes nas situações de trabalho e assim contribuir efetivamente para a melhoria das condições de trabalho e de vida da população trabalhadora.

Considerando esses grandes processos de mudança socioeconômica e cultural, algumas das perguntas que nos sobrevieram nas fases iniciais da presente pesquisa foram: como se constitui, atualmente, e o que poderia justificar a permanência de uma atividade tão próxima de uma característica "artesanal" de comércio em uma contemporaneidade eivada de tecnologias e formas estratégicas de comercialização? E em relação ao percurso histórico dessa atividade, que diferenças/mudanças podem ser identificadas se compararmos o seu funcionamento no passado e o presente contexto? Como os galegos oriundos de um pequeno município rural se sentem em meio a uma nova conformação de organização social, cuja dinâmica das relações é deveras acelerada em comparação com o modo de vida provinciano

que eles tinham anteriormente? São esses alguns dos questionamentos que guiaram o nosso olhar investigativo e que mobilizaram as reflexões que ocupam o lugar de respostas a essas demandas iniciais.

No que diz respeito a organização desse trabalho, além dos elementos pré-textuais, pós-textuais e desta introdução, ele está dividido em três capítulos. No primeiro, **o ofício dos galegos e a Psicologia Social do Trabalho**, sob a perspectiva deste campo de estudos, expusemos e discutimos alguns dos preceitos teóricos que orientam suas práticas de pesquisa e intervenção, conferindo ênfase aos aspectos que transversalizam a categoria de trabalhadores eleita como objeto nessa pesquisa. Ainda nessa seção, justificamos a viabilidade interseccional entre a Psicologia Social do Trabalho e a Etnografia.

No segundo capítulo, intitulado **Deslocamentos, cotidiano e processos organizativos** situamos algumas características históricas da atividade dos crediaristas, relacionando-as ao fazer laboral desses trabalhadores no presente. Além disso, buscamos evidenciar uma processualidade característica do nosso recorte populacional (os galegos oriundos do município de Pio IX, no Piauí), destacando suas condições de vida e de trabalho anteriores à migração, bem como a inserção desses sujeitos no contexto social e laboral pós-deslocamento.

Ainda nessa seção, implicamo-nos na tarefa de fazer uma exposição panorâmica do trabalho no Crediário. Para tanto, lançamos mão de uma observação cuidadosa sobre as estratégias utilizadas pelos galegos para criar trabalho, destacando as condições em que eles operam, os instrumentos que utilizam e as categorias “nativas” que orientam o fazer laboral desses trabalhadores. Com base nos dados de pesquisa, também elaboramos uma classificação dos formatos mais comuns dos agrupamentos laborais de galegos/crediaristas (Crediário elementar, Crediário médio/intermediário e Crediário funcional), elencando as principais características e as condições de funcionamento de cada um deles.

No terceiro capítulo, **Filhos bastardos da rua**, perscrutamos a perspectiva dos crediaristas acerca da função específica que eles desempenham no Crediário, possibilitando, assim, uma complementação das informações trazidas no capítulo anterior sobre seus processos de trabalho. Além, disso, buscou-se, também, efetivar uma compreensão mais ampla sobre as concepções que esses trabalhadores têm acerca de sua atividade, bem como as implicações que a atuação nesse ofício pode ter sobre as demais esferas de suas vidas.

Nas **Considerações finais**, apresentamos uma síntese conclusiva tomando como base as principais reflexões e discussões concebidas durante esse percurso de pesquisa, no

anseio de termos contribuído com o intento da Psicologia Social do Trabalho de tornar objeto de discussão as manifestações laborativas tradicionalmente marginalizadas¹.

Por fim, cabe salientar que o projeto que fundamentou essa pesquisa foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFC, (CEP UFC - Universidade Federal do Ceará / PROPESQ-UFC) sob Número de Parecer 3.319.316 e CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 10993419.7.0000.5054.

¹O verso “Toda vereda de roça vai descambar na cidade”, que compõe o título desse trabalho, foi extraído da canção “Estaca zero” (1976), do cantor e compositor cearense Ednardo.

2 O OFÍCIO DOS GALEGOS E A PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO

O trabalho, em suas inúmeras modalidades e modos de organização, vem passando por constantes transformações ao longo da história, acompanhando a reconfiguração de processos sociais ou sendo ele mesmo um dos principais responsáveis pela transformação da sociedade. O advento da modernidade e a eclosão da chamada Primeira Revolução Industrial foram fenômenos que impactaram sobremaneira nas formas como se desempenhavam diversos ofícios. À medida que algumas atividades mais tradicionais iam deixando de existir e outras iam sendo remodeladas, as relações engendradas a partir desses novos *modus operandi* também assumiam outros formatos.

Com as mudanças verificáveis nos processos de trabalho de diversas atividades ao longo do tempo, alguns ofícios bastante populares de outrora não existem mais hoje em dia. A título de ilustração, podemos citar o trabalho do datilógrafo, do projetorista de cinema, do telegrafista e das operadoras telefônicas (quando esse sistema de comunicação à distância era realizado manualmente). Há outras atividades que, se não desapareceram completamente, mantêm agora uma existência acanhada, mostrando-se atualmente bem menos presente do que em comparação com o passado. Podemos ilustrar este pensamento trazendo como exemplo a atividade do carteiro.

A diminuição da recorrência de certas atividades e o surgimento de outras podem ter relação com a perda de valor prático de certos ofícios mediante o desenvolvimento de tecnologias que permitiram uma maior dinamização dos processos produtivos e laborais. Contudo, há atividades que têm um caráter fundante, cuja existência remonta às primeiras civilizações e que ainda permanecem vivas, mesmo a despeito das transformações que marcaram e ainda marcam o mundo do trabalho. Tais atividades parecem ser inerentes ao processo de sociabilidade humana e conseguem se adaptar bem à variabilidade de contextos sociais, políticos e econômicos. Um bom exemplo disso é a atividade comercial.

A palavra “comércio” vem do vocábulo grego *commercium*, e tem sua origem no latim a partir da junção das palavras *com*, que significa “junto” e *merc*, que seria algo como “local de troca”. Conforme definição do dicionário Michaelis (2015), trata-se de um sistema histórico de trocas materiais, de venda e de compra de mercadorias, serviços e valores entre indivíduos e sociedades.

Historicamente, o comércio é uma prática milenar presente nas sociedades desde as primeiras civilizações. Em suas manifestações primárias, essa atividade remete às relações de escambo: trocas utilitárias que tinham como objetivo a subsistência sem pretensão

acumulativa. Situa-se entre as estratégias mais comuns de sobrevivência humana e atuou, ao longo da história, como um importante elo de sociabilidade entre os povos.

No decorrer de eras históricas, as formas de realizar comércio iam assumindo formatos distintos, moldando-se às condições sociais, políticas e econômicas vigentes em cada período. Muitas vezes, a própria prática do comércio foi responsável pela transformação dessas condições. Há fatos evidenciando a atividade comercial como base para a construção e reestruturação de muitos contextos sociais.

Em determinados cenários, essa prática persistiu mesmo sob condições adversas. Na Idade Média europeia, por exemplo, é sabido que houve um período de forte retração da atividade comercial, mas não sua total supressão. A respeito do colapso do comércio no continente europeu dessa época, o historiador Henri Pirenne (1971, p. 86) aponta que

A Invasão mulçumana, que causou sua ruína [do comércio] e fechou o mar, não provocou qualquer reacção. Aceitou-se o fato consumado, e o continente europeu, privado de seus mercados tradicionais, confinou-se, por longo tempo, numa civilização essencialmente rural. O tráfico esporádico que os judeus, os vendedores ambulantes e os mercadores ocasionais praticaram durante a época carolíngia era demasiado fraco e foi, aliás, por completo aniquilado pelas incursões dos Normandos e dos Sarracenos para que se seja tentado a fazer dele o precursor da renascença comercial de que surpreendemos no século X os primeiros sintomas.

O fenômeno a que Pirenne chama de “renascimento do comércio” foi, na verdade, um processo de recrudescimento, pois tal atividade nunca deixara de existir completamente. Com o desenvolvimento da historiografia concernente ao período da Idade Média, surgiram teses (BARROS, 2014; LE GOFF, 1992) que se contrapuseram e lançaram por terra as proposições historiográficas que afirmavam ter havido uma ruptura completa das atividades comerciais durante o período carolíngio. Ruptura essa, segundo Pirenne (1971), motivada pelo bloqueio que os mulçumanos impuseram ao mar Mediterrâneo, que era um importante reduto comercial do Ocidente à época. Esse bloqueio teria tornado o império carolíngio essencialmente terrestre e agrícola.

Ao final do período medieval, o hiato sofrido pelas atividades comerciais no Ocidente viveria o seu ocaso com o surgimento de uma nova classe, a burguesia mercantil. Em paralelo à eclosão e ao estabelecimento da classe burguesa, ocorreram mudanças bastante favoráveis ao reavivamento comercial, entre as quais a reabertura do Mar Mediterrâneo e a expansão ultramarina. A partir daí, o mundo medieval entra em derrocada e uma pluralidade de acontecimentos redimensiona a história do Ocidente. Podemos dizer, então, que o comércio esteve na base de uma transformação inédita e de impacto sem precedentes na história que resultaria, futuramente, na união dos povos de toda terra em uma mesma

civilização: a emergência do capitalismo. Acerca da eclosão desse fenômeno, Comparato (2011, p. 256) diz que

o nascimento do capitalismo na Idade Média europeia representou, por conseguinte, sem nenhum exagero, a mais profunda cesura verificada em todo o processo histórico. Nas civilizações do mundo antigo, como tive ocasião de assinalar, sempre se votou o maior desprezo pelos ofícios mecânicos e a atividade mercantil. É que nenhum dos que se dedicavam a tais ofícios ou ao comércio pertencia, de direito e de fato, a um dos três estamentos tradicionais da multimilenar cultura indo-europeia. Os homens de negócio não nasciam guerreiros nem agricultores, e a sua atividade profissional era considerada absolutamente incompatível com o status religioso (COMPARATO, 2011, p. 256)

Na modernidade, com o advento do modo de produção capitalista, a atividade comercial assume uma nova configuração em relação a outros períodos históricos, ganhando um formato bem mais abrangente e tornando-se uma prática macrossocial integrada em nível mundial. De acordo com Leitão (2000, p. 64)

o comércio, como atividade milenar do homem, representaria este espaço privilegiado de reação ao instituído, ao canônico. No entanto, durante a modernidade, foi reduzido a mais pragmática das suas funções, ou seja, a da produtividade econômica, desprezando-se nele todo o potencial imagético de criação das sociabilidades.

Nesse trabalho, coadunamos com a concepção de Comparato (2011, p.256, grifo do autor) sobre o comerciante e sua prática laboral quando ele diz que “o componente semântico indissociável de *mercadoria* e de *mercador* é justamente a realização de lucros como objetivo da operação de compra para a revenda”. Em seu sentido mais estrito, o comerciante é aquele que lida com mercadorias: compra, revende, mercadeja.

No Brasil da atualidade, também é possível perceber a existência de ocupações que eram muito mais comuns no passado e que trazem consigo certa carga histórica, mantendo seu *modus operandi* clássico, apesar das reconfigurações experimentadas no cenário laboral ao longo de séculos. São atividades tradicionais que apresentam um caráter de resistência frente às exigências de ajustamento ao novo mundo do trabalho e que se colocam na contramão da “modernização” das relações laborais. Quando essas atividades não permanecem incólumes no tempo (no que respeita aos modos de serem realizadas), há algumas que promovem certas adaptações, mas ainda conservam muitas de suas características basilares mesmo diante de cenários que suscitam amoldamentos. É no contexto dessas “resistências laborais” que se insere o ofício de um tipo específico de comerciante, conhecido popularmente como **galego/crediarista**.

Possíveis herdeiros dos antigos mascates e caixeiros viajantes, cujo trabalho tinha como uma de suas principais características percorrer longos caminhos em busca de freguesia, os galegos/crediaristas são vendedores ambulantes (autônomos, informais). As principais características da atividade que exercem consistem na comercialização de utensílios domésticos, que é feita de porta em porta, onde o pagamento pelo produto negociado é dividido, sendo efetuado em várias parcelas. A cada mês um galego/crediarista se dirige até o domicílio do(a) comprador(a) para recolher o valor da prestação.

O antigo mascate é apontado por alguns historiógrafos brasileiros (GOULART, 1967; PIMENTEL, 1986), como figura de grande relevância no processo de expansão das fronteiras econômicas e comerciais do Brasil. De acordo com Kurban (1933, p. 64), “após os gloriosos bandeirantes, ninguém desbravou a interminável floresta com o denodo e persistência do mascate [...], eles têm levado muita coisa da civilização brasileira, das cidades aos mais remotos pontos do sertão.” Nesse sentido, Goulart (1967, p. 86) também aponta que

o mascate rural foi, ainda, não só um desbravador como povoador de ínvios sertões. Quando penetrar o interior brasileiro era aventura de inusitada coragem e admirável desprendimento; quando consideráveis extensões de terras bravias e incultas se interpunham entre insignificantes nódulos populacionais, o mascate empreendia jornadas de meses, sem destino pré-determinado posto que com objetivo certo. E nesse peregrinar já ia exercendo admirável função desbravadora. Se assim foi no Brasil, diferente não foi em todo o continente americano, a ponto de alguém já ter dito ser o mascate o “vanguardeiro da civilização das américas”.

O “Crediário”, designação atribuída pelos próprios galegos/crediaristas a atividade que desempenham, é um tipo de prática comercial de caráter informal, cuja existência é histórica. Conforme situamos anteriormente, o trabalho e os seus processos de realização, assim como todo e qualquer fenômeno humano, não são estruturas que permanecem estáticas frente ao transcorrer do tempo e nem passam incólumes por situações de reconfiguração social, política e econômica. A própria atividade comercial, enquanto categoria mais ampla, passou por modificações no seu *modus operandi* ao longo das eras históricas.

O ofício do galego/crediarista, do qual se tem notícia no Brasil desde os remotos da colonização, também não se pratica atualmente da mesma maneira como se praticou no passado. No entanto, é no mínimo curioso notar que essa atividade ainda permanece viva, apesar de uma maior dinamização dos processos de comércio atuais, onde se verifica, por exemplo, que um bem durável ou não durável de uso doméstico pode ser adquirido pela internet através de um *click* e o pagamento pode ser dividido em um sem-número de vezes no cartão de crédito.

Com base no que foi exposto, ao decidirmos empreender uma pesquisa que tinha como foco o trabalho dos galegos/crediaristas, fizemo-nos alguns questionamentos iniciais relacionados a tal atividade, entre eles: Como se constitui a atividade dos galegos presentemente? Quem são esses trabalhadores, de onde eles vêm e por que escolheram esse ofício? Em se tratando de uma atividade informal, quais os pressupostos do cotidiano que a orientam? Em que regras tácitas ou explícitas esses trabalhadores se baseiam para organizar sua atividade? A esses questionamentos tentaremos responder ao longo deste trabalho.

2.1 Considerações sobre a Psicologia Social do Trabalho e o estudo dos Galegos

Quando nos propomos a realizar um estudo acadêmico, partimos de uma tradição de pensamento estabelecida no âmbito da disciplina de nossa formação, buscando analisar nosso objeto de estudo a partir de uma filiação teórica específica. Segundo Oliveira (1996, p. 15)

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo (ou no campo) esteja na domesticação teórica do seu olhar. Isso porque a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual dirigimos o nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. Esse esquema conceitual é disciplinadamente apreendido durante o nosso itinerário acadêmico (daí o termo disciplina para as matérias que estudamos), funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração.

Nesse estudo, nossa filiação teórica se insere no campo da Psicologia Social do Trabalho, a qual busca compreender o fenômeno laboral de forma multidimensional, contextualizada e cujo foco centra-se no trabalho e no trabalhador e não na organização. Esse campo do saber psicológico se ancora no entendimento de que o trabalho é um instrumento fundamental no processo de individuação e na maneira de o sujeito construir sentidos acerca de si mesmo e do contexto em que está inserido (OLIVEIRA, 2017). De acordo com Aquino, (2011, p. 1)

No campo ontológico, o trabalho é entendido genericamente como atividade de produção do homem em dois estratos diferentes: produção da realidade material e produção subjetiva. Nesta segunda perspectiva do trabalho tentamos entender os processos de hominização, ou seja, como o homem é subjetivado para se tornar um ser social. Uma das formas de expressão dessa organização da subjetividade pelo trabalho é a própria noção de tempo que se vincula a este. A organização do futuro, passado e presente é condicionada pela perspectiva que o trabalhador visualiza de sua ocupação.

Tradicionalmente, a Psicologia do Trabalho, área que, de maneira geral, se interessa pela relação entre subjetividade e os fenômenos relativos ao mundo do trabalho e das organizações, voltou sua atenção para os espaços institucionais. Durante muito tempo, o objetivo maior desse campo de saberes e práticas foi dar sua contribuição a fim de trazer resultados satisfatórios e benefícios para indústrias e organizações, pensando os “recursos humanos” como meio de viabilização desse propósito.

Essa Psicologia do Trabalho, que trava um diálogo bastante afinado com os campos da Administração e da Engenharia, tinha como foco inicial o ajustamento dos trabalhadores às organizações para fins pragmáticos. No entanto, para além do mundo trabalho que abarca indústrias, empresas, escritórios, fábricas e as políticas de gestão das organizações formais, havia um outro mundo do trabalho que é dos trabalhadores autônomos, dos subutilizados, dos informais, dos que fazem “bico” e de tantos outros tantos que, não possuindo vínculos legalmente reconhecidos com nenhuma organização, engendravam seus próprios meios de garantir a sua sobrevivência, “se virando” como fosse possível. Estes trabalhadores, até então, não eram alvo daquela Psicologia do Trabalho (SPINK, 2017).

Como aludimos, a Psicologia do Trabalho tradicional mantinha-se priorizando em seu campo teórico-prático assuntos relacionados ao aprimoramento da produtividade dos trabalhadores, a fim de que eles pudessem ser aproveitados da melhor maneira possível em benefício das organizações. No entanto, pontualmente surgiam tópicos de pesquisa dentro dessa área que colocavam o trabalhador e as suas condições de trabalho em evidência. No Brasil, estudos como os de Carvalho (1981), sobre operários da linha de montagem de uma fábrica; de Rodrigues (2005), que discute diferenças de gênero no contexto de trabalho; e de Spink (1992, 1996), sobre a necessidade de dar ênfase aos sentidos construídos pelos trabalhadores em seu cotidiano laboral, são exemplos de trabalhos acadêmicos que pavimentaram o caminho para a abertura da Psicologia do Trabalho a uma outra perspectiva (ESTEVEZ; BERNARDO; SATO, 2017).

Além disso, no Brasil da década de 1980 e início dos anos 1990 havia uma conjuntura desfavorável que suscitava uma resposta da sociedade e, inclusive, da academia para o enfrentamento de problemas sociais, econômicos e políticos que punham a população. Politicamente, o país sofria com uma ditadura militar que já estava no seu ocaso, mas vinha deixando um legado de intensa repressão às liberdades e de desmandos políticos. Na economia, a década de 1980 foi chamada de a “década perdida”. Para tanto, confluíram fatores como uma indústria nacional registrando taxas de crescimento negativo, inflação

acelerada, salários perdendo poder de compra e o Produto Interno Bruto (PIB) sofrendo constantes baixas (NAVARRO; MACIEL; MATOS, 2017).

Os anos 1990 foram marcados pelo alinhamento do país aos preceitos neoliberais, abrindo espaço para reformas que implementavam medidas ríspidas, tais como a ruptura de fronteiras comerciais, uma grande onda de privatizações e a desregulamentação e livre ação do mercado financeiro. Essas medidas penalizavam ainda mais os segmentos menos favorecidos da sociedade e os índices de desigualdade iam progressivamente se acentuando.

É importante ainda aludir que no cerne do projeto neoliberal que estava sendo implementado, repousava o processo de reestruturação produtiva, que segundo Navarro, Maciel e Matos (2017, p. 35)

é um conceito multifacetado. Inicialmente o processo se relaciona com o desenvolvimento e a introdução de novas tecnologias nos processos industriais com o advento principalmente da microeletrônica e suas aplicações. A entrada dos computadores, máquinas computadorizadas e de robôs nos processos produtivos promoveu muito mais do que uma troca de equipamentos, constituindo-se o princípio de uma série de mudanças que passam pela extinção de postos de trabalho e por transformações radicais na forma de trabalhar e nas relações sociais no trabalho. O novo aparato tecnológico tomou conta de diferentes setores econômicos e sociais modificando e transformando as comunicações e os processos de trabalho, e acabou modificando, também, o modo de viver e consumir das populações.

Além do desemprego estrutural, a introdução dessa nova política econômica produziu outros efeitos perversos, como aumento dos índices de informalidade e a expansão e agravamento dos processos de precarização do trabalho. Outras consequências que também passaram a compor mais assiduamente o cenário de trabalho pós-alinhamento ao neoliberalismo foram os processos de intensificação do ritmo de trabalho e a terceirização (formato organizacional que contribui sobremaneira para vulnerabilização do trabalhador).

Ainda de acordo com Navarro, Maciel e Matos (2017), a tudo isso somam-se os problemas estruturais e históricos de uma nação cheia de contradições que já nasceu sob a égide da exploração e que, no período colonial, teve sua produção econômica baseada fundamentalmente no cultivo de gêneros agrícolas e na extração de minérios. Produção essa que era apoiada no latifúndio e na exploração da mão-de-obra escrava.

Permanecendo economicamente agrícola até meados do século XX, somente na segunda metade do século passado foi que o Brasil consolidou seu aparato industrial, caracterizado por uma implementação hipertardia, enxertada e subordinada, que, ao invés de reduzir, na verdade, complexificou os problemas sociais que já existiam (NAVARRO, MACIEL; MATOS, 2017).

Com base no que foi relatado acima, a seguir, elencaremos sinteticamente algumas das condições que afluíram para tornar possível o surgimento de uma perspectiva dissidente da Psicologia do Trabalho tradicional, a qual passou a ter como objetivo a construção de saberes e práticas que focalizam o fenômeno do trabalho em sua relação com a subjetividade, a partir de uma ótica multidimensional e contextualizada.

Essa nova perspectiva foi denominada de Psicologia Social do Trabalho e essas são algumas das condições que possibilitaram o seu aparecimento: 1) o surgimento pontual, ainda na década de 1980, de alguns estudos precursores na área da Psicologia do Trabalho que, ao invés de mirarem na organização e na produtividade, alocaram o trabalhador e suas condições de trabalho para o centro da discussão; 2) um contexto sociopolítico que apontava para um processo gradativo de restabelecimento da democracia e que possibilitou processos de reorganização social, bem como de reflexão e elaboração de propostas de intervenção sobre os problemas que assolavam a sociedade brasileira (incluindo-se aí as dificuldades relacionadas ao contexto de trabalho); 3) o fortalecimento de movimentos de base popular, como o Saúde do Trabalhador (que foi influenciado pelos preceitos da Saúde Coletiva e da Medicina Social Latino-americana) e a Economia Solidária (movimento de enfrentamento ao desemprego, que se mostrava como novo e fértil campo de reflexão e atuação para psicólogos interessados nas questões do mundo laboral); 4) e a convocação de psicólogos a olhar para o problemático contexto sociolaboral da época, de modo a refletir sobre os efeitos psíquicos que ele estava produzindo nos trabalhadores e a propor modos de enfrentamento desses problemas. E foi justamente a busca por esse olhar contextualizado que impeliu alguns profissionais de Psicologia a se afastarem de aportes teórico-metodológicos importados dos países centrais (cujos processos sociais são deveras diferentes dos nossos) e a se aproximarem do Pensamento Social Crítico Latino-americano (ESTEVES; BERNARDO; SATO, 2017).

Essas bases são fundamentais porque aproximam os preceitos da Psicologia Social do Trabalho do intento de reconhecer a atividade que é estudada nesta dissertação. Os galegos se enquadram na perspectiva do que anteriormente era excluído dos interesses da tradicional Psicologia Organizacional.

A Psicologia Social do Trabalho abriu espaço para temas que, como dito anteriormente, também faziam parte do arco que abarcava os fenômenos do mundo laboral, mas que eram escamoteados enquanto temas de estudos da Psicologia das organizações tradicional. De acordo com Leão (2012, p. 300)

Essa perspectiva [Psicologia Social do Trabalho] aborda, por exemplo, relações de gênero, trabalho informal, trocas econômicas à margem das grandes cadeias

produtivas, trabalho de crianças, impactos psicossociais do desemprego, repercussões dos modelos produtivos na subjetividade dos trabalhadores, saúde e trabalho, etc. Também emergem temáticas da relação entre trabalho e identidade, ideologia, alienação, interação social, economia solidária, entre outros, que problematizam os modelos formalizados de produção. [...] Essa vertente possui interfaces com a Antropologia, linguística e sociologia do conhecimento com perspectivas construtivistas e compreensivas, com estudos clássicos sobre ideologia, cultura, representações sociais, entre outros. Por fim, destaca-se que essa Psicologia (social) do Trabalho visa compreender e intervir em diversos fenômenos do mundo do trabalho a partir de referenciais críticos e não positivistas, implicada na transformação da sociedade e na emancipação humana.

A Psicologia Social do Trabalho, enquanto uma vertente crítica, tem como alguns de seus propósitos investigar, problematizar e elaborar posicionamentos acerca de relações e condições de trabalho que interferem de maneira acintosa na produção subjetiva do trabalhador, limitando seus modos de ser e restringindo suas condições saudáveis de vida.

É justamente por isso que essa corrente busca romper com as tradições acadêmicas que apoiam suas análises em categorias dicotômicas (como indivíduo-sociedade, objetividade-subjetividade, particular e coletivo), concentrando seus esforços na superação desses binarismos e refletindo sobre fenômenos micro e macrosociológicos, históricos e cotidianos, sistêmicos e locais de maneira inter-relacionada.

De acordo com esta perspectiva, uma análise psicológica do trabalho só é possível mediante a busca de uma compreensão do sujeito em relação direta com o seu contexto e a investigação acerca das condições laborais que o afetam psicologicamente. Daí a necessidade de o psicólogo social do trabalho buscar meios para enxergar a atividade sobre a qual ele pretende intervir pelas lentes do próprio trabalhador, que é quem a vivencia no cotidiano (SATO; COUTINHO; BERNARDO, 2017).

É importante deixar bem claro que a Psicologia Social do Trabalho, ao abrir espaço para enfoque nos trabalhadores que não se enquadram entre aqueles que Spink (2009, p. 228) chamou de os “mais fáceis de definir”, não está desconsiderando a atividade dos trabalhadores formais que atuam, por exemplo, no âmbito da indústria, das empresas, dos serviços públicos e privados e das organizações institucionalmente reconhecidas. Inclusive, com o agravamento da precarização do trabalho, esses trabalhadores vêm sendo frontalmente atingidos pela perda de direitos e garantias historicamente constituídas, tornando-se vítimas dos engendramentos do capital que, para lidar com as sucessivas crises no sistema, transferem para o trabalhador o ônus sofrido pela perda de lucros. Ainda de acordo com Sato, Coutinho e Bernardo (2017, p. 16)

Mais recentemente, a perspectiva da Psicologia Social do Trabalho tem ampliado o escopo de seus estudos para além da ênfase nos trabalhos urbanos regulados na

indústria e nos serviços, e deslocado suas análises para outras formas de trabalho que, embora tradicionais no Brasil, não vinham sendo foco da Psicologia, tais como as ruralidades e as informalidades.

A partir do que indicam Sato, Coutinho e Bernardo (2017), não é difícil entender por que optamos por estudar a atividade dos galegos/crediaristas, uma categoria de trabalho situada no campo da informalidade que, embora seja pouco reconhecida atualmente, é uma das mais tradicionais do país. E mesmo a despeito das mudanças experimentadas no mundo laboral ao longo dos séculos, esse ofício permanece vivo desde o período colonização, conforme explanado no início desta seção. Por isso, justificamos a escolha deste objeto a partir das palavras de Spink (2009, p. 230):

A tarefa é clara, mas exigente: compreender o dia-a-dia das pessoas “invisibilizadas”, que trabalham no imenso cotidiano das micro cadeias produtivas e das práticas informais na nanoeconomia (Spink, 2007), sendo afogadas por relações econômicas perversas, e acompanhar as lutas das tentativas solidárias de criar outras inserções econômicas; ademais, questionar sobre quais seriam os conceitos, as práticas e as teorias que poderiam apoiar e orientar as ações daquelas pessoas e suas organizações coletivas, que buscam assumir o desafio de um outro desenvolvimento cotidiano.

Nesse sentido, intentamos com esta pesquisa trazer esses trabalhadores para o centro da nossa discussão a fim contribuir para a retirada de um invólucro que os oculta, mas não apenas a eles. Há um sem-número de trabalhadores que não são incluídos pela lógica do grande circuito do capital e são empurrados para a margem, ficando desprotegidos e se tornando vítimas de um sistema que espolia, explora e exclui.

Nossa intenção ao tentar contribuir para tornar esses trabalhadores e a sua atividade objetos de discussão pública não é apenas desconstruir estereótipos ou incorrer em denúncias, desnudando condições precárias de trabalho. Segundo Ribeiro et al. (2017, p. 114)

A pesquisa quando é capaz de ouvir o que tem a dizer os trabalhadores, tem também o potencial de subsidiar políticas públicas voltadas para o mundo do trabalho. Ainda assim deve-se destacar que investigações que abordem criticamente realidades tidas como naturais podem colaborar na mobilização da opinião pública quando conseguem atravessar os filtros da grande imprensa.

A seguir, discutiremos aspectos pertinentes à atividade dos galegos/crediaristas e que também fazem parte da problemática que a Psicologia Social do Trabalho tem como escopo de investigação. São eles: questões relacionadas às ruralidades, aos processos de migração laboral e a informalidade.

2.2 Ruralidades, Migração Laboral e Informalidade

Conforme já esclarecido anteriormente, delimitamos como recorte populacional dessa pesquisa os galegos/crediaristas oriundos de um pequeno município do interior do Piauí, denominado Pio IX. Essa delimitação foi assim feita porque, em nosso contato anterior com o referido município, já tínhamos percebido certa recorrência de pessoas que deixavam o seu lugar de origem para trabalhar como galegos/crediaristas em outras cidades.

Durante o trajeto dessa pesquisa, ficou evidente para nós que havia aspectos que atravessavam fundamentalmente o fenômeno que tomamos por objeto. Os mais sobressalentes eram a migração laboral e a informalidade. Algumas questões relacionadas às ruralidades também serão contempladas aqui, pois este é um tema que, conforme observamos no campo de pesquisa, é bastante significativo para esses sujeitos quando levamos em consideração suas trajetórias de vida.

Teceremos algumas considerações relativas a esses temas sem, no entanto, pretender aprofundarmo-nos em uma discussão mais ampla, pois, como supracitamos, tais características transversalizam a nossa proposta, mas não são o objetivo principal da pesquisa. Inclusive, é possível que, futuramente, decidamos por ampliar nossos estudos sobre os galegos/crediaristas, focalizando um ou outro desses aspectos.

De acordo com dados extraídos do site do IBGE (2016), no município de Pio IX, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de apenas 3.9%. A realidade do desemprego nessa cidade não é incomum a um grande número de outros municípios de pequeno porte distribuídos por toda a da região Nordeste. As principais fontes de receita de muitos desses municípios são verbas externas à sua arrecadação, enviadas pela União às prefeituras para a manutenção dos serviços públicos. Há também os benefícios advindos dos programas de seguridade social que complementam suas economias locais. Ainda de acordo com o IBGE (2016), em 2016, o percentual de receitas oriundas de fontes externas do município de Pio IX foi de 96,9%.

A agricultura familiar é a atividade laboral que mais se destaca no referido município, mesmo sendo realizada, geralmente, sob condições precárias e tendo sua prática condicionada pelas intempéries climáticas. As circunstâncias que mantêm a agricultura familiar como principal recurso laboral entre os munícipes de Pio IX podem ser elucidadas recorrendo-se a estudos de viés histórico, econômico, sociológico e de diversas outras abordagens acadêmicas que se atenham a pesquisas acerca da formação de quadros sociais.

Contudo, também não é nosso foco aqui elaborar um desenho detalhado sobre o município em questão, mas achamos conveniente trazer algumas características deste lugar, pois elas se mostraram como interferentes importantes na decisão dos sujeitos pesquisados de optarem pela migração, conforme veremos neste trabalho.

Informações demográficas sobre a cidade de Pio IX apontam que no ano de 2010 a maioria absoluta dos seus cidadãos residia na zona rural do município. Tal dado, aliado ao fato dessa cidade ter sua receita majoritariamente baseada no fundo de participação dos municípios (FPM) e de outros recursos externos, é um indicativo do porquê a agricultura familiar ou de subsistência é a atividade prevalecente entre a população desse lugar.

É importante elucidar que, ao tratarmos das condições socioeconômicas e laborais de uma localidade tipicamente rural do interior do Nordeste brasileiro, não temos a intenção de reduzir a questão das ruralidades ao contexto que se visualiza em uma única cidade ou região específica. Inclusive, ao abordar tal assunto neste trabalho, não por acaso, preferimos lançar mão da denominação “ruralidades” para indicar a pluralidade e amplitude que esse tema pressupõe.

Há, por exemplo, estudos como o de Da Silva (2013) que apontam para uma diluição das fronteiras que demarcam a oposição rural-urbano atualmente. Segundo o autor, os processos macroeconômicos característicos da sociedade pós-fordista estão contribuindo para a reorganização e ressignificação dos espaços. Inclusive, a produção industrial, que antes situava-se predominantemente nos espaços urbanos, agora tem sido uma realidade incontestável no meio rural, em função da expansão da agroindústria.

Em vista disso, reconhecemos as transformações que vêm sendo operadas no contexto rural brasileiro, mas também reforçamos que é necessário ter cuidado para não propender ao outro extremo de reduzir o fenômeno rural, exclusivamente, ao mundo agropecuário, sentenciando ao limbo os já tão relegados trabalhadores rurais tradicionais. A respeito disso, Scopinho (2017, p. 135-136) coloca que o

[...] trabalho rural hoje no Brasil significa não só falar do trabalho que se desenvolve nas grandes empresas de produção de *comodities*, da agricultura e da pecuária tecnificada, voltadas para o mercado interno e externo, como também da pequena agricultura e da pecuária de origem familiar que mal produz a subsistência dos trabalhadores e é desenvolvida por uma grande diversidade de sujeitos sociais (pequenos sitiantes, faxinalenses, caiçaras, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas, extrativistas das florestas, entre outros).

São as questões relacionadas a esse rural profundo² que nos interessam aqui, pois

²Aspectos relacionados ao rural tradicional, da atividade agropecuária de subsistência ou praticada em pequena escala, de caráter histórico e que ainda preserva as tradições (DA SILVA, 2001)

os sujeitos implicados nesse estudo (os galegos/crediaristas do município de Pio IX, Piauí) são provenientes de um contexto que remete a essa realidade sociolaboral. Desse modo, acreditamos que para refletir acerca de uma dada atividade, pela perspectiva de quem a desenvolve, é necessário olhar para esse sujeito em sua humanidade, considerando sua história de vida, os aspectos do seu passado que o mobilizam, os seus aprendizados e suas aspirações. É por isso que consideramos relevante, nesse estudo, revisitar os valores, a cultura, os modos de sociabilidade e os princípios formadores pelos quais os processos psíquicos desses trabalhadores foram influenciados.

Alguns dados apontados por Da Silva (2001, p. 37-38) ilustram a difícil realidade de famílias nesses contextos das ruralidades tradicionais:

Os dados da PNAD de 1999 permitem uma aproximação desse contingente de pobres rurais: são quase três milhões de famílias (ou 15 milhões de pessoas) sobrevivendo com uma renda disponível per capita de US\$ 1 ou menos por dia [...]. Mais de metade dessas famílias de pobres rurais tem suas rendas provenientes exclusivamente de atividades agrícolas: são famílias por conta própria (30% do total) com áreas de terras insuficientes e/ou com condição de acesso à terra precária (parceiros, posseiros, cessionários) ou famílias de empregados agrícolas (25%), a grande maioria sem carteira assinada. Um terço dessas famílias de pobres rurais moram em domicílios sem luz elétrica, quase 90% não tem água canalizada, nem esgoto ou fossa séptica. Em quase metade dessas famílias mais pobres, o chefe ou pessoa de referência nunca frequentou a escola ou não completou a primeira série do primeiro grau, podendo ser considerado como analfabeto.

Diante do escasseamento de meios que possam garantir a sua sobrevivência, muitas pessoas que vivem nesses enquadramentos sociais acabam não tendo outra opção a não ser procurar uma ocupação em outro lugar, no intuito de viabilizar suas condições materiais de existência. Como bem coloca Sato (2017, p. 166), “a urgência e as circunstâncias de vida determinam as possibilidades e os limites em termos de trabalho e de forma de sobrevivência possíveis”. Destarte, a dificuldade em arrumar trabalho e obter rendimentos para o próprio sustento são algumas das motivações que fizeram com que a quase totalidade dos galegos/crediaristas com os quais mantivemos contato durante a pesquisa considerar a migração como possibilidade viável de sobrevivência. A respeito disso, Scopinho diz que (2017, p. 142-143)

A migração nem sempre é escolha. Geralmente é uma estratégia de sobrevivência, uma forma de lidar com a falta de trabalho, com a pobreza e com as diversas formas de expressão que tem a violência no campo no Brasil e no continente latino-americano. Como disse Martins (1981), os trabalhadores rurais brasileiros são migrantes típicos, ou porque exploram a terra de modo nômade ou porque buscam novos lugares para sobreviver. A falta de compreensão dos motivos que levam à migração e do significado das rupturas geradas em relação aos laços afetivos – e familiares, especialmente – torna igualmente compreensíveis as dificuldades de “adaptação” e a necessidade constante de buscar novos lugares para trabalhar e para

viver.

A visão que temos aqui acerca do fenômeno da migração não compreende apenas o deslocamento de pessoas entre espaços geográficos distintos sem considerar os predicados humanos subjacentes a esses espaços. Todo ambiente geográfico onde vivem seres humanos pressupõe um ambiente que também é social e, enquanto tal, possui características que lhe são iminentes. Todo enquadramento social tem seus mecanismos sociais de integração, padrões de sociabilidade e sistemas simbólicos e representacionais a partir dos quais são forjadas as lentes pelas quais o indivíduo enxerga o mundo.

Conforme dito acima, a migração nem sempre é uma escolha. Ela é também uma necessidade. Quando da nossa incursão em campo, notamos que um sentimento bastante evocado pelos galegos/crediaristas oriundos do município de Pio IX era o saudosismo em relação ao modo de vida anterior ao processo migratório. Mesmo ante as dificuldades vivenciadas pelos sujeitos anteriores à migração, dificuldades essas relacionadas principalmente às possibilidades de exercer alguma atividade remunerada (e que foram decisivas para que, na maioria dos casos, se optasse pela migração), alguns aspectos relacionados aos modos pregressos de vida de muitos desses galegos ainda são bastante significativos para eles.

Quando o indivíduo migra, ele é confrontado com um panorama sociocultural que possui signos e códigos de sociabilidade distintos daqueles que fizeram parte do seu desenvolvimento e da sua construção subjetiva até aquele momento. Partindo dessa ideia, podemos dizer que a migração tem uma dimensão psicológica pelos impactos psicossociais produzidos nos sujeitos que incorrem nela. É este aspecto do fenômeno migratório que privilegiamos aqui.

No que diz respeito, especificamente, ao processo de migração dos galegos/crediaristas naturais de Pio IX e às possíveis consequências psicossociais geradas pela perda de alguns laços sociais e culturais em função do deslocamento, há um aspecto a ser ressaltado que pode ser considerado um mecanismo amenizador desses impactos: as redes sociais de acolhimento dos sujeitos recém-migrados, tecidas a partir de arranjos parentais. Alguns autores que realizaram pesquisas com trabalhadores informais constataram processos organizativos perpassados pela formação dessas redes sociais (LIMA e CONSERVA, 2006; SATO, 2007; COCKEL e PERTICARRARI, 2011; CARVALHO, 2016). Tal encadeamento será melhor detalhado mais adiante nos relatos de campo.

Sato (2017) observa que as redes de sociabilidade são um importante sustentáculo para o estabelecimento e reprodução de práticas no âmbito do trabalho informal. Elas

cumprem o papel de conectar as pessoas recém-inseridas nas teias desses processos organizativos, além de favorecer o suporte mútuo e o compartilhamento de saberes e práticas estabelecidas no cotidiano. Ainda de acordo com a autora (2017, p. 166-167), “diversas atividades de trabalho são criadas porque a rede - composta por parentes, vizinhos e amigos - provê condições necessárias para que se gere e se mantenha a criação de trabalho e rendimento. As iniciativas individuais são possíveis porque há um coletivo que dá sustentação às pessoas.”

No caso dos galegos/crediaristas, essas redes sociais são caracterizadas por mecanismos de agregação, envolvendo uma ponte que comunica sujeitos migrados já estabelecidos nas cidades de destino e sujeitos “nativos” que apresentam interesse em migrar. Essas redes são apoiadas em laços de parentesco, onde o galego já estabelecido tem algum grau familiar, de amizade ou, pelo menos, algum conhecimento anterior sobre a procedência familiar do neófito que ele acolherá.

Essa característica do envolvimento familiar no estabelecimento de redes sociais e nos processos organizativos da atividade dos galegos/crediaristas oriundos do município de Pio IX tem aporte no que Carvalho (2016, p. 26) assinala em seu estudo sobre redes sociais e o trabalho de feirantes informais na cidade de Fortaleza, Ceará:

as redes originadas nos laços familiares cumprem a função de inserir os membros da família na atividade produtiva como ambulantes e dão suporte para a sua permanência e desenvolvimento no ofício. Constituem verdadeira trama de relações e funções laborais que são definidas de acordo com laços de parentesco e até gênero; contam com divisão de tarefas, hierarquia de comando e têm o objetivo de organizar e garantir a produção e a venda de bens e serviços.

Ao aludirmos a essas redes enquanto mecanismos amenizadores de impactos psicossociais causados pela migração, salientamos que a ruptura com laços familiares e culturais não é total, pois quando o sujeito recém-saído do município de Pio IX chega ao local de destino, ele é acolhido por pessoas que vieram do mesmo local e por isso tem afinidades culturais e assuntos em comum que, inclusive, são frequentemente revisitados em reuniões informais ou momentos de lazer entre eles, conforme veremos nos relatos de campo.

Ainda a respeito disso, é oportuno mencionar aqui que em uma das conversas que tivemos com o principal responsável por um desses agrupamentos laborais de galegos, ele afirmou que, em décadas de trabalho, muito dificilmente recrutou alguém para trabalhar com ele que não fosse do seu município de origem e, nos casos em que isso ocorreu, ele teve problemas.

Na abordagem do último conceito que compõe o tópico é importante entender a vinculação dos galegos com a informalidade laboral. Os galegos/crediaristas são considerados trabalhadores informais porque a atividade que eles desempenham não está ancorada em preceitos jurídico-formais, não tendo, portanto, suas modalidades de trabalho reconhecidas pelos dispositivos legislativos que regulam tais relações.

Registra-se na literatura acadêmica brasileira a existência de inúmeros estudos, em diversas áreas, abordando a temática do trabalho informal, da informalidade laboral ou, ainda, do setor informal e diversas outras nomenclaturas que se referem a mesma problemática. No entanto, a Psicologia do Trabalho no Brasil só veio a se apropriar desse fenômeno com mais contundência a partir do estabelecimento da Psicologia Social do Trabalho, quando essa perspectiva se propôs a dar mais importância às relações laborais consideradas “marginais”, aquelas que escapavam ao circuito das organizações formais e aos seus aspectos relacionados.

É com base nisso que Sato (2017, p. 155) faz uma crítica a essa omissão ao afirmar que “embora essa realidade atinja mais da metade dos trabalhadores no Brasil, ela praticamente não comparece nas pesquisas e nas intervenções em Psicologia do Trabalho. Por isso, podemos dizer que até o momento construímos uma psicologia do emprego, e não do trabalho”. A respeito disso, a autora concorda com Spink (2009, p. 228) quando este diz que a Psicologia do Trabalho em sua acepção mais organizacional “fixou-se somente nas profissões, nos gestores e nos grupos de trabalhadores mais fáceis de definir, incluindo, até certo ponto, os desempregados que estão à espera de empregos desse tipo”.

Para Alves e Almeida (2009, p. 239), a informalidade laboral não é um fenômeno recente. Segundo eles, “no Brasil, a realidade do trabalho precário e informal não é nova. Sempre existiu um contingente numeroso de trabalhadores fora do mercado formal de trabalho, sem nenhuma garantia trabalhista”. Quando o modelo de trabalho da sociedade salarial, baseado no emprego regulamentado e munido de direitos e garantias voltadas para o trabalhador, começou a fazer parte do imaginário da população como ideal de trabalho no Brasil, já divisava-se esse contingente formado por trabalhadores “desqualificados” que atuava no setor não-estruturado da economia, bem como de trabalhadores em potencial que estavam desocupados por falta de oportunidades.

Ainda de acordo com estes autores, nas décadas de 1960 e 1970 havia uma crença de que tal conformação era típica dos países subdesenvolvidos e que essa situação seria transitória, pois, à medida que o aparato econômico-industrial desses países capitalistas periféricos fosse se desenvolvendo, o trabalho assalariado passaria a ser o modelo majoritário que guiaria as relações de trabalho. No entanto, o que se observa atualmente é um

distanciamento dos processos de formalização típicos da sociedade salarial e um incentivo à flexibilização do trabalho sob o argumento da modernização de tais relações. Dessa maneira, os trabalhos desregulamentados, por conta própria ou subutilizados e os desenvolvidos sob condições precárias passam de um problema a ser sanado no modelo de sociedade salarial para um novo padrão de relações laborais a ser seguido.

A atual configuração do sistema capitalista, baseada em preceitos neoliberais e postos em prática pela reestruturação da produção e redimensionamento das relações de trabalho, tem concorrido para a formação a nível mundial de um exército de desempregados que passam a ter como único recurso a adesão a formas de trabalho historicamente precárias.

No Brasil, a reestruturação produtiva desenvolveu-se no final da década de 80, tendo como pano de fundo as políticas neoliberais, essencial instrumento para levar adiante a desregulamentação da atividade econômica do capital, exaltando o mercado como única garantia de liberdade da sociedade. As inovações na organização do processo de trabalho aconteceram de forma mais acentuada na esfera da gestão organizacional inspirada no modelo japonês, mais do que nas inovações tecnológicas. As empresas enxugaram o quadro de empregados (tanto de operários quanto de executivos) e reduziram os níveis hierárquicos. Com a diminuição do quadro de pessoal, elas passaram a buscar novas formas de se tornarem mais flexíveis e competitivas, passando a exigir dos trabalhadores que continuaram empregados maior responsabilidade e participação no conjunto dos objetivos e métodos da organização. A lógica da ‘flexibilização’ e desregulamentação do mercado mostrou, na prática, seu objetivo de reduzir os custos do trabalho pelo enxugamento dos quadros de pessoal, utilizando-se da mão-de-obra de operários com vínculos empregatícios precários, trabalho autônomo, por tarefa, estágios e trabalho domiciliar, inserindo transformações gerenciais e Programas de Qualidade Total (ALVES E ALMEIDA, 2009, p. 242-243)

Com o aumento do desemprego, a inserção no mercado informal passa a ser uma alternativa de sobrevivência para as pessoas que se encontram aptas a trabalhar, mas que não conseguem se colocar no mercado regulamentado. Dados recentes do Ipea (2016) indicam que há cerca de 41,5 milhões de trabalhadores atuando no espectro da informalidade. Algo interessante a ser notado é que esse enorme contingente presente no setor informal demonstra uma inversão do que vinha ocorrendo nos últimos 12 anos no Brasil, que mesmo a despeito da crise internacional conseguiu ampliar o seu número de trabalhadores formais.

Tomando a atividade dos galegos/crediaristas (antigos mascates) como exemplo, é possível perceber que há residualidades históricas relacionadas a processos de trabalho que se desenvolveram no Brasil a partir de processos excludentes e essas “sobrevivências” passam a existir na atual reelaboração do cenário de trabalho de maneira agravada pelo crescente processo de precarização do trabalho. Nesse contexto, a informalidade, a ideologia empreendedora e outras modalidades laborais desprotegidas têm sido bastante incentivadas e propagadas.

Ao situarmos os galegos/crediaristas no espectro da informalidade, não estamos tecendo críticas à atividade desempenhada por esses trabalhadores, no entanto, ao realizarmos um estudo que também se justifica pela necessidade de contribuir para a visibilização de uma categoria que, historicamente, tem características laborais marcadas por condições de trabalho precárias, não podemos nos furtar a tarefa de expor a degradação a que são expostos esses trabalhadores. É importante deixar claro que nossa intenção com essa discussão não é demonizar a informalidade, mas também temos que ser vigilantes para não romantizar a precariedade laboral.

Como dissemos anteriormente, atividades não reguladas e desempenhadas por trabalhadores à margem da legislação não são um fenômeno recente. No entanto, com o avanço da sociedade “pós-moderna” e da nova configuração da economia de mercado, “[os processos de informalização do trabalho] novamente ganham importância na análise sociológica contemporânea, assim como se colocam no centro do debate de integração e da exclusão social e do questionamento ao paradigma do trabalho assalariado” (RIVERO, 2009, p. 23).

O entendimento sobre informalidade que privilegiamos nesse estudo não se relaciona à abordagem pragmática que tem por finalidade enquadrar estatisticamente os trabalhadores em setores para fins de análise socioeconômica. Buscamos pensar esse fenômeno a partir da síntese entre processos macro e microsociológicos, enxergando-o em sua dimensão estrutural, mas sem deixar de voltar a nossa atenção para as práticas cotidianas dos trabalhadores que veem no trabalho informal uma possibilidade de sobrevivência frente a um sistema social que se desenvolveu sob a égide da exploração e exclusão da classe trabalhadora.

A partir do que foi colocado, depreende-se que o atual cenário de trabalho no Brasil se mostra heterogêneo, embaraçado e, socialmente, bastante desigual. Estamos vivenciando um contexto de interregno situado na passagem entre uma configuração laboral que antes tinha como sua principal referência o modelo fordista para uma nova fase do capitalismo que suscita processos de flexibilização e fragmentação das relações de trabalho.

Ainda que não seja prudente falar de uma completa substituição da sociedade salarial por um outro desenho de relações sócio-laborais pautadas por um paradigma de trabalho pós-industrial, é notório que o cenário atual aponta para uma nova conformação das relações de trabalho. Sobre isso, Aquino (2005, p. 15) coloca que

as transformações advindas da nova organização do capitalismo geraram o que se convencionou em chamar de ‘crise da sociedade do trabalho’, uma vez que deram

início ao questionamento sobre o sentido e o lugar do trabalho na estrutura social bem como seu impacto na construção subjetiva do trabalhador. É o processo de mudança que constitui o que denominamos precarização.

Nesse cenário de passagem, presentificam-se elementos díspares em uma mesma realidade, onde se nota a convivência lado a lado do “trabalho formal e o informal, o moderno e o arcaico, realidade essa que pode ser vista como caleidoscópio” (SATO, 2017, p. 153).

De acordo com Ianni (1994), os espaços e as relações que se percebem no cotidiano brasileiro são como uma espécie de mapa arqueológico vivo, que representa vários atos simultâneos, aludindo a diversos momentos históricos, configurações econômicas e de trabalho coexistentes entre si. Desse modo, a atividade primária e informal do galego que bate de porta em porta oferecendo para comércio itens domésticos triviais é ladeada por outros tipos de relações comerciais contemporâneas cuja realização é mediada por recursos tecnológicos ultramodernos. De acordo com Alves e Almeida (2009, p. 239)

A visão concreta que se tem diante dos olhos testemunha relações características de várias etapas da história da humanidade, e se entrecruzam num microcosmo sóciogoeconômico cuja conformação é contundentemente disforme. Relações tão antigas quanto o comércio e o mercado e tão modernas (no sentido histórico) quanto a financeirização econômica, o trabalho social precarizado e a guerra.

A respeito disso, Ianni (1994, pp. 60-61) também afirma:

O presente capitalista, industrializado, urbanizado, convive com vários momentos pretéritos. Formas de vida e trabalho díspares aglutinam-se em um todo insólito. A circulação simples, a circulação mercantil e a capitalista articulam-se em um todo no qual comanda a reprodução ampliada do capital, em escala internacional.

Nesta seção, tentamos mostrar, a partir de um aporte teórico caro à Psicologia Social do Trabalho, um pouco da complexidade do nosso atual cenário laboral brasileiro, evidenciando que o trabalho protegido e regulamentado é apenas uma das facetas que integram a realidade de trabalho no Brasil. O processo de reestruturação produtiva, ancorado em preceitos neoliberais, tem promovido uma reorganização das relações de trabalho, fazendo surgir, por exemplo, trabalhadores temporários ou subcontratados em modalidades desprotegidas, as quais têm sido cada vez mais comuns. Essas novas modalidades surgem em detrimento dos trabalhadores e em proveito do capital, que tem como principal sustentáculo ideológico os ideais neoliberais. Consoante a isso, apregoa a desresponsabilização do Estado no que respeita ao papel deste enquanto agente minorador das desigualdades.

Em paralelo a isso, o trabalho informal tem se complexificado, reafirmando práticas seculares no atual contexto, como a atividade dos galegos, e engendrando novas modalidades. É, pois, à informalidade que um enorme contingente de trabalhadores que não

consegue se inserir nos âmbitos de trabalho formal recorre como alternativa de sobrevivência. Desse modo, o mercado de trabalho informal, seja ele rural ou urbano, tem sido o principal subterfúgio laboral para milhões de brasileiros.

Quando decidimos realizar uma pesquisa que tinha como foco um grupo específico de trabalhadores informais, os galegos/crediaristas, deparamo-nos com uma dificuldade inicial que foi a ausência de fontes e estudos acerca dessa atividade. Entendíamos, desse modo, que para que esse estudo pudesse ser viabilizado, nós precisaríamos construir uma base de conhecimento junto a esses trabalhadores a partir de suas práticas cotidianas, mas sempre conscientes de que a perspectiva prevalecente sobre tal atividade deveria ser a dos próprios trabalhadores que a vivenciam no dia a dia.

Conforme mencionamos anteriormente, todo estudo acadêmico produzido em ciências humanas parte de uma tradição de pensamento estabelecida no âmbito da área de nossa formação. E a nossa área é a Psicologia Social do Trabalho, a qual busca alcançar uma compreensão de fenômenos relacionados ao mundo laboral de maneira contextualizada, multidimensional e focada no trabalho e no trabalhador.

Atualmente, os principais esforços da Psicologia Social do Trabalho têm sido dar vazão a estudos sobre formatos laborais característicos da nossa sociedade, mas que foram, historicamente, relegados pela Psicologia do Trabalho tradicional. Além disso, essa disciplina também busca promover uma compreensão que reflita os contextos macro e microssociais de maneira congeminada, envolvendo as representações dos trabalhadores sobre suas experiências de trabalho.

Foi com base nesses critérios que acreditamos que um estudo sobre as práticas laborais cotidianas dos trabalhadores seria o tipo de estudo mais adequado para viabilizar a execução da nossa proposta. Acerca disso, Coutinho e Oliveira (2017, p. 85) elucidam:

o estudo das práticas cotidianas no trabalho constitui-se como a investigação detalhada do trabalho real, daquilo que de fato acontece nas situações concretas de trabalho e da decorrente exigência de mediação humana. [...] Apesar das diferentes perspectivas teóricas e disciplinas científicas, podemos dizer que há uma convergência em torno do interesse pelas ações dos trabalhadores, pelas relações que estes estabelecem com o meio de trabalho, pelos saberes coletivamente produzidos e pela dimensão micropolítica (o que inclui as negociações cotidianas, os processos de tomada de decisões, as assimetrias de poder, os mecanismos de controle e as ações de resistência). O estudo das práticas cotidianas abre caminho para o interesse em questionar a inventividade dos trabalhadores na sua relação com o meio de trabalho [...].

A seguir, falaremos sobre os caminhos que, literalmente, percorremos e as ferramentas de pesquisa das quais fizemos uso para consubstanciar nosso estudo.

2.3 Da Psicologia Social do Trabalho à Etnografia

A Psicologia Social do Trabalho tem como compromisso refletir e questionar o trabalho a partir de uma ótica psicossocial, opondo-se à lógica tradicional de produção de um conhecimento que tem por fim promover um ajustamento dos sujeitos às organizações, em benefício destas. É justamente por isso que o seu campo de pesquisa não se restringe apenas ao mercado formal e às organizações tradicionais, mas também tem como objeto de investigação as modalidades atípicas de trabalho que são, por exemplo, desenvolvidas no ambiente doméstico, nas ruas dos centros urbanos, no “mundo” rural etc. Ela reconhece que o trabalho tem uma natureza complexa e que este deve ser investigado inserindo-se no cotidiano de quem o realiza. As reflexões do psicólogo social do trabalho devem ser realizadas a partir de uma perspectiva crítica, que busca sempre questionar e nunca naturalizar as relações, pensando em como as configurações de trabalho mais amplas podem estar relacionadas e refletidas no dia-a-dia dos trabalhadores (RIBEIRO et al., 2017).

Como já esclarecido, propusemo-nos a realizar um estudo acerca dos galegos/crediaristas e sua atividade, um ofício tradicional que remonta ao período da colonização brasileira. Não obstante as rápidas transformações que vêm sendo experimentadas pelo mundo atual (inclua-se aí um movimento em direção a “tecnologização” da vida e das relações), o trabalho no Crediário é uma ocupação que ainda persiste, mesmo baseada em hábitos comerciais provincianos, sendo pautada pela observação de códigos de honradez e confiança, protótipo de relações muito mais comuns no passado.

Possíveis herdeiros dos antigos caixeiros viajantes, mascates e vendedores ambulantes que incorriam em práticas afins, quando o acesso a mercadorias, principalmente, de uso doméstico era mais difícil, buscar uma compreensão sobre a atividade dos galegos em seu funcionamento atual implica nos dispormos a mapear relações nas quais esses trabalhadores estão imiscuídos e a tentar identificar estratégias laborais cotidianas que nos permitam entender que fatores justificam a permanência de uma ocupação de moldes tradicionais diante de um contexto de trabalho baseado em práticas comerciais cada vez mais complexificadas e mediadas por todo um aparato tecnológico que facilita a realização de transações, das simples às mais burocratizadas.

Tal como referenciado anteriormente, de acordo com Spink (2009, p. 53)

A psicologia do trabalho nos países centrais fixou-se somente nas profissões, nos gestores e nos grupos de trabalhadores fáceis de definir, incluindo, até certo ponto,

os desempregados que estão à espera de empregos desse tipo. Ignorou o número considerável de trabalhadores no mundo inteiro que são motoristas de táxi, salva-vidas, motoristas de ônibus, garis, atores de teatro, agricultores e vendedores ambulantes, entre outros.

É, portanto, com base nisso, que justificamos a realização de um estudo sobre a atividade dos galegos/crediaristas, empenhando-nos em compreender processos laborais de trabalhadores que, “invizibilizados” em seu cotidiano e marginalizados pelas grandes cadeias produtivas arquitetadas e mantidas pelo capital, buscam através da inserção na economia desregulamentada criar possibilidades de reproduzir a própria existência.

Através de um mergulho no cotidiano desses trabalhadores, buscamos compreender suas práticas habituais, representações simbólicas, categorias “nativas” e visões de mundo. O estudo do cotidiano de trabalho esforça-se para abraçar práticas corriqueiras da vida diária que nos levam a conhecer em que pressupostos se baseia a organização da vida e do trabalho que contribui para forjar as identidades de sujeitos nela envolvidos. Assim, o psicólogo é desafiado a conhecer a atividade de perto, buscando compreender suas minúcias para não incorrer em generalizações inocentes. Como afirmam Coutinho e Oliveira (2017, p. 86), “tomar as práticas cotidianas como ferramenta teórica para estudar o trabalho permite-nos vislumbrar na aparentemente banalidade dos acontecimentos da vida no trabalho os embates de poder que caracterizam a produção de mercadorias em uma sociedade como a nossa.”

Para um pesquisador que se dispõe a estudar uma dada atividade em profundidade, atendo-se aos detalhes dos processos laborais e através do mergulho no cotidiano desses trabalhadores, parece razoável que ele recorra a abordagens qualitativas e métodos indutivos. Principalmente quando se trata de um campo sobre o qual não existem muitas informações preliminares e os estudos já realizados acerca dele sejam incipientes, como é o caso do nosso objeto.

Com base nos elementos que explicitamos acima, optamos por realizar um estudo de imersão em campo, através de uma pesquisa de inspiração etnográfica, a fim de conhecermos mais acuradamente a prática laboral, o cotidiano e os modos de vida desses trabalhadores.

Desde que foi tomando forma enquanto disciplina independente, a Psicologia Social do Trabalho vem buscando estabelecer um diálogo com outras áreas do conhecimento, principalmente as ciências sociais, a fim de romper com as barreiras dicotômicas que tradicionalmente têm situado manifestações macrosociais e processos subjetivos em *locus* de análise distintos, abstendo-se de promover uma reflexão sobre as implicações mútuas que esses aspectos exercem entre si. Isso tem ocorrido no intuito de situar os sujeitos em seus

contextos sociais, assumindo que as configurações de tais contextos impactam diretamente na formatação dos seus processos subjetivos. Com isso, busca-se afastar das explicações psicologistas que atribuem a causa de comportamentos individuais a determinantes exclusivamente intrapsíquicos e pretende-se trazer a influência das dimensões social e política para elucidação de processos comportamentais (ESTEVEZ; BERNARDO; SATO, 2017).

Sato (2017) diz que para alcançar uma aproximação mais fiel com um dado ofício que se pretende pesquisar ou entender de forma mais efetiva como se estruturam os processos organizativos de atividades que não possuem uma prescrição formal (como é o caso das atividades informais), a psicologia pode recorrer aos conhecimentos que são produzidos em outras áreas e disciplinas, como também valer-se do uso de ferramentas metodológicas que permitam ao psicólogo social do trabalho compreender como esses trabalhadores se organizam e orientam suas atividades no dia-a-dia.

Ainda de acordo com a autora (2017, pp. 159-160), esse diálogo permite “olhar para essas diferentes faces do trabalho, respeitando a singularidade de cada uma delas. Isso requer que a pesquisa e a intervenção sejam orientadas por ferramentas teórico-conceituais propícias à manifestação da singularidade dos fenômenos estudados”.

Sato, Coutinho e Bernardo (2017, p. 16) também indicam que

Dada a sua preocupação [da Psicologia Social do Trabalho] em situar mais amplamente os determinantes e as configurações do trabalho, ela se vale do conhecimento construído em disciplinas de outras ciências humanas e sociais para compreender as especificidades do Brasil e explicar as relações de trabalho no capitalismo, tal qual se apresentam na atualidade. Dessa forma, a ciência política, a sociologia, a antropologia, a história e a geografia política são disciplinas com as quais temos estabelecido franco diálogo.

O diálogo possível entre a Psicologia Social do Trabalho e outras disciplinas das ciências sociais e humanas colabora para essa abertura de perspectivas quando da observação dos fenômenos estudados. Ele também possibilita romper com dicotomias analíticas, permitindo-nos enxergar sujeito e contexto de maneira integrada e nos fornece ferramentas para conhecer os padrões de relacionamentos interpessoais no trabalho; as categorias organizativas que orientam a ação laboral; e as concepções do trabalhador sobre o mundo, sobre seu trabalho e sobre si mesmo.

Com base nisso, apostamos em um diálogo entre a Psicologia Social do Trabalho e a Antropologia, através da pesquisa etnográfica, para tornar possível a compreensão acerca do funcionamento da atividade dos galegos/crediaristas oriundos do município de Pio IX por um ponto de vista crítico e aprofundado.

A pesquisa etnográfica é uma modalidade de pesquisa qualitativa. Esta costuma ser utilizada quando o pesquisador tem interesse em acessar experiências e desvendar relações sem a intenção de testar hipóteses *à priori*. Outra importante característica da pesquisa qualitativa (e conseqüentemente da etnografia) é a necessidade de adaptação da teoria e do método ao objeto e não o contrário. De acordo com Angrosino (2009, p. 16),

Etnografia significa literalmente a descrição de um povo. É importante entender que a etnografia lida com gente no sentido coletivo da palavra, e não com indivíduos. Assim sendo, é uma maneira de estudar pessoas em grupos organizados, duradouros, que podem ser chamados de comunidades ou sociedades. O modo de vida peculiar que caracteriza um grupo é entendido como a sua cultura. Estudar a cultura envolve um exame dos comportamentos, costumes, crenças aprendidos e compartilhados com o grupo.

A pesquisa etnográfica só faz sentido se for baseada na pesquisa de campo. E para que possa ser realmente efetivada, é necessário que haja uma imersão no contexto a ser pesquisado, a fim de que os processos locais possam ser apreendidos pelo pesquisador da forma mais ampla e detalhada possível. Ela também é baseada na observação participante. Esta, faz-se importante esclarecer, não é necessariamente um método. Trata-se muito mais de uma estratégia de envolvimento, a qual o pesquisador recorre para se aproximar de uma maneira mais fiel da comunidade estudada.

Após inserido em campo, o pesquisador pode prevalecer-se uma variedade de técnicas de coleta de dados, sendo a observação direta e entrevistas em profundidade os meios mais comumente utilizados, e é por isto que a etnografia enquanto método pode ser considerada multifatorial. No que diz respeito a sistematização das informações, ela pressupõe a organização narrativa dos dados coletados de maneira detalhada para, a partir disso, construir modelos explicativos. Por esta razão, o método etnográfico é considerado indutivo. O contrário disso seria ir a campo com hipóteses pré-definidas a fim de testar sua veracidade ou correspondência com a realidade (dedução).

O estudo etnográfico também tem um caráter holístico, na medida em que busca traçar um cenário ampliado da comunidade estudada, tentando abarcar todos os aspectos significativos do objeto. Por fim, uma outra característica peculiar da etnografia diz respeito ao estilo de escrita. Diferentemente das ciências “duras” que requerem um suposto rigor objetivo na exposição dos dados, é comum que na narrativa etnográfica haja uma implicação maior do pesquisador na construção do texto, afinal de contas, sua experiência pessoal no campo, enquanto observador participante, está imbricada com o próprio processo de coleta de dados e, por isso mesmo, traz aspectos deveras relevantes para a exposição. No diz que diz respeito aos procedimentos da escrita etnográfica, não há um padrão a ser seguido. Não

necessariamente, por exemplo, o etnógrafo tenha que lançar mão de recursos literários para produzir sua monografia, como tem sido comum ultimamente. O apelo a uma escrita etnográfica que em maior ou menor grau evoca traços artísticos é uma maneira que alguns pesquisadores nessa área utilizam para ampliar suas possibilidades de exprimir aquilo que foi vivenciado em campo e de fugir do refreamento imposto pela escrita objetiva (ANGROSINO, 2009).

Metodologicamente, nossa pesquisa se pretende de “inspiração etnográfica”. Contudo, o entendimento que temos sobre etnografia não pretende reduzi-la apenas a um método. Para além de ser uma ferramenta de pesquisa, a etnografia é também uma teoria que emerge no próprio campo. A respeito disso coadunamos com a visão de Peirano (2014, p. 383) quando defende que “monografias não são resultado simplesmente de ‘métodos etnográficos’, elas são formulações teórico-etnográficas. Etnografia não é método, toda etnografia também é teoria”.

Assentir com a visão de que em pesquisa etnográfica a teoria surge a partir da imersão não implica dizer que estamos prescindindo da formação teórica do pesquisador anterior da incursão em campo. Ao contrário, como nos diz Oliveira (1996, p.17), “somente o olhar não seria suficiente”. Antes de nos inserirmos em campo, é preciso estarmos munidos de um conhecimento sistematizado que oriente o nosso olhar e nos sensibilize para a identificação de aspectos já suscitados em outras pesquisas e que possam ser aplicados à realidade que pretendemos pesquisar, guardando as devidas particularidades de cada contexto. Daí surge nossa preocupação de articular as bases teóricas da Psicologia Social do Trabalho e nosso olhar de inspiração etnográfica ao campo.

Na construção deste trabalho, apropriamo-nos de ferramentas da pesquisa etnográfica por acreditarmos que uma percepção mais aprofundada do nosso tema, obtida por meio da observação participante em sua concepção antropológica, poderia nos oferecer subsídios para pensar melhor nosso objeto a partir da Psicologia Social do Trabalho. Foi pela longa tradição que a Antropologia tem em pesquisas dessa natureza que nos apoiamos nela em um exercício de interdisciplinaridade, a fim de viabilizar a concretização dos nossos objetivos de pesquisa. Contudo, reconhecemos a primazia da disciplina antropológica sobre o método etnográfico e concordamos que

A etnografia é o método da Antropologia e é conhecendo o que é esta disciplina e pelo que tem passado que podemos efetivamente entender em que ela consiste. O que estou dizendo é que as propostas metodológicas estão sempre inseridas numa disciplina (por mais indisciplinados que possamos ser), isto é, na forma como uma disciplina se desenvolveu. O método etnográfico – suas virtudes e vicissitudes – se

entende apenas conhecendo como ele se desenvolveu dentro da Antropologia. O método cartográfico, dentro da Geografia. Assim como a proposta do “urbanista errante” só se entende dentro das limitações das formas tradicionais de enxergar a cidade por parte do Urbanismo (URIARTE, 2012, p. 3)

Munidos dessa concepção acerca da Etnografia, fizemos a opção por não afirmarmos que estamos realizando um estudo etnográfico, mas sim uma pesquisa de “inspiração etnográfica”.

Feita a exposição da nossa base teórica e apresentados os pressupostos teórico-metodológicos que orientaram a nossa pesquisa, daremos a conhecer, a seguir, quais foram os objetivos de pesquisa, geral e específicos.

Esse estudo teve como objetivo principal compreender como funciona a atividade de galegos/crediaristas oriundos do município de Pio IX – Piauí, a partir da perspectiva dos próprios trabalhadores. Os objetivos específicos são: (1) Realizar uma discussão sobre informalidade e migração laboral, enquanto aspectos atravessadores dessa atividade; (2) Fazer um resgate histórico do trabalho dos galegos/crediaristas e situá-los no contexto do atual cenário de trabalho; (3) Compreender como se organiza a atividade dos galegos/crediaristas, identificando padrões relacionais e processos organizativos que orientam as ações cotidianas desses trabalhadores.

Para dar conta dos objetivos elencados, delineamos nossa investigação a partir dos seguintes critérios: realizou-se uma pesquisa de campo de caráter qualitativo e de inspiração etnográfica. A coleta de dados foi realizada através do mergulho etnográfico e recorrendo-se à observação participante, sempre buscando privilegiar o ponto de vista dos sujeitos pesquisados acerca de seu próprio contexto.

Em campo, tivemos o cuidado de estabelecer com os nossos interlocutores uma relação dialógica. E sobre essa perspectiva dialógica que se busca alcançar na pesquisa etnográfica, a fim de estabelecer um elo consistente entre o pesquisador e os seus interlocutores, Cardoso (1996, p. 20-21) esclarece que

A rigor, não há verdadeira interação entre nativo e pesquisador, porquanto na utilização daquele como informante, o etnólogo não cria condições de efetivo "diálogo". A relação não é dialógica. Ao passo que, transformando esse informante em "interlocutor", uma nova modalidade de relacionamento pode (e deve) ter lugar. Essa relação dialógica, cujas consequências epistemológicas, todavia, não cabem aqui desenvolver, guarda pelo menos uma grande superioridade sobre os procedimentos tradicionais de entrevista. Faz com que os horizontes semânticos em confronto - o do pesquisador e o do nativo - se abram um ao outro, de maneira a transformar um tal "confronto" num verdadeiro "encontro etnográfico" [...] Tal interação na realização de uma etnografia, envolve, em regra, aquilo que os antropólogos chamam de observação participante, o que significa dizer que o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade,

pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação.

Em pesquisa etnográfica, a análise de dados não é realizada em uma etapa específica após sua coleta, mas se inicia na ocasião da escolha do objeto a ser investigado, perpassando todo o trajeto do campo e termina em sincronia com a conclusão da própria pesquisa (GODOY, 1995). Através do mergulho em campo, da observação da rotina de trabalho e dos discursos produzidos entre esses trabalhadores, propusemo-nos a fazer uma análise da sistematização da vida cotidiana e das relações estabelecidas entre esses trabalhadores, das categorias laborais intragrupo das quais eles se utilizam para organizar e guiar sua atividade e, de modo geral, dos modos de vida engendrados tomando como base o ofício que operam.

O nosso *locus* etnográfico foi na cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe, no período de 15 de julho a 11 de agosto de 2018. No entanto, nós também incrementamos a esse texto algumas informações coletadas com galegos/crediaristas que atuam em outros contextos e com os quais também mantivemos contato como, por exemplo, crediaristas dos Estados do Ceará e do Piauí. Ao implementar essas informações, tivemos como objetivo a complementariedade dos dados-base obtidos em campo para, desse modo, enriquecer a exposição.

Na ocasião da viagem para coleta de dados, ficamos hospedados na residência de um galego/crediarista, com o qual já tínhamos um conhecimento anterior. Esse interlocutor nos abriu portas para que a coleta ocorresse da forma mais efetiva possível. Nos próximos capítulos, onde apresentaremos nossa explanação de inspiração etnográfica, detalharemos melhor nossa incursão.

Em resumo, propusemo-nos, aqui, a realizar um estudo sobre a prática laboral dos galegos/crediaristas, lançando mão de pressupostos da pesquisa etnográfica, por entendermos que o mergulho no cotidiano laboral dos sujeitos investigados poderia nos proporcionar recursos necessários para alcançarmos uma compreensão mais clara a respeito da lógica de funcionamento desse ofício, bem como dos recursos tácitos ou explícitos que eles utilizam para organizar a atividade e também dos processos de subjetivação engendrados a partir do engajamento dos galegos/crediaristas em seu trabalho. Importa frisar que o foco é sempre as compreensões que os sujeitos que atuam no Crediário têm sobre a própria atividade, sobre si mesmos e sobre o mundo.

3 DESLOCAMENTOS, COTIDIANO E PROCESSOS ORGANIZATIVOS

Há que apanhar

E sangrar

E suar

Como um trabalhador

(Chico Buarque)

Como relatado na parte introdutória desse texto, o trabalho dos galegos é uma atividade histórica, que ainda traz reminiscências do modo como ela funcionava séculos atrás. Desde o período colonial, essa atividade já era popularmente conhecida no Brasil pelo nome de “mascateação” e os indivíduos que incorriam nessa prática eram chamados de “mascates”. A respeito dos mais antigos mascates em território brasileiro, sabe-se que

parecem ter sido alemães e portugueses, que encontraram nesse comércio um ótimo negócio para imigrantes paupérrimos. Não se exigia capital, pois o mascate podia conseguir mercadoria a crédito de um compatriota ou de firmas especializadas nesses fornecimentos. Tais firmas eram portuguesas na maioria, embora houvesse também casas alemãs, inglesas e de outras nacionalidades. (...) A mascatearia tornou-se uma técnica reconhecida entre muitos grupos de imigrantes no Brasil a fim de acumular capital suficiente para estabelecer-se. À medida em que uma nacionalidade a deixava de lado, outra tomava-lhe a sucessão. Os alemães e portugueses foram seguidos pelos italianos, que por sua vez foram afastados pelos sírios e libaneses (KNOWLTON, 1960 *apud* BASAGLIA, 2002, p. 28).

Em sua conformação tradicional, a atividade dos galegos/crediaristas já trazia características de precariedade laboral. Do período colonial até o início do século XX, a maior parte do território brasileiro ainda era rural. Havia uma grande dificuldade de mobilidade e de acesso a determinados tipos de mercadoria pelas populações que habitavam os rincões da nação. O deslocamento dos habitantes rurais até os núcleos urbanos era difícil, pois as distâncias eram longas e os meios de transportes, rudimentares. Sob essas circunstâncias, a mercancia andarilha já se mostrava como uma alternativa de subsistência para os indivíduos pobres e livres.

Os ambulantes percorriam incansavelmente longos caminhos país adentro em busca de negociar suas mercadorias e obter ganhos. Cabe salientar que “àquela época era pequena a circulação da moeda, principalmente nas regiões interioranas, de modo que o mascate trazia suas mercadorias e as trocava por outros produtos, embora sempre com uma boa margem de lucro” (PIMENTEL, 1986, p. 62). A respeito das andanças quase epopeicas dos mascates pelos confins do Brasil no período colonial, Pimentel (1986) ainda relata que,

ansiando expandir suas fronteiras comerciais, os mercadores andarilhos percorriam a pé e sozinhos imensuráveis distâncias carregando consigo uma mala de mercadoria nas costas, a despeito da vulnerabilidade aos perigos que podiam lhes confrontar. Alimentando-se e dormindo mal, os mascates faziam incursões até por regiões nunca exploradas do Brasil.

À medida que ia obtendo lucros, o vendedor ambulante costumava fazer investimentos nas suas condições de trabalho, comprando animais de carga a fim de facilitar-lhe o transporte de mercadoria, bem como contratando um ajudante. Também era comum que depois de acumular alguns rendimentos (fruto de muito trabalho árduo), o mascate se fixasse em um local onde pudesse vislumbrar a possibilidade de sucesso comercial e ali estabelecesse uma venda fixa. “Apesar de se encontrar instalado e ter deixado a profissão de comerciante ambulante, o velho mascate inicia os jovens patrícios na profissão [...]. O seu armazém passa a servir de empório para abastecer os jovens mascates” (PIMENTEL, 1986, p. 64).

Nos casos dos galegos atuais, há uma observação interessante a se fazer que tem relação com o que foi relatado acima. Alguns dos galegos com quem tivemos contato em campo teceram narrativas sobre a situação de conhecidos seus que começaram exercer essa atividade “de baixo”, dispondo de pouco ou nenhum recurso no início, mas à medida que foram trabalhando, acumularam ganhos que puderam ser investidos em um negócio próprio. Depois de muito trabalho, sucessivos investimentos e implementações no próprio Crediário, houve situações em que o galego chegou a investir na sua própria empresa distribuidora e formalizou o seu comércio, passando a abastecer de mercadorias grupos de Crediários menores.

Em se tratando de galegos/crediaristas que ascenderam social e economicamente, também é válido mencionar os emblemáticos casos dos migrantes sírio-libaneses no Estado do Ceará.

Povos descendentes dos antigos fenícios, que desenvolveram uma longa tradição e fama como exímios comerciantes ao longo da história, ao chegarem ao Brasil, os sírio-libaneses constituíram colônias espalhadas por todo o território nacional. No Ceará, era bastante comum, quase via de regra, que esses estrangeiros se entregassem à prática da mascateação. Segundo Franklin (2009), a onda migratória árabe ocorreu entre os anos de 1860 e 1920 e foi motivada, principalmente, por razões econômicas, religiosas e culturais.

O deslocamento dos imigrantes sírio-libaneses ao Brasil encontrava apoio na existência de redes sociais (que pressupunham o acolhimento por parte dos sírio-libaneses que haviam chegado anteriormente e se estabelecido), no compartilhamento de informações sobre oportunidades de trabalho entre patrícios e relações de ajuda mútua de maneira geral.

Muitos desses imigrantes deixavam seus familiares e se aventuravam na viagem sem saber ao certo como proveriam sua sobrevivência no local de destino. Doavam-se à prática do comércio, juntavam somas de dinheiro e custeavam a vinda de seus familiares para o Brasil. Algumas dessas famílias de imigrantes sírio-libaneses se tornaram muito influentes no âmbito do comércio cearense, constituindo grandes empresas no ramo comercial e se expandido para outros setores. Elas exerceram um importante papel na economia e na história do Estado.

Uma importante característica do modo de comercializar dos imigrantes árabes, herdada pelos galegos atuais, foi a implementação da venda parcelada no comércio ambulante. Segundo Pimentel (1986, p. 62), “acredita-se ter sido o mascate sírio o introdutor do sistema de crédito a prazo para vencer a concorrência a outros mascates de nacionalidade contrária à sua.” O método de vendas baseado no “compre hoje e pague amanhã” foi um interessante estratégia nas relações comerciais que se empreendiam à época, pois além de conquistar nova freguesia pela sedutora proposta de poder adquirir algo sem ser necessário pagar imediatamente, ainda havia a vantagem de assegurar a clientela pelo vínculo temporal que se estabelecia entre vendedor e comprador.

Inclusive, acredita-se que a própria popularização e permanência, até hoje, no Ceará, do termo “galego” tem a ver com os imigrantes sírio-libaneses. Inicialmente, a atribuição popular da palavra “galego” ao mascate remetia aos imigrantes europeus que adotaram esse trabalho como meio de sobrevivência. De acordo com Pimentel (1986, p. 65), essa alcunha “era aplicada aos indivíduos naturais da Galiza, Espanha, que se fixaram em Portugal. Os portugueses que vieram para o Ceará foram apelidados de galegos.” Posteriormente, com a onda de imigração de povos sírio-libaneses ao Brasil, o termo galego também foi fortemente associado aos povos árabes que se estabeleceram em terras cearenses, pois estes fizeram da mascateação sua principal fonte de renda. Sobre o fato dos imigrantes árabes do Ceará terem recebido popularmente essa alcunha, Franklin (2009, p. 7) afirma:

galego porque os sírio-libaneses exerceram os mesmos labores de ambulantes e caixeiros, que os imigrantes portugueses (naturais da Galícia) ocuparam no Ceará na segunda metade do século XIX. Porém, tal designação extrapolava o âmbito da naturalidade e da proximidade das atividades comerciais, adquirindo todo um teor depreciativo em torno da eventual pobreza e ignorância dos imigrados. Analisando os conflitos entre nacionais e portugueses no Rio de Janeiro, Chalhoub (2001) salientou que o fundo pejorativo do “galego” residia no fato de que estes ocupavam grande parte do comércio varejista da cidade, trabalhando de 12 a 14 horas por dia e com profundo senso de economia, gerando descontentamento dos trabalhadores nacionais, que não tardavam em acusá-los de exploradores e avarentos.

Um outro interessante aspecto histórico ainda presente na atividade dos galegos/crediaristas e que remonta aos mascates tradicionais, conforme explicitado anteriormente, é o fato de que estes, enquanto imigrantes externos no Brasil, ao conseguirem melhorar suas condições materiais, costumavam acolher seus patrícios recém-chegados, amparando-os e introduzindo-os na mascateação. No caso da atividade dos galegos que investigamos, é comum que eles também não sejam naturais do lugar onde exercem seu ofício, sendo, portanto, em sua maioria, migrantes. No entanto, a principal diferença é que o deslocamento, neste caso, se dá internamente, geralmente no sentido rural-urbano. E depois que galegos já migrados conseguem se estabelecer, por meio do trabalho, no novo local, observa-se uma prática recorrente de acolhimento de conterrâneos que também pretendem trabalhar como galegos.

Foi a partir da observação de processos de migração, amparada por recrutamentos parentais que resolvemos delimitar como recorte populacional a ser investigado no nosso trabalho apenas os sujeitos oriundos do município de Pio IX, no Piauí, que veem na migração laboral e no trabalho no Crediário uma possibilidade de provisão de suas necessidades materiais e assim reprodução de suas próprias existências. Em observações preliminares, constatamos uma considerável recorrência de indivíduos e até famílias inteiras que, frente ao desemprego e à falta de oportunidades que afetam a população daquela pequena cidade, migram de sua terra natal para laborar como galegos/crediaristas em outros estados e/ou regiões do país.

3.1 “Tudo é interior”

O município de Pio IX localiza-se na região centro-leste do Estado do Piauí, estando situado a cerca de 440 quilômetros da sua capital, Teresina. Limita-se com o Estado do Ceará, fazendo divisa com esta unidade federativa pelos municípios de Parambu e Aiuaba, a nordeste, e com o município de Campos Sales, a leste. Com outros municípios do Piauí, por sua vez, Pio IX faz divisa com Pimenteiras, a noroeste; com Fronteiras e São Julião, ao sul; e com Alagoinha e Monsenhor Hipólito, a sudoeste (ARRAIS, 2008).

O território piononense tem uma área física que mede cerca de 1.948,84km². Do ponto de vista demográfico, é um município predominantemente rural. De acordo com dados do Censo de 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), dos seus poucos mais de 17 mil habitantes, vivem no campo em torno de 12 mil pessoas. Ou seja, cerca de 70% de sua população total.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no município são a produção agropecuária em pequena escala (familiar), o comércio e os serviços. A agricultura predominantemente de subsistência também conta com uma tímida produção voltada para o comércio. Os principais alimentos cultivados são o feijão, o milho, a mandioca e o caju. O cultivo deste último também é utilizado como insumo em uma acanhada produção fabril que se verifica no município.

O trabalho na lavoura, atividade histórica local e que ainda permanece como uma das mais importantes na sua produção econômica, pode ser uma das possíveis justificativas para que a população esteja predominantemente situada na zona rural, assim como acontece na maioria das cidades da microrregião de Pio IX. O sustento familiar amparado pela labuta na roça nunca foi fácil para as pessoas que vivem lá. À mercê da sazonalidade dos períodos chuvosos, que são deveras insuficientes para possibilitar uma produção capaz de abastecer dignamente aquelas populações durante os períodos em que não há precipitações, os trabalhadores do roçado vivem em condições difíceis por causa da escassez de recursos. Sobre as condições climáticas do município, Arrais (2008, p. 24) assinala que

O clima predominantemente, como na maior parte do sertão nordestino, é quente, com temperatura média anual de 24°C, semi-árido, com período chuvoso de dezembro à março, e pluviosidade média anual de cerca de 700 mm. A irregularidade das precipitações pluviométricas é muito forte. Se analisarmos dados da estação pluviométrica instalada na sede do município em 1911 pelo DNOCS, num período de 74 anos, verifica-se, por exemplo, que o total de 1980 foi apenas 417 mm, enquanto que o de 1985 atingiu 1388 mm. A precipitação máxima anual, 2.058 mm, aconteceu em 1974, e a mínima de 248 mm, em 1919.

No âmbito das propriedades rurais, algumas famílias também recorrem à criação extensiva de alguns animais, como ovinos, bovinos, caprinos, suínos e aves, a fim de complementar seus meios de sobrevivência. Em períodos de estiagem mais intensos, os primeiros a sofrerem com as agruras da seca são os animais de criação. Sem água nos reservatórios e sem pastagens naturais devido à ausência de chuvas, eles vão definhando até morrer de fome e de sede. A aquisição de ração para alimento e manutenção da sobrevivência desses animais é impraticável, considerando que são poucos os recursos de que essas famílias dispõem para garantir a sua própria manutenção básica. Uma alternativa para evitar a morte desses animais por falta de suprimento é a “queima do mandacaru”, uma tradicional e histórica estratégia de sobrevivência dos sertanejos e que tem se tornado cada vez mais comum nos rincões rurais pisonenses por efeito do alargamento dos períodos de seca.

Apesar de todos os esforços empreendidos para que os animais não pereçam, a exemplo da penosa queima de mandacaru, quando as chuvas tardam a chegar nada mais pode

ser feito. É comum em períodos alongados de estiagem que, ao transitar por estradas vicinais da zona rural de municípios do semiárido brasileiro, se encontre cadáveres em decomposição e ossadas de criações que não conseguiram sobreviver frente à inclemência da seca.

No passado, a situação de famílias do campo que tinham na agricultura familiar e na criação de animais os principais meios de sobrevivência era bem mais difícil do que é atualmente. Muitas famílias não conseguiam se manter no sertão e, diante das intempéries climáticas, recorriam à migração como vislumbre de melhoramento de suas condições de vida.

Esse movimento de migração nordestina em função da seca foi e ainda é objeto de muita discussão ao longo da nossa história no âmbito da produção científica do país, perpassando vários campos do conhecimento e sendo também amplamente representado por vários segmentos da arte brasileira, como na literatura, na música, no teatro, na televisão e no cinema.

O fenômeno da migração entre os povos nordestinos pode ser, inclusive, colocado como um fator fundamental para a compreensão dos nossos modos de sociabilização, da nossa cultura e da nossa própria história. Inclusive, antes da colonização, sabe-se que era comum processos migratórios entre as tribos indígenas que habitavam no Nordeste brasileiro em função dos efeitos da seca. Os europeus quando começaram a desbravar essas terras também lançaram mão da mobilidade enquanto estratégia de sobrevivência e essa característica permeou toda a nossa história e ainda se mantém atualmente, conforme explana Andrade (1948, p. 156):

É um lugar comum dizer que o nordestino está sempre pronto para emigrar. Bem pouca gente, porém, repara em que o nordestino está sempre pronto para regressar aos seus pagos. São ainda os dois antigos termos da mobilidade de seus grupos sociais quase um automatismo de sua vida psico-social. Automatismo que se iniciara nas migrações inter-regionais da Tribo e nas extra-regionais quando, forçados pelas secas, o bando tribal tinha que abandonar a sua área de residência e mudar-se para o litoral; prosseguiria pelas “entradas” e “retiradas” que os portugueses mais tarde seriam obrigados a fazer ao lado dos membros da Tribo; e estaria terminado por todas essas modernas “arribadas” que a população nordestina continua obscuramente realizando.

Hoje, a realidade da migração interna de povos nordestinos é diferente. A mobilidade como fuga da seca não é mais um fenômeno massivo como foi no passado. Isso ocorre não porque tenha havido uma mudança climática propícia a transformação desse quadro ou pela implementação de soluções estruturais viáveis ao enfrentamento do problema (carente, principalmente, de decisões políticas), de modo a abrandar as agruras naturais experimentadas pelos habitantes da região. Pelo contrário: no último quinquênio (2012-2017), a região Nordeste vivenciou a maior seca dos últimos cem anos.

De acordo com informações verbais³ obtidas através de um representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural de da cidade de Pio IX, entre os referidos anos, o município experimentou a maior seca de sua história. A título de ilustração, o reservatório que abasteceu o município por mais de cinquenta anos e cuja capacidade de armazenamento é de 24.000.720 m³ secou completamente e assim permaneceu durante três anos seguidos, até as primeiras chuvas do ano de 2018.

Apesar de a seca ainda ser um grave problema que assola a população campesina de Pio IX, que tem na agricultura familiar e no pastoreio os seus principais meios de ofício, a instituição de políticas públicas, através de programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa Família (BRASIL, 2004), aliada a outros programas que incentivam a convivência com o semiárido, têm contribuído significativamente para a fixação dos moradores do campo em suas terras. De acordo com análise acerca da relação entre o Programa Bolsa Família e os fluxos migratórios internos no Brasil, realizada por Fontes, Jacinto e França (2017, p. 17), há “dois efeitos possíveis: estímulo à remigração ao estado de origem, e efeito retenção de indivíduos em seus estados de moradia”.

O espaço urbano do município de origem dos galegos englobados nessa pesquisa não é grande. No seu pequeno núcleo central se concentra quase toda a movimentação política, econômica e de lazer da cidade. Ali estão os prédios históricos, como o mercado municipal, a praça principal e a igreja católica, maior monumento arquitetônico e religioso da cidade, ao redor da qual a cidade se desenvolveu. No perímetro central, também estão localizados a prefeitura, o fórum de justiça e o circuito comercial do município.

Durante a semana, o movimento no centro é típico de uma localidade pacata, com pouco trânsito de veículos e acanhada movimentação de pedestres. No sábado, no entanto, a circulação de transportes e de pedestres aumenta consideravelmente no centro da cidade, pois é “dia de feira”. É nesse dia que a população costuma se deslocar de suas residências na zona rural para fazer suas “feiras” (compras domésticas) e resolver quaisquer outras pendências cuja resolução só possa ser efetivada do espaço da “rua”.

A “rua” é como a população costuma designar o espaço urbano da cidade e tudo o que nele está contido, em oposição ao ambiente rural. O movimento na rua é ainda mais intenso nos primeiros e nos últimos dias do mês, quando chega o dia de “tirar o bolsa família” e fazer a feira em seguida. Nesses dias, é comum que pessoas e até famílias inteiras se desloquem em uma moto por estradas vicinais e não sinalizadas, sem a utilização de nenhum

³Informação fornecida por um funcionário da Secretaria de Desenvolvimento Rural do município de Pio IX, Luiz Pereira da Silva, em agosto de 2018.

equipamento de proteção. Também adensam a movimentação citadina os idosos que vão à rua para “tirar o aposento” (benefício da Previdência Social) e os servidores públicos que vão receber os seus salários. Nesses períodos, o comércio local experimenta intensa movimentação.

Conforme colocamos acima, medidas de proteção social do governo têm contribuído significativamente para a fixação dos seus beneficiários nos locais de origem, evitando o processo de migração laboral. Contudo, no caso de jovens e adultos que são oriundos desses contextos, mas que não são beneficiários de programas sociais e não desempenham trabalhos típicos do campo por causa das adversidades climáticas ou mesmo porque não queriam trabalhar na lavoura, são geralmente esses sujeitos que enxergam na mobilidade outra estratégia possível para conseguir trabalho e renda.

Além do enquadramento nas características anteriores, jovens piononenses do sexo masculino e com baixo ou nenhum grau de escolaridade formam o principal perfil daqueles que optam por deixar o sertão para atuar no âmbito da informalidade, trabalhando como galegos nas grandes cidades. Em pesquisa que objetivou chegar a uma compreensão sobre motivos que levam à migração no Brasil e remigração para o Nordeste, a partir de padrões etários, sexo e origem/destino, Oliveira e Jannuzzi (2005, p.136) esclarecem que:

De modo geral, jovens em seus 20 e poucos anos estariam sujeitos a migrar mais do que qualquer outro grupo etário. Esse padrão etário de mobilidade estaria condicionado, sobretudo, aos ciclos de entrada e saída do mercado de trabalho. Assim, a elevada concentração de jovens entre os migrantes seria explicada pela maior sensibilidade dos mesmos com relação às ofertas de trabalho e de melhores empregos, assim como pela maior adaptabilidade a novas situações e maior desprendimento em deixar seu ambiente de origem.

Pensamos o processo de migração laboral neste trabalho a partir da perspectiva que compreende esse fenômeno, principalmente, pelo aspecto econômico sem, no entanto, desconsiderar outras motivações que podem concorrer para que o deslocamento ocorra, como, por exemplo, os de natureza social, cultural, política.

Enfatizamos o aspecto econômico, porque quando das nossas primeiras incursões em campo, a maior parte dos galegos/crediaristas com quem mantivemos contato afirmou que a principal motivação que os levou a decisão de atuar nessa atividade, fora dos seus locais de origem, foi justamente a busca por um meio de sobrevivência, por trabalho.

Por se tratar de um município pequeno que tem um estilo de vida comunitário, e no qual a grande maioria dos seus habitantes se conhece ou sabem a família a que cada pessoa pertence, esses jovens têm conhecimento da história de conterrâneos que anteriormente se deslocaram daquele lugarejo para trabalhar como galego em cidades grandes. O jovem

provinciano que pretende mudar a direção de sua vida por meio desse ofício contata os sujeitos já migrados, que estão estabelecidos em outras cidades, atuando como galegos, e estes facilitam o processo de integração do jovem que pretende percorrer o mesmo caminho, formando, assim, uma espécie de rede social que tem como objetivos a migração de jovens no sentido rural-urbano e a sua inserção no trabalho informal. É muito comum, quase uma regra, que as pessoas já estabelecidas tenham alguma ligação anterior com os neófitos: são familiares, agregados, amigos ou, pelo menos, conhecidos.

Ao chegarem nos locais de destino, os recém-migrados são recebidos pelo chefe desses grupos, o patrão do Crediário, o qual, no passado, também iniciou sua trajetória em condições semelhantes às do jovem prosélito. A maioria dos recém-recrutados atuam nas funções subalternas de vendedores ou cobradores, assim concebidas dentro da estrutura organizativa dos crediários. No entanto, é comum que, depois de algum tempo trabalhando como subordinados, eles juntem dinheiro com o intuito de investir na montagem do seu próprio negócio.

Em tais situações, os recursos acumulados por meio do trabalho duro são investidos na compra de mercadorias ou na matéria-prima para a produção destas e eles passam, então, a trabalhar por conta própria. O galego, então, se desliga da equipe em que comerciava e passa a gerir o seu próprio negócio. Ele monta seu núcleo de trabalho que, justamente por ser inicial, funciona de maneira rudimentar e não se verificando aqui considerável divisão interna do trabalho. A equipe é integrada por poucos membros, com estes exercendo todas as funções possíveis da atividade. Aqui podemos aludir à ideia de uma solidariedade comunitária ao observamos o uso recorrente de uma elaboração coletiva nas relações de trabalho. Nela os indivíduos mantêm certa autonomia e independência em relação à atividade de um modo geral, com todos se reunindo em torno das mesmas tarefas e reconhecendo na totalidade da atividade parte de cada sujeito implicado nela.

Dada a natureza ainda incipiente desse tipo de organização e referindo-nos àquilo que denominamos de processos organizativos do trabalho informal, sobre os quais nos propusemos a fazer uma classificação dos tipos de Crediários mais comuns, conforme veremos no tópico seguinte, classificamos esse tipo de agrupamento de trabalho nascente ou embrionário de “Crediário elementar”.

É importante esclarecer que boa parte dos jovens que optam pelo deslocamento só o fazem motivados pelo anseio de conseguir um trabalho, já que no seu lugar de origem este lhes falta. Muitos deles, inclusive, aspiram retornar para seu município de origem e, ainda longe de sua terra natal, buscam estratégias para tornar isso possível. Por outro lado, há

também os que migram, se adaptam bem à nova vida e só retornam sazonalmente, de passagem.

3.2 A labuta na cidade grande

Já se sabe que o principal meio de trabalho no município de Pio IX (município rural cuja população sofre pela falta de recursos básicos necessários para uma sobrevivência digna, conforme expusemos) é a agricultura familiar, atividade que só pode ser realizada sazonalmente e que regularmente é afetada pelas intempéries climáticas, típicas da região. Embora de forma muito reduzida, os serviços e o comércio local abarcam uma pequena parte dessa população, mas não é suficiente. Diante de tal configuração laboral, o trabalho no Crediário representa um dos poucos vislumbres de mobilidade social e ascensão econômica para o jovem pobre e rural daquele sertão. Aliado a isso, habita no imaginário da população local uma ideia que a migração é fator de sucesso na vida. Continuar no lugar de origem não traz perspectivas de evolução e só é possível “crescer” mudando-se dali, já que as possibilidades no município são muito restritas.

A perspectiva que têm alguns cidadãos piononenses de saírem para trabalhar como crediáristas em outros lugares é viável graças ao estabelecimento de redes sociais de acolhimento, pois seria de veras difícil para um jovem sem recursos mudar-se de cidade e conseguir, em princípio, manter-se sem um apoio no local de destino. Os patrões, que outrora estiveram na mesma situação que os neófitos, são responsáveis pelo recrutamento desses jovens e homens que têm interesse em ser crediáristas. Geralmente, os patrões preferem agregar ao seu grupo pessoas que sejam suas concidadãs. De preferência, familiares próximos e parentes mais distantes ou, também, jovens de cuja família os patrões reconheçam a procedência.

A predileção por familiares também é motivada pelo desejo de dar oportunidade de trabalho a pessoas, contribuindo, assim, para ajudá-las a prover a sua sobrevivência ante a uma situação de desemprego. Inclusive, é possível ocorrer de um determinado Crediário prescindir de novos integrantes, mas ao se levar em consideração a situação de vulnerabilidade de, por exemplo, um irmão, um primo ou outro parente próximo, esse familiar pode ser recrutado pelo patrão para compor o grupo de trabalhadores. Outro fator que contribui significativamente para a preferência dos patrões por parentes e conterrâneos tem relação com um problema bastante comum que afeta os Crediários: as fraudes praticadas por vendedores e cobradores (adiante trataremos disso com mais detalhes).

Em cidades de pequeno porte é trivial existir certo controle social de umas pessoas sobre as outras, devido ao reconhecimento que os cidadãos têm entre si. Esse conhecimento idiossincrático mútuo acaba gerando uma rede informal de disseminação de informações, que podem ser verdadeiras ou falsas, sobre a vida pessoal dos sujeitos que residem em uma localidade deste tipo.

A apropriação dessas informações pelo coletivo local faz com que os sujeitos elaborem um julgamento moral acerca de determinadas condutas alheias, cumprindo o papel de serem taxativas e até estigmatizadoras. É com base nisso que, quando está sendo acordado o recrutamento de um munícipe de Pio IX para integrar um dado Crediário e o dono deste não tem um conhecimento mais consistente sobre o postulante, é comum que o patrão entre em contato com seus conterrâneos a fim de buscar referências morais sobre a pessoa que possivelmente integrará o Crediário. Esta é uma estratégia preventiva que o dono do negócio utiliza para evitar a ocorrência de fraudes por parte de seus subordinados.

Ao chegar ao local de destino, é habitual que, inicialmente, o aspirante a crediarista fique hospedado na residência do patrão (provisoriamente) ou na casa de outros componentes do mesmo agrupamento. Com o transcorrer do tempo, na medida em que for conseguindo prover suas necessidades mais básicas, o galego pode conseguir alugar uma casa para viver sozinho ou continuar morando com os seus colegas de trabalho. Em relação a uma possível estadia permanente na casa do patrão, também é possível que ocorra, mas, no geral, é uma situação que costuma ser transitória. Há exceções quando os laços entre o patrão e o neófito são muito estreitos, como nos casos em que o crediarista e o patrão são irmãos.

Também há certa recorrência de galegos que casam e constituem família com mulheres que conheceram na cidade onde foram para trabalhar. Existem, ainda, aqueles que já tinham constituído família antes da migração e que, por não terem condições de levá-la consigo, viajam sozinhos e assim permanecem até arrumarem meios para viabilizar a transmigração da família.

Em relação ao trabalho propriamente dito, a função primordial do galego (e a mais característica da atividade) é o bater de porta em porta, oferecendo mercadoria. Através da prática cotidiana eles vão construindo e refinando estratégias de abordagem, estabelecendo critérios pessoais de seleção dos compradores (selecionar os compradores é algo que precisa ser feito com bastante cuidado para evitar o calote) e estreitando laços com a clientela que, de acordo com eles, é “boa pagadeira”.

Geralmente, as mercadorias vendidas pelos galegos/crediaristas são compostas por utensílios de uso doméstico e ornamental, como: desinfetantes e detergentes de fabricação

caseira, arranjos de flores, painéis, espelhos, cadeiras e mesas de plástico, assentos tubulares e estofados, suportes para garrafão d'água, lençóis, edredons, tapetes ornamentais, roupeiros, sapateiras, colchões e até móveis de médio e grande porte, como guarda-roupas, armário de cozinha e camas de casal. Ao ser realizada a venda, acorda-se com o comprador a quantidade de parcelas em que o pagamento será efetuado.

A venda parcelada tornou-se algo indissociável dessa atividade. É um aspecto que foi cristalizado como parte do *modus operandi* do trabalho dos galegos. Tanto assim que, no momento da compra, nem o galego e nem o cliente consideram a possibilidade de a venda não ser parcelada. A cada mês, o galego (cobrador) vai à residência do cliente para fazer a cobrança da prestação (o valor que compõe uma parte do custo total do produto negociado). Ele retornará mensalmente àquela residência para cobrar a parcela até que o produto esteja totalmente quitado. O cobrador pode ser a mesma pessoa a quem o freguês comprou a mercadoria, embora, nos processos organizativos de Crediários, seja mais comum que as funções de venda e cobrança sejam desempenhadas por pessoas diferentes.

Por se tratar de uma atividade informal, não há mecanismos que possam atestar formalmente a legitimidade da relação comercial que se estabelece entre crediarista e comprador. Distintivamente dos mecanismos de controle de compra e venda que se verificam nas relações formais de comércio (como, por exemplo, uma avaliação do potencial de quitação das parcelas, com base em uma análise de renda), no mercadejo dos galegos, que tem como uma das suas principais características a informalidade das relações, esse tipo de procedimento para fins de controle não é algo cogitável. Nesse tipo de comércio, não há nem mesmo o recolhimento da assinatura do comprador.

Ao realizar uma venda, cabe ao crediarista confiar na palavra da pessoa que fez a compra. Em algumas situações, caso o valor da mercadoria vendida seja considerado acima do regular e o galego desconfie que o cliente não poderá honrar com seu compromisso, ele lança mão de algumas estratégias que não lhe dão garantias, mas conferem-lhe uma certa noção do risco de fechar aquele negócio. Um exemplo dessas estratégias seria perguntar à pessoa interessada na compra se o imóvel no qual ela reside é próprio ou alugado. Caso não seja próprio, há chances de a venda não se consumir pelo receio de que o cliente possa mudar de endereço sem aviso prévio e não pagar sua dívida, gerando um prejuízo ao galego.

Outra regra tácita que eles costumam seguir é não vender a pessoas que moram em condomínios fechados, pois, nesses casos, há um grande risco de o pagamento não ser efetuado por “malandragem” do comprador. Considerando o fato de condomínios fechados terem, geralmente, um porteiro ou vigilante que intermedia o contato do morador com o

requerente, aquele pode recomendar ao funcionário do prédio a dizer que não há ninguém em casa ou mesmo decididamente não atender ao solicitante.

Outro artifício utilizado pelos galegos para evitar a burla é não vender a um cliente que ainda não tenha terminado de quitar todas as parcelas de uma compra anterior. Em outros casos, são feitas ponderações com base em critérios subjetivos do crediарista.

O mais importante instrumento de trabalho dos galegos/crediарistas é o “cartão”. O controle das vendas, das cobranças e o pagamento dos trabalhadores são alguns aspectos da atividade mediados ou controlados por meio desse item. É importante ressaltar que não estamos nos referindo aos cartões de débito ou crédito usuais nas transações financeiras. O cartão é um instrumento-chave dessa atividade porque perpassa as suas funções mais importantes. Com poucas variações, trata-se de um papel ligeiramente espesso, elaborado sob encomenda em uma gráfica. Tem formato retangular e mede aproximadamente 10 por 15 centímetros. Ele contém indicações de informações como nome e endereço do cliente com espaços para que sejam preenchidos os referidos dados.

No cartão também consta uma pequena planilha que o galego utilizará para preencher as informações de venda, como a designação do produto comprado e o seu valor total. Na medida em que o comprador for pagando suas prestações, há nessa planilha um espaço para que o galego preencha com o valor da prestação paga e indique o novo saldo devedor. Em resumo, é no cartão que o galego registra os dados básicos do comprador, como mercadoria vendida, endereço do freguês e as informações de pagamento.

A cada início de expediente, o galego vendedor se dirige à rua portando uma pilha de cartões em branco. Para cada venda realizada, um cartão será, necessariamente, preenchido. Da mesma forma, o cobrador quando vai a campo realizar sua função de cobrança também leva consigo uma pilha de cartões já preenchidos anteriormente pelo vendedor. Quando do retorno da rua, no fim do expediente, tanto o vendedor quanto cobrador prestarão contas com o dono do crediário, tendo as informações registradas no cartão como referência.

Esse procedimento de conferência das vendas que foram realizadas e anotadas no cartão é chamado pelos crediарistas de “dar baixa”. No início do expediente, antes de sair para vender, o crediарista passa no armazém do Crediário (onde ficam estocadas as mercadorias) para abastecer seu estoque itinerante.

Figura 1 - Anverso de cartão utilizado por galegos/crediaristas

CREDIÁRIO

Data da Cobrança: _____

Sem. _____ **Quinz.** _____ **Mês** _____

Sr.(a) _____

Rua _____ **Nº** _____

Bairro _____

C.P.F.: _____ **RG.:** _____

Objeto: _____

Valor R\$ _____

Data, _____ **de** _____ **de 20** _____

NÃO ACEITAMOS DEVOLUÇÃO

Data	Imp.	Resta	Data	Imp.	Resta

Assinatura do Cliente

Pedimos avisar mudança de residência - Vendedor

Fonte: arquivo pessoal

Cada um dos itens dos quais o galego se mune para vender na rua é anotado pelo patrão que, ao fim do expediente do seu subordinado, responsabiliza-se pela conferência dos produtos que foram vendidos, tendo como base as informações que constam no cartão e a lista de itens elencados no início do expediente. Ou seja, no caso do galego responsável pelas vendas, os “cartões feitos” naquele dia são repassados ao patrão e juntos eles fazem a conferência dos produtos vendidos, subsidiados pelas informações que constam nos cartões. Feito isso, o patrão deixa esses cartões reservados para que dali a um mês eles sejam repassados ao cobrador, que se deslocará até os endereços discriminados para o recolhimento do valor das parcelas estabelecidas no acordo.

Na medida em que cada uma das parcelas for sendo paga, o cobrador anotará no cartão o valor do pagamento efetuado e o valor da diferença. No caso das cobranças, a conferência que é feita pelo patrão entre informações constantes no cartão e o valor em dinheiro arrecadado pelo cobrador é chamada de “bater cartão”. É com base nos procedimentos de dar baixa e bater cartão que os vendedores e cobradores serão remunerados. Eles receberão uma porcentagem sobre o valor total da mercadoria vendida e da cobrança realizada.

Quando o cliente decide pela compra, no ato, dois cartões idênticos são preenchidos com as mesmas informações. A única diferença física entre eles são as cores. Isso ocorre justamente para indicar o cartão do galego e o do cliente (canhoto). Um ficará sob posse do comprador e o outro servirá como controle de cobranças do galego. A cada cobrança efetivada, a informação de pagamento será registrada em ambos os cartões. Além disso, há um terceiro cartão para cada venda realizada. Este terceiro cartão é o chamado “cartão-controle”.

No Crediário que acompanhamos, foi verificado que o cartão-controle é de posse exclusiva dos donos do Crediário. No entanto, quem costuma lidar com esse instrumento é a esposa do patrão, a qual exerce uma espécie de função administrativa no agrupamento de trabalho, além do trabalho reprodutivo.

Apesar de não trazermos esse tema como objeto de discussão (o que pode ser feito com mais cuidado em outro trabalho), é importante ressaltar que é possível perceber uma forte vinculação da atividade dos galegos com a questão de gênero. O trabalho no Crediário é majoritariamente desenvolvido por homens. No entanto, em nossa imersão em campo, pudemos verificar que a esposa do patrão também desempenha um papel bastante considerável nesse trabalho, muito embora não se saiba de mulheres “caindo na rua” para realizar vendas ou cobranças, por exemplo.

Considerável parte do trabalho burocrático da atividade dos galegos é exercido pela mulher do dono do crediário, além da responsabilidade integral que ela tem com trabalho reprodutivo. Há ainda casos de Crediários, conforme veremos adiante, em que os crediaristas são responsáveis pela produção da mercadoria que será comerciada. Nesses casos, é comum que toda a família participe desse processo de manufatura, inclusive, a esposa do responsável pelo negócio. Acerca dessa questão coadunamos com Sato (2017, p. 168) quando afirma que

a compreensão das condições que permitem “criar” ou realizar um trabalho no mercado informal em segmentos pobres da população exige que alarguemos o foco de estudo – no caso, que miremos a família. Esse aspecto está fortemente presente quando se analisa o caso da mulher, por exemplo. Infelizmente, apesar de todas as conquistas do movimento feminista, a divisão sexual do trabalho persiste, mantendo as mulheres em condições de desigualdade. Dessa forma, a mulher “pode” se dedicar a um trabalho precário, com menor rendimento e sem proteção social, porque ainda se mantém socialmente como sua tarefa principal o cuidado dos membros da família e a responsabilidade com o trabalho doméstico.

O objetivo do “cartão-controle” é assegurar as informações de venda e cobrança de mercadorias. Ou seja, os cartões-controle são uma versão dos cartões portados pelos crediaristas na cobrança e na venda, com todas as informações que constam neles. Sempre que um novo cartão, correspondente a uma nova venda, é feito em campo, as informações contidas neste cartão são reproduzidas, manualmente, pela esposa do patrão no cartão-controle. Quando o cartão original é levado a campo pelo cobrador para que este realize o seu trabalho, na ocasião do seu retorno, toda e qualquer alteração referente a dados de pagamento que tenha sido incluída no cartão matriz também será repassada para o cartão-controle. A feitura dos cartões-controle é uma estratégia que os donos do Crediário utilizam para assegurar os dados de venda e de cobrança.

Acerca da finalidade dos cartões-controle e do cartão matriz no Crediário, consideremos a seguinte situação hipotética: um cobrador sai de carro para fazer o seu trabalho e está portando uma pilha de cartões feitos com todas as informações de que precisa para realizar a sua função. Suponhamos que ele sofra um assalto e o veículo que o locomovia tenha sido roubado. Dentro do veículo estavam os cartões feitos. Caso o carro não seja recuperado e os cartões que estavam no interior dele tenham sido definitivamente extraviados, correria-se o risco de perder todas as informações de venda e cobrança, o que acarretaria grande prejuízo para o dono do Crediário.

Ainda a título de ilustração, dada a importância que se confere aos cartões-controle, é válido mencionar que, no caso do Crediário que pesquisamos, dispõe-se de uma ampla estrutura física onde ficam armazenadas as mercadorias e, no interior dessa estrutura,

há um espaço reservado para o desempenho de trabalhos mais burocráticos ou administrativos. Neste espaço, poderiam ficar guardados os cartões-controle, no entanto, esses cartões ficam guardados no interior dos aposentos pessoais do patrão e da sua esposa. Compreendemos isso como sinal de que os responsáveis pelo Crediário dispensam um escrupuloso cuidado para com a segurança desses instrumentos de trabalho e temem, sobremaneira, a perda das informações ali contidas.

Uma das funções que cabe ao patrão é o controle de vendas e cobranças. O principal recurso utilizado no desempenho dessa função é o registro de informações que é feito manualmente no cartão pelos galegos no ato da negociação. No entanto, esses registros não são suficientes para que o patrão tenha, de fato, um controle rígido sobre a mercadoria vendida e comprada.

Na atividade dos galegos/crediaristas, são bastante comuns episódios de fraudes perpetrados pelos próprios crediaristas em prejuízo do patrão. Acerca disso, verificamos a existência de categorias internas utilizadas para designar tais ações fraudulentas no exercício do ofício de crediarista. Uma delas é o “cartão-fantasma”.

O cartão-fantasma ocorre quando o galego simula a venda de mercadorias, preenchendo o cartão com dados falsos de clientes que nunca realizaram a compra ou que sequer existem. Nesse caso, o vendedor dá um fim à mercadoria, podendo, inclusive, se apropriar indevidamente dela e, ao retornar da rua, ainda recebe como forma de pagamento a porcentagem sobre a mercadoria “vendida”.

Outra farsa comum em Crediários é o “furo”. Este ocorre quando o galego responsável pela cobrança recebe o valor da prestação e não o repassa ao patrão, sob justificativa inventada. A título de exemplo: quando o cobrador diz que o comprador mudou de endereço, que se recusou a pagar ou que recebeu do cliente um valor inferior ao que havia sido negociado.

Nos casos em que suspeitas de fraudes pesam sobre os trabalhadores subalternos, entra em cena outra função na equipe de trabalho, a do “fiscalizador”. Escolhido pelo patrão, o fiscalizador passa a compor a equipe com a função de fiscalizar vendas e cobranças. É comum que um vendedor ou cobrador que faça parte do próprio Crediário e que goze da confiança plena do patrão, seja recrutado para desempenhar essa função. Ele é designado para acompanhar seus pares na venda ou na cobrança, a fim de que o imbróglio seja resolvido. Em algumas situações, o próprio patrão pode assumir esse posto. Sem aviso prévio, no momento em que o crediarista se prepara para cair na rua, o patrão o comunica de que o fiscalizador acompanhará o vendedor (quando há suspeita de cartão-fantasma) ou o cobrador (quando há

suspeita de furo) no seu dia de trabalho, a fim de que se faça a conferência, com os próprios clientes, das informações que constam nos cartões. Nessas situações, ocorre em campo um processo de acareação que envolve o fiscalizador, o galego (vendedor ou cobrador) e o cliente. Nos casos em que a fraude é atestada, o crediarista é expulso do grupo de trabalho.

Ao conversamos individualmente com donos de Crediários independentes, a ocorrência de fraudes perpetradas pelos crediaristas foi colocada por eles como um dos maiores impedimentos da atividade. Os patrões relataram que costumam ser bastante afetados por tais situações, pois, tal como relatamos anteriormente, entre os membros de Crediário costuma haver uma relação parental, de amizade ou de consideração que precede a relação de trabalho. Logo, o desagregamento laboral de um membro por tal motivo também implicará na ruptura de uma relação pessoal com alguém por quem se tinha estima.

Conforme já indicado neste capítulo, o ofício dos galegos contém algumas características que, quando conjugadas, conferem-lhe identidade enquanto categoria específica de trabalhadores do comércio informal. Entre elas, destacamos seu caráter enquanto atividade histórica (GOULART, 1967; PIMENTEL, 1986) que resiste às transformações e modernização das relações de trabalho através da manutenção do modelo de comercialização itinerante, como faziam os antigos mascates e caixeiros-viajantes; da natureza dos produtos comercializados (objetos e itens variados, geralmente de uso doméstico); da venda à prazo sem vínculo comercial legalmente reconhecido e da utilização do cartão de papel como controle de venda e cobrança.

O trabalho no Crediário, estando enquadrado no espectro da informalidade laboral, é exercido de maneira autônoma. Contudo, faz-se importante esclarecer que não é por ser uma atividade não regulamentada que esse ofício seja desempenhado a esmo ou desprovido de organização. O que se verifica no caso desses trabalhadores, da mesma maneira que em outras categorias informais, é que eles possuem um arranjo regulatório próprio, que se diferencia daqueles observados no trabalho regulamentado. Isto é, tomando como exemplo essa atividade, podemos afirmar que no trabalho informal também há processos organizativos intrínsecos que divergem, em muitas de suas características, daqueles observados nas estruturas de trabalho formal, assumindo formatos peculiares de organização interna.

Sobre esse ordenamento próprio que defendemos existir no trabalho informal e que não é legalmente reconhecido, mas obedece a uma lógica própria de funcionamento, recorreremos aos estudos do francês Yves Clot e a sua Clínica da Atividade, mais precisamente ao conceito de Gênero Profissional (CLOT, 2006), a fim de embasar nosso argumento de que, no que toca a agrupamentos de trabalhadores informais, como no caso dos

galegos/crediaristas, é possível, sim, haver uma eficiente organização interna, mesmo que não haja nesse ofício uma prescrição formal que a oriente.

A clínica da atividade se enquadra dentro de uma perspectiva da psicologia do trabalho denominada de clínicas do trabalho. As abordagens situadas nessa área salientam a relação entre os processos de subjetivação no trabalho e as condições que concorrem para a produção de saúde e sofrimento. Tais abordagens começam a ganhar um delineamento mais consistente a partir dos pressupostos que enfatizam, nos processos de trabalho, uma distinção entre o trabalho prescrito (tarefa) e o trabalho real (atividade realizada). Essa diferenciação em termos teóricos foi proposta pela ergonomia da atividade de tradição francesa e exerceu influência não só sobre a clínica da atividade de Clot, mas também sobre as outras correntes inseridas no âmbito das clínicas do trabalho, como a psicodinâmica do trabalho, a ergologia e a psicossociologia clínica (LEÃO, 2012).

É importante ressaltar que não faz parte do nosso escopo realizar uma discussão mais ampla e detalhada envolvendo nosso objeto e o aporte teórico da clínica da atividade. Cerceamos a ideia de gênero profissional e a importamos para este trabalho com o fim de justificar o argumento de que é possível constatar um ordenamento nos processos organizativos do trabalho informal, tomando como base um sistema de regras tácitas e consuetudinárias que se expressam no cotidiano de trabalho, respeitando a história e a agência do coletivo de trabalhadores e orientando o fazer laboral.

Segundo Clot (2006), todo trabalho é triplamente dirigido e envolve o sujeito implicado na ação, o seu objeto de trabalho e as outras pessoas a quem a atividade também é dirigida. Partindo dessa noção, ele estabelece quatro dimensões de análise do trabalho, a saber: a dimensão impessoal, que diz respeito à forma como se deve proceder na realização do trabalho, ou seja, ao que é oficialmente prescrito pela organização; a dimensão interpessoal, que se refere à interação entre os trabalhadores envolvidos no coletivo de trabalho; o estilo profissional, ou a dimensão pessoal do ofício, que é a forma como o sujeito significa a sua atividade, imprimindo a ela um caráter pessoal no modo de desempenhá-la; e, por último, a que mais nos interessa aqui, a dimensão transpessoal.

A dimensão transpessoal remete a um conjunto de regras, sentimentos, modos de agir e representações sociais que são compartilhadas pelo coletivo de trabalhadores e que norteia a ação deles no âmbito de trabalho. Ou seja, são pressupostos e práticas do cotidiano nas quais uma dada atividade se baseia, tomando-as como mecanismos orientadores do fazer laboral, mecanismos estes legitimados e replicados pelo coletivo. De acordo com Clot (2006, p. 50), o gênero é

o sistema aberto de regras impessoais não escritas que definem, num meio dado, o uso dos objetos e o intercâmbio entre as pessoas: uma forma de rascunho social que esboça as relações dos homens entre si para agir sobre o mundo. Pode-se defini-lo como um sistema flexível de variantes normativas e de descrições que comportam vários cenários e um jogo de indeterminação que nos diz de que modo agem aqueles com quem trabalhamos, como agir ou deixar de agir em situações precisas; como bem realizar as transações entre colegas de trabalho requeridas pela vida em comum organizada em torno de objetivos de ação.

Essas regras consuetudinárias atuam como uma espécie de prescrição informal que é baseada na história e nas tradições de um dado coletivo, sendo elas norteadoras do agir do trabalhador em sua rotina laboral. Conforme esclarecem Pinheiro et al. (2016, pp. 116-177)

O gênero garante a pertença do sujeito a um coletivo e é, igualmente, uma ferramenta para ação. Permite que os pares se reconheçam, se comuniquem e atuem conjuntamente, mesmo quando nunca o fizeram previamente (Clot, 2007a). Forma, ainda, uma etiqueta social para o convívio entre os profissionais e para manejar as relações interpessoais que se formam em torno de objetivos de ação comuns. Por outra via, é um instrumento para a mobilização e determina as formas de proceder aceitas pelo coletivo. Recorre-se ao gênero para evitar os erros, recorrem-se às normatividades e descrições providas pela memória coletiva comum.

Na ausência de um manual prescritivo que defina o dever-fazer dos sujeitos organizados em um dado agrupamento, cujo trabalho é baseado em processos de informalização, há que se identificar na história e no cotidiano de trabalho dos membros desse coletivo as tradições que se mantêm, sendo transmitidas por gerações, assim como as reformulações que vão surgindo em função da multiplicidade de estilos profissionais ali presentes.

É, pois, fundamentados nisso que criticamos a pré-noção equivocada que habita no imaginário popular de que o trabalho informal (característica fundamental que atravessa o coletivo de trabalhadores que estudamos aqui) é desalinhado ou caótico somente por não estar condicionado a uma prescrição formal. A observação de algumas das categorias nativas trazidas anteriormente evoca a utilização de estratégias surgidas a partir da experiência no próprio cotidiano de trabalho que são empregadas a fim de orientar o funcionamento regular da atividade.

Apesar de defendermos que os galegos possuem uma identidade enquanto categoria de trabalho específica dentro do amplo arco das práticas comerciais que se verificam no âmbito da informalidade, reconhecemos que existem variabilidades no que diz respeito à estrutura de organização interna em diferentes grupos de galegos/crediaristas e, conseqüentemente, no modo como os galegos desempenham sua função.

Essas variações podem estar relacionadas a alguns fatores, dentre os quais

podemos destacar: o local em que os galegos atuam (se na zona rural de um município ou na periferia de um grande centro); a quantidade de pessoas que compõem as equipes (há equipes formadas por um considerável número de trabalhadores e outras com um quadro bastante reduzido); e ao tipo do produto que é comercializado, pois existem circunstâncias em que as mercadorias são produzidas pelos próprios trabalhadores (arranjos de flores, produtos de limpeza e higiene) e, em outras situações, o produto a ser comercializado é comprado em distribuidoras para depois serem revendidos (móveis e utensílios domésticos, em geral). A essa variabilidade, que pode ser verificada nos processos de organização interna dos grupos de trabalho informal, denominaremos aqui de processos organizativos na informalidade.

A fim de tornar mais operacional nossa explanação, incorremos no esforço de ajustar tais variabilidades (no que diz respeito aos seus processos organizativos internos), identificadas em diferentes núcleos de Crediário, e que aqui trazemos de forma sistematizada, a partir do que foi observado nas nossas incursões em campo.

Quando falamos de processos organizativos no contexto do trabalho informal, aludimos ao modo como equipes de trabalho forjadas no âmbito da informalidade se organizam, a partir de sua divisão interna de trabalho, de suas relações hierárquicas e de produção. Em se tratando dos galegos e seus modos de organização, no que respeita a esses processos organizativos, classificamo-los em três subcategorias, que são elas:

a) Crediário elementar – que são aqueles que apresentam uma organização mais simples, onde todas as funções são desempenhadas por todos os membros pertencentes à equipe. Em relação aos itens comercializados, não se verifica grande diversidade de produtos;

b) Crediário funcional - aqueles compostos por um número maior de trabalhadores e no qual há uma diferenciação bem definida de funções, além de uma maior variabilidade de produtos comercializados;

c) Crediários médio/tradicional - aqueles que apresentam uma situação intermediária entre as duas classificações expostas acima, principalmente no que diz respeito ao número de trabalhadores e ao tipo de mercadoria.

No caso do Crediário elementar, sabe-se de equipes formadas por apenas duas pessoas que trabalham com a produção e comercialização de itens de limpeza, como detergentes e desinfetantes, cuja fabricação é caseira. Muitas vezes, a opção pela comercialização desse tipo de mercadoria se dá porque os galegos que estão iniciando seu próprio negócio não dispõem de capital para investir na compra de produtos fabricados. Nessas situações, o mais comum é que eles invistam na compra de matéria-prima e fabriquem eles mesmos os produtos que irão vender.

No passado, os “arranjos de flores de plástico” eram uma mercadoria bastante popular nesse tipo de Crediário. Eles compravam as peças que comporiam o produto final (as próprias flores artificiais e uma base dentro da qual o arranjo seria fixado com argamassa) e o processo de montagem era realizado na própria residência do galego, do qual participavam todas as pessoas que ali residiam, incluindo esposa e filhos. Hoje em dia, quase não se veem mais galegos comerciando esses itens. A retração do uso dessa mercadoria se deu em razão do encarecimento dos materiais utilizados na sua produção, o que concorreu para elevar consideravelmente o preço do produto final, encarecendo-o para a clientela.

A popularidade que os arranjos de flores tiveram no passado entre os trabalhadores do Crediário elementar cedeu lugar aos materiais de limpeza doméstica, também de fabricação caseira, como detergentes e desinfetantes líquidos. É importante mencionar que o processo de fabricação domiciliar desses itens é realizado sob condições de grande insalubridade e as pessoas que o operam ficam cotidianamente expostas a produtos tóxicos, sem os devidos cuidados.

Para o galego que está iniciando seu próprio crediário, o investimento em insumos para a fabricação de produtos de limpeza e a comercialização desses produtos é financeiramente mais viável, pois, por se tratar de uma mercadoria que não custa muito caro para o cliente, a quantidade de parcelas em que a venda é dividida é, geralmente, menor e o retorno financeiro é mais rápido. Nos casos em que o crediário se estrutura a partir da venda dessa mercadoria, não se constata uma divisão interna do trabalho bem circunscrita, podendo os encarregados do negócio exercerem todas as funções imanentes ao ofício (produção, venda e cobrança).

Depois de produzidos os itens e estando prontos para venda, o galego organiza a mercadoria no interior de uma estrutura de ferro montada sobre duas rodas, com uma alça para que possa ser puxado à mão, cuja finalidade é facilitar o transporte de pesos. Faz-se importante ressaltar que este “veículo de mão” se constitui como um acessório clássico dessa atividade e que por muito tempo foi e, em alguns casos, ainda é indispensável na atividade dos galegos/crediaristas.

Em conversas informais, ao fazer-se referência ao galego, é comum que as pessoas aludem ao comerciante “de rua” que empunha um carrinho cheio de pequenos utensílios, mercadejando-os de porta em porta. Esta representação do crediarista ainda é muito forte no imaginário popular. Com o passar do tempo, algumas estratégias adaptativas foram sendo adotadas a fim de otimizar o trabalho e alcançar uma clientela maior em menor tempo. Uma dessas estratégias foi a introdução de automóveis no processo de venda de mercadorias.

Figura 3 - Vendedor de um Crediário elementar



Fonte: arquivo pessoal

O tipo de Crediário que chamamos de “médio/tradicional” é o mais comum. O trabalhador que atua no crediário nessa estrutura organizativa é o galego que empunha a alça do carrinho sob duas rodas, abarrotado de objetos de uso domiciliar, como panelas, tapetes, espelhos, cadeiras, e sai rua afora, batendo de porta em porta, oferecendo sua mercadoria para negociação. Tanto aqui como nas outras classificações organizativas é comum que o grupo seja composto por pessoas com uma ligação estreita anterior à organização de trabalho. São membros da mesma família, parentes distantes, agregados ou amigos da família. É também o tipo de Crediário que mais guarda relação com a representação costumeira e tradicional que a população em geral tem do galego.

Figura 4 - Vendedor de um Crediário do tipo médio



Fonte: arquivo pessoal

Por fim, há o formato que denominamos de “Crediário funcional”. Esse tipo de crediário conta com considerável número de trabalhadores que desempenham funções programáticas e bem definidas. Aqui existe uma clara diferenciação entre patrões e empregados, ainda que os componentes do Crediário façam parte de um mesmo grupo familiar.

Nos Crediários funcionais, os patrões costumam ser responsáveis pela estocagem, organização, compra e distribuição entre os vendedores dos produtos para revenda, além do controle da mercadoria que sai para ser vendida e pela fiscalização de vendas e de cobranças. Na hierarquia do crediário, cujos processos organizativos são mais complexos, os donos do negócio desempenham um papel no mercado informal similar ao do microempreendedor.

Já a atividade exercida pelos empregados nos Crediários funcionais inclui as vendas, as cobranças, a alimentação, a condução de veículos, o transporte dos trabalhadores, a prestação de contas e a fiscalização das cobranças. Vale ressaltar que esta última função não costuma ser permanente nos Crediários, mas vem à tona quando o patrão desconfia de fraudes por parte dos crediaristas que trabalham para ele.

Figura 5 - Vendedor de um Crediário funcional



Fonte: arquivo pessoal

O galego, enquanto trabalhador informal, não goza de direitos e garantias laborais e isso fica evidente quando refletimos sobre a venda da sua força de trabalho. É bastante comum, talvez via de regra, que os galegos não recebam um salário fixo pela atividade que desempenham. No caso dos galegos/crediaristas com quem mantivemos contato, é também comum que a sua remuneração seja calculada com base em porcentagens que variam entre 5 e 10% do valor total de cada produto vendido e do montante arrecadado nas cobranças.

Há galegos que trabalham arduamente para garantir condições mínimas de sobrevivência para si e sua família. Nos casos em que o patrão resolve dispensar os serviços do seu galego, estejam eles trabalhando juntos, por exemplo, há três meses ou há dez anos, o empregado não usufruirá de nenhum direito ou garantia porque não há um nenhum contrato formal ou lei trabalhista que o avalize.

A carga horária de trabalho é flexível. Há certa liberdade desses trabalhadores para exercerem sua função quando desejarem. Mas isso acaba não sendo um problema para o patrão porque há uma forte preocupação por parte dos galegos em trabalhar mais para que o rendimento também seja maior. Há, inclusive, situações em que o vendedor se submete à intensificação do trabalho, esforçando-se até a exaustão, pois ele sabe que quanto menos ele vende, menores também serão os seus ganhos, pois ele recebe por comissão. As condições de trabalho também são bastante precárias. No caso dos Crediários funcionais, atualmente, é comum que os patrões invistam na compra de automóveis para que os galegos transitem pela cidade vendendo seus produtos e realizando suas cobranças, o que torna um pouco melhores as condições de trabalho do crediarista. No entanto, nas organizações elementares e médias não costuma haver condições materiais para investimento em meios que facilitem a situação de trabalho do galego. Em tais casos, o vendedor percorre longos caminhos a pé, empunhando o tradicional carrinho cheio de mercadorias, e tudo isso é feito sem devidos cuidados ergonômicos.

Historicamente, na atividade dos galegos são muito evidentes características de precariedade do trabalho, conforme explicamos anteriormente. Características essas que, no atual contexto, saem da seara do trabalho considerado não estabelecido e passam a abarcar também modalidades de trabalho formal.

As relações de trabalho típicas da chamada sociedade salarial cedem espaço cada vez maior ao trabalho não regulamentado, flexibilizado. A esse processo de perda de direitos e garantias dos trabalhadores dá-se o nome de precarização. Acerca desse fenômeno, Aquino (2005, p. 1) coloca que “a opção por denominar precarização e não precariedade não é

ingênuas. Ela se insere na mesma perspectiva processual que se aplica à exclusão social, inclusive porque são fenômenos geminados”. O autor ainda nos diz que “a precarização, sob o nome de flexibilização, acaba por constituir-se uma resposta ‘contemporânea’ do capital que articula novos modelos de temporalidades e vínculos laborais que vulneram os direitos básicos dos trabalhadores.” (AQUINO, 2005, p. 5). Considerado isso, é possível afirmar que o fato de a atividade dos galegos situar-se no campo da informalidade laboral já a torna precária por natureza, pois não pressupõe um contrato que regule a relação entre patrão e empregado com base nas disposições previstas pela legislação trabalhista, e no contexto atual, ela ganha contornos de precarização.

Outro aspecto analítico que vale ser ressaltado na atividade dos galegos/crediaristas é a relação de proximidade que esses trabalhadores passam a construir com o espaço público, a rua. No exercício de sua atividade, a rua passa a ser um espaço privilegiado de trabalho e de outras vivências desses sujeitos. Inclusive, eles costumam usar a expressão “cair na rua” para fazer menção ao próprio trabalho.

Como veremos adiante, pudemos perceber que alguns deles falam sobre a rua, ora demonstrando certa apreensão, ora certo fascínio mediante os elementos imponderáveis que a ela pode suscitar. A respeito disso, Damatta (1987, p. 15) elucida:

[a rua] não designa simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.

O espaço público, o nomadismo e as interações concebidas no seio das cidades são lentes pelas quais o galego (re)constrói suas significações sobre a vida e sobre o mundo. Ao dedicar a maior parte de seu dia à rua, ali ele também alimenta sua subjetividade. O galego é, portanto, um indivíduo que, pela natureza do trabalho que exerce, torna-se um sujeito da rua, do mundo.

No que tange a narração do presente texto, até aqui optamos pelo uso da primeira pessoa do plural no intuito de indicarmos que a nossa pesquisa não foi construída individualmente, mas é também fruto de reflexões, discussões e elaborações conjuntas, envolvendo o autor principal do texto, o professor orientador e todas as pessoas que, de algum modo, contribuíram para a construção dessa narrativa. No entanto, a proposta do capítulo seguinte é trazer uma compreensão dos processos de trabalho dos galegos/crediaristas a partir da experiência de imersão em campo perpetrada pelo pesquisador principal e de sua interação com os trabalhadores. É com base nisso que justificamos a alteração do foco narrativo, que na

próxima seção se desloca da primeira pessoa do plural para a primeira pessoa do singular.

4. FILHOS BASTARDOS DA RUA

*“Só volto lá a passeio,
no gozo do meu recreio,
só volto lá quando puder
comprar uns óculos escuros.
Com um relógio de pulso
que marque hora e segundo,
Um rádio de pilha novo
cantando coisas do mundo
[...]
Porque pra plantar feijão
eu não volto mais pra lá”*
(Tom Zé)

No dia 14 de julho de 2018, embarquei em um ônibus saindo da rodoviária de Fortaleza, ao meio dia em ponto, rumo à cidade de Aracaju, capital de Sergipe. A viagem foi longa, durou mais de um dia. Para ser mais preciso, foram um dia e uma hora de viagem. Chegando à capital sergipana, quando desci na rodoviária, Madalena já me aguardava. Madalena é a esposa de Francisco⁴.

Há muitos anos, Francisco deixou a cidade de Pio IX, no Piauí, para trabalhar como crediaria em Aracaju. No bairro onde Francisco reside, há muitos galegos. Posteriormente, eu pude constatar que naquele bairro residiam crediarias que trabalhavam nos três tipos de Crediário que classificamos no capítulo anterior. Atualmente, Francisco é o dono de um Crediário do tipo funcional.

Francisco é um antigo conhecido meu. Somos conterrâneos. Quando o contatei e expliquei que estava realizando uma pesquisa da faculdade sobre o trabalho dos galegos/crediarias, perguntei se ele poderia me receber em sua casa pelo período de aproximadamente um mês e ele prontamente se dispôs. Marquei a data da viagem e os deixei, ele e sua esposa, de sobreaviso. Nesse ínterim, mantivemos contato com alguma frequência. Em nossas comunicações, que se davam através de contato telefônico e por meio do aplicativo

⁴Os nomes fictícios atribuídos aos nossos interlocutores de pesquisa, a fim de preservar suas identidades, foram inspirados em personagens da obra literomusical do escritor, cantor e compositor brasileiro Chico Buarque de Holanda.

Whatsapp, acertamos alguns detalhes da minha viagem e eu também pude falar mais um pouco sobre os interesses subjacentes à pesquisa. Antes de viajar, ainda me comuniquei algumas vezes com Francisco, mas o meu contato mais frequente passou a ser com sua esposa.

Eu havia dito a Madalena que não era necessário que fosse me pegar na rodoviária. Bastava que ela me enviasse endereço onde eles residiam que eu solicitaria um *Uber* e, em instantes, eu estaria no endereço indicado. Ainda assim, ela insistiu que iria me buscar.

Por volta das 14 horas do dia 15 de julho, cheguei na residência de Madalena e do seu esposo. Ela me mostrou o quarto onde eu ficaria, disse que se eu quisesse poderia descansar da viagem e que se precisasse de alguma coisa era só avisar. Um pouco mais tarde, Francisco voltou de uma cobrança que estava fazendo por ali mesmo, no seu bairro. Já era noite. Fizemos uma refeição e fomos para varanda da casa. Lá conversamos durante algum tempo sobre assuntos diversos. Uma pauta recorrente na conversa era o município de Pio IX e assuntos relacionados à cidade e aos seus habitantes.

Além de Francisco, Madalena e seus filhos pequenos, morava também na casa um irmão de Francisco, que há cerca de dois anos viera embora de Pio IX para trabalhar, pois lá estava desempregado. Antes de nos prepararmos para dormir, Francisco me disse que, a partir das oito horas da manhã, os galegos/crediaristas começariam a chegar e que, caso eu desejasse, poderia me dirigir ao armazém para conversar com eles.

No dia seguinte, no horário indicado por Francisco, os galegos que trabalham para ele começaram a se reunir na casa do patrão. Eram seis homens (contando com seu irmão), com idade entre 22 e 35 anos. Todos oriundos do município de Pio IX. A casa onde Francisco mora é um imóvel do tipo duplex e fica em uma rua não muito movimentada, situada em um bairro na periferia da Aracaju. A parte térrea do imóvel tem duas repartições: um grande vão e um pequeno escritório, que fica localizado bem ao fundo. Neste amplo espaço fica armazenada uma grande variedade de mercadorias, entre as quais: cadeiras e mesas de plástico, cadeira tubular de balanço, cadeiras infantis, bebedouro, cadeiras estofadas, tapetes ornamentais, roupeiros, painéis de variados tamanhos, fruteira, sapateira, colchões de solteiro e de casal, cama box conjugada de casal e de solteiro, mesas de quatro e seis cadeiras desmontadas, guarda-roupa, cômoda, rack, painel para televisão, armário de cozinha, fogão, etc. Além disso, a repartição também funciona como garagem, onde ele guarda uma frota composta por cinco carros, a maioria é do tipo *pick up*. Esses carros foram adquiridos por Francisco e todos são utilizados na venda e cobrança das mercadorias.

Figura 6 - Estoque de mercadorias no armazém do Crediário



Fonte: arquivo pessoal

Figura 7 - Veículo de carroceria abastecido de mercadorias.



Fonte: arquivo pessoal

Na informalidade laboral é comum perceber, por vezes, que quando se trata de um agrupamento familiar que exerce alguma atividade dessa natureza, o espaço doméstico/residencial da família também comporte o espaço de trabalho. No caso de Francisco e de sua família, muito embora o imóvel se divida em duas grandes repartições que impõem um certo limite ao espaço da casa e do trabalho, o trânsito das pessoas que residem ali (bem como das pessoas que não residem, como os crediários que trabalham para Francisco) é muito constante entre esses dois ambientes.

Nos dias em que estive em Aracaju, na casa de Francisco, observando a rotina dos galegos, eu não consegui vislumbrar um tempo que pudesse ser dedicado, exclusivamente, ao trabalho e ao de descanso. Essas duas esferas são bastante imbricadas na vida desses trabalhadores. Acerca disso, ao falar sobre os distintos aspectos do trabalho no contexto urbano, com ênfase nas manifestações do trabalho informal em regiões periféricas das grandes cidades, Sato (2017, p. 162-163) coloca:

Uma caminhada por uma favela [...] permite-nos ver que no interior da grande maioria das casas, por menor que sejam os imóveis, as pessoas praticam alguma atividade econômica. Chama a atenção o fato de em muitas casas haver um misto de espaço doméstico e espaço de trabalho. Ali estão instalados um pequeno salão de beleza, um pequeno bazar, um pequeno armazém, um pequeno bar ou um pequeno restaurante. Mesmo nas casas onde parece não haver separação entre os espaços privado e público, aparentando ser apenas locais de moradia, constata-se que o espaço doméstico tem também um uso comercial, como se vê pelos cartazes que anunciam a venda de geladinho, o aceite de encomendas de salgadinhos e doces, a oferta de serviço de manicure, a venda de produtos de beleza de grandes empresas, dentre outros serviços. Nota-se que essa configuração é muito diferente da existente em bairros de classe média ou alta, nos quais está presente a especialização dos espaços: bairro residencial, bairro industrial ou bairro comercial; edificação residencial ou comercial.

No primeiro dia em campo, eu observei que os galegos empilhavam sobre a carroceria dos carros variados tipos de mercadoria como colchões, estofados, cadeiras, sapateiras, jogos de panelas, entre outros. Enquanto isso conversavam entre si e riam lembrando alguma situação jocosa ocorrida em campo. Após organização do estoque itinerante sobre os veículos, os galegos utilizavam uma corda para premer os objetos contra a estrutura do carro, fazendo com que eles ficassem fixos e não corressem o risco de cair quando o veículo se pusesse em movimento. Nos carros cuja parte traseira não era aberta, a mercadoria era empilhada e amarrada da mesma forma. Dava-se um jeito.

Sem muita dificuldade, eles conseguiam realizar essa tarefa individualmente. No entanto, ao irmão de Francisco tinha sido atribuída a tarefa de auxiliar cobradores e vendedores no carregamento e descarregamento de mercadorias quando estes se preparavam para ir e ao voltar da rua. O trabalho do irmão de Francisco no crediário era como o de um

estivador - uma função cuja inexistência em outros Crediários seja provável e que foi criada por Francisco no intuito de dar um trabalho ao seu irmão.

Feitos os últimos ajustes, cobradores e vendedores estavam prontos para cair na rua. Os vendedores que trabalham nos Crediários funcionais também costumam portar consigo um catálogo no qual consta uma enorme variedade de mercadorias de maior porte, cujo transporte nos carros é inviável.

Os crediaristas responsáveis pela cobrança também assentavam sobre o carro algumas mercadorias e buscavam um catálogo para levarem consigo, pois sempre acontecia de surgir alguém interessado em realizar uma compra ao perceber que ali se tratava de galego, independentemente da função específica que ele exercia.

Na rua, o mercadejo se concretiza. O vendedor para e desce do carro deixando-o em um local estratégico (onde a mercadoria sobre o veículo possa ficar visível) e, segurando um catálogo, começa a bater de porta em porta. Conforme relatamos anteriormente, somente no Crediário funcional é que se costuma comerciar mercadorias de maior porte. E, para tanto, faz-se necessário o uso do catálogo, considerando a inviabilidade no transporte de tais mercadorias. Ao levarmos em conta que a modalidade funcional de Crediário é relativamente recente, também podemos afirmar que uso dos catálogos nessa atividade é um recurso relativamente novo no trabalho dos crediaristas. E de acordo com relatos que veremos mais adiante, o Crediário de Francisco foi pioneiro nesse processo (ao menos em Aracaju).

Ao negociar com o freguês, além das mercadorias expostas, o vendedor apresenta a variedade de itens que constam no catálogo, expandido assim o seu leque de opções de venda. Caso o cliente se interesse por alguma mercadoria do catálogo, ele solicita os dados do freguês e ambos acordam um momento para que a mercadoria seja entregue. É possível que se disponha desta mercadoria no estoque do armazém do Crediário, mas caso a mercadoria não conste lá, o vendedor informa a demanda ao patrão e este entra em contato com um “representante” da distribuidora para fazer a solicitação dos itens requeridos pela clientela. A distribuidora então envia a mercadoria demandada para o endereço do armazém e, logo que isso ocorre, o patrão informa ao vendedor. Este entra em contato com a cliente e eles combinam um dia e horário para que a mercadoria seja entregue.

O patrão costuma se reunir duas vezes por semana com o representante da distribuidora para fazer essas solicitações. É importante mencionar que a distribuidora que abastece o Crediário de Francisco é de propriedade de um ex-crediarista. A maior parte dos Crediários médios e funcionais estabelecidos naquele bairro também tem suas mercadorias fornecidas pela mesma distribuidora.

Faz-se interessante notar que, mesmo em se tratando de uma atividade informal, o avanço da tecnologia tem sido um importante aliado no trabalho dos galegos/crediaristas em comparação com um passado distante ou até mais recente.

Antigamente, quando ainda não era comum a implementação de automóveis nos processos de venda e cobrança, os galegos/crediaristas percorriam longas distâncias a pé e sob o sol, empunhando “carrinhos de mão” abarrotados de mercadorias. Além disso, a velocidade dos contatos humanos proporcionada pelos avanços tecnológicos nos recursos comunicativos também dinamizou consideravelmente o processo de vendas.

Há fregueses que, quando interessados na compra de alguma mercadoria, não ficam mais a mercê da passagem ocasional de galegos pela rua onde moram. Atualmente, é comum que os clientes mais assíduos disponham do contato deles. Por meio de um telefonema ou do envio de um “zap” não tarda muito e o galego chega na porta de suas casas, portando o produto requerido via telefone ou aplicativo de celular.

Acerca da assiduidade de certos fregueses, é válido frisar que há casos em que estes se mantêm nessa condição por anos e, possivelmente, até por décadas. Francisco comentou que há uma senhora que é sua cliente desde que ele veio morar em Aracaju, há mais de quinze anos, quando ele ainda era “crediarista dos outros”.

Ao retornarem da rua, os vendedores estão portando uma pilha de “cartões feitos”. O patrão e os vendedores se reúnem para dar baixa nos cartões e, em seguida, as mercadorias remanescentes são retiradas do carro pelos vendedores, com a ajuda do estivador. Depois de acomodarem as mercadorias e guardarem os carros no interior do armazém, os vendedores se reúnem com Madalena e repassam a ela os cartões feitos. Madalena anota as mercadorias que saíram para que, na ocasião da prestação de contas, seja calculada a porcentagem sobre valor total dos itens vendidos que constituirá o pagamento dos vendedores.

A porcentagem de ganho dos vendedores sobre as mercadorias vendidas é calculada a partir do seu porte. Caso seja um objeto de pequeno porte (cadeiras, bebedouro, tapetes, roupeiros, painéis, fruteira, sapateira, colchões e outros), a porcentagem que caberá ao vendedor pelo valor do produto total é de 5%. Mas se o item vendido for de grande porte (cama box conjugada de casal e de solteiro, mesas madeira de quatro e seis cadeiras, guarda-roupa, cômoda, hacker, painel para televisão, armário de cozinha, fogão etc.), a porcentagem que ele receberá é de 7% sobre o valor total do produto. Os cartões feitos naquele dia são repassados para Madalena que, em seguida, procede no “colecionamento” destes.

“Colecionar cartão” é uma denominação também atribuída pelos galegos/crediaristas ao processo de organizar os cartões levando em consideração dois

critérios fundamentais: data e o local da cobrança. Ou seja, colecionar é dispor de todos os cartões cujas cobranças serão realizadas naquele dia e organizá-los colocando bairros e ruas em sequência. O trabalho de colecionar os cartões está diretamente relacionado à função de cobrança e evoca outra categoria nativa no Crediário, também pertinente aos cobradores: o “tuneral”.

Antes de cair na rua, os cobradores se reúnem com Madalena, que repassa a eles uma pilha de cartões nos quais estão indicadas que cobranças deverão ser realizadas naquele dia. Por exemplo, se é dia 25 do mês corrente e a venda foi realizada no dia 25 do mês anterior, todos os cartões com pagamento previsto para aquele dia são repassados aos cobradores por Madalena, que premeditadamente organiza os cartões, verificando a data de cobrança, ou seja, ela “colecciona os cartões”.

O Crediário de Francisco conta com três cobradores, além dele mesmo que, circunstancialmente, dependendo da necessidade, também exerce essa função. Cada um dos seus três cobradores tem um percurso fixo a seguir. O cobrador segue uma linha geográfica lógica tornando possível a realização de cobranças em endereços próximos uns aos outros, evitando, desse modo, fazer a cobrança em um endereço localizado em um ponto “a” da cidade, e em seguida deslocar-se para um ponto “c”, mais distante do ponto “a”, tendo que retornar ao ponto “b”, que, por sua vez estava mais próximo do ponto “a”.

À esta operacionalização do trajeto, que tem como objetivo facilitar o trabalho de cobrança, os crediáristas denominam de “tuneral”. O tuneral é um percurso programático, baseado na divisão do mapa da cidade em regiões que serão atendidas por determinados cobradores. Cada cobrador tem o seu tuneral e ele sempre seguirá esse mesmo trajeto, que é pensado para evitar deslocamentos desnecessários, dinamizando o processo de cobrança. Ao retornar, os cobradores e Madalena novamente se reúnem para bater cartão, que é a prestação de contas, conforme explicamos no capítulo anterior.

Os galegos de Francisco já estavam cientes de que durante algum tempo eu estaria por ali, observando-os no desempenho de suas atividades, e eu também poderia eventualmente acompanhá-los em campo. Conforme o patrão tinha esclarecido para eles, eu estava fazendo uma “pesquisa da faculdade” sobre os crediáristas e pediu a eles que se dispusessem a me orientar sobre o modo como desempenhavam o seu trabalho.

Inicialmente, eles se demonstraram curiosos em relação a tal pesquisa e para que ela serviria. Eu tentei explicar quais eram os meus objetivos de forma clara e acessível, abstenho-me do uso de jargões acadêmicos. Eles acharam a proposta interessante e, em todos os momentos em que os interpelei, eles se mostraram muito solícitos, respondendo aos meus

questionamentos de maneira educada e atenciosa. Todos, inclusive, já sabiam quem eu era, mesmo que alguns deles não me conhecessem pessoalmente. Isso é possível graças à prática recorrente de mapeamentos parentais que existe no município de Pio IX (e não só em Pio IX, mas também em outros municípios de pequeno porte) e que são apropriadas pela população como estratégia de controle social. Ou seja, alguns daqueles crediaristas nunca tinham me visto, mas sabiam que eu era da família Arrais Alencar, neto de Chico Né e dentre os quatro filhos de Socorro, eu era o que estudava em Fortaleza.

Apesar de não mais residirem (pelo menos temporariamente) naquele município piauiense, ainda parecia haver uma ligação afetiva muito forte deles com o lugar de origem. Ao retornarem da rua, é comum que alguns dos crediaristas que trabalham para Francisco permaneçam para jantar na casa do patrão. Eles costumam ficar conversando na varanda da casa, esperando que o jantar fique pronto. Em todas as vezes que estive presente nesses momentos de descontração, algum assunto relacionado ao município de Pio IX era evocado.

Geralmente, eram conversas relacionadas ao cotidiano, aos hábitos daquela cidade e ao trabalho rural. Certa vez, um deles comentou que ficou sabendo que “as criações” de muitos proprietários rurais que moravam em diferentes regiões do município estavam nascendo mortos ou defeituosos. Eles atribuíram isso aos anos de seca antecedentes. Em outra conversa, falava-se também que não adiantava retirar madeira para fazer cerca quando não fosse noite de lua cheia, porque quando assim se procedia a madeira costumava “se lascar”. Comentavam, inclusive, sobre episódios que remetiam a situações embaraçosas de seus conterrâneos como, por exemplo, que alguém ficou sabendo e comentou que fulano de tal tinha tomado um “porre” no boteco de sicrano, em seguida, caiu na rua e chegou em casa carregado por beltrano, o qual ia passando casualmente pelo local e se deparou com aquela situação. Às vezes detinham-se a falar sobre assuntos de trabalho, mas os assuntos sobre o município piauiense sempre retornavam.

A casa de Francisco também costuma ser muito visitada durante a noite. A maioria dos visitantes mais corriqueiros são conterrâneos que também são donos ou trabalham em Crediários independentes, sendo estes elementares, médios ou funcionais. De segunda a sábado, todos os dias, essa rotina de trabalho e de relações se repetia na casa de Francisco. Domingo é o dia de descanso.

Nas próximas seções incorreremos na tarefa de fazer um maior detalhamento de cada uma das principais funções desempenhadas no Crediário de Francisco, evocando aspectos da trajetória de vida desses trabalhadores e tentando nos aproximar o máximo possível das percepções que eles têm sobre a atividade que realizam. Em função disso, daqui

em diante, será bastante recorrente o uso de diálogos e falas literalmente coletados em campo acerca dos mais diversos aspectos que atravessam o ofício que eles desempenham.

4.1 O Patrão

Francisco tem 38 anos de idade e estudou até a quarta série do ensino fundamental. Ele saiu de Pio IX quando ainda tinha 16 anos e, desde então, trabalha como crediarista. De acordo com ele, o que o motivou a migrar foi a busca por um trabalho. Desde a infância, ajudava seus pais com a lida na lavoura, segundo ele, fazendo os mais variados tipos de serviços como “plantar feijão e mandioca, quebrar milho, apanhar a castanha”. Ele também ajudava o pai com os bichos, soltando-os na roça durante o dia para que eles se alimentassem e buscando-os de volta no final da tarde. De acordo com ele, o trabalho com a agricultura não valia a pena, pois se trabalhava muito e ganhava pouco. Às vezes, não se ganhava nem o suficiente para sobreviver. Sempre bem-humorado, ele diz sorrindo: “Roça lá esse ano, o saco de feijão dá 30 reais. Dá nem pro cabra tomar um porre”. Para ele, a adaptação à nova realidade não foi difícil. Ele não tardou muito a se acostumar.

A reflexão que Sato faz sobre a migração enquanto necessidade adequa-se precisamente à trajetória laboral de Francisco e as motivações que o levaram a migrar, conforme relatado acima. Segundo a autora (2017, p. 168-169)

Outros motivos forjam trajetórias de trabalho que não são, necessariamente opções individuais, mas um caminho quase natural, dado o contexto familiar e social, aliado aos valores e aos sentidos atribuídos ao trabalho nesse espaço. Há casos em que não faz sentido pensar em escolha profissional, pois as trajetórias de trabalho são desenhadas por condicionantes e possibilidades presentes no grupo familiar e social.

Quando saiu de casa para morar em Aracaju, Francisco foi acompanhado do seu cunhado, que estava desempregado. Ele disse que só voltaria em sua terra natal para rever sua família quando tivesse “alguma coisa”. E retornou a sua cidade somente um ano após tê-la deixado. De acordo com ele:

Só fui lá com um ano. Porque assim, quando eu saí de lá, eu bebia cachaça e fazia um bocado de presepada. Aí o povo dizia que... aí eu disse: ‘pois agora eu vou mostrar’. Quando eu fui lá eu já levei logo uma mota nova. Naquele tempo pro cabra comprar uma mota... não era que nem hoje em dia não, era difícil. E eu fui logo numa mota minha. E isso só com um ano trabalhando.

Inicialmente, Francisco morou dois anos em Aracaju. Durante esse tempo, ele trabalhou como vendedor para o mesmo patrão. Passado esse período inicial, Francisco

decidiu que iria morar em Fortaleza. Nesta cidade, ele foi vender para o esposo de uma tia sua. Lá passou dois anos. Na mesma época, o seu cunhado também fora embora. Tinha ido ser crediariista de um conterrâneo que era dono de um Crediário em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Ao indagá-lo por que ele decidiu ir para Fortaleza, ele respondeu: “Porque o cabra quando é novo quer saber é de andar mesmo. Eu disse: ‘vou é conhecer lugar’. Aí peguei o beco. O cabra quando é novo não tem quem segure a gente. Quando a gente mora no meio do mundo, o pai da gente não empata da gente fazer nada. A gente dá na cabeça e vai.” Mas não demorou muito, Francisco já se preparava para retornar à Aracaju, onde reside e trabalha como crediariista até hoje. Também perguntei se ele sentia algum desejo em retornar para morar em sua terra natal. Ele respondeu dizendo:

A gente tem os filhos da gente que tem que estudar. Pra gente ir pra lá pra depois... eles, eles não têm estudo pra eles lá. Pra eles tá só no meio do mundo aí, sem um estudo que preste, é melhor pra eles aqui mesmo. Por mim, eu ia. A gente é criado e vive de qualquer jeito, do jeito que dá certo. A partir do momento que nasce um filho seu, aí você se apega e quer é o melhor pra eles, né.

Nos primeiros oito anos trabalhando como galego no crediário “dos outros”, Francisco exerceu principalmente a função de vendedor. Mas ele também foi cobrador. Houve situações em que ele acumulava as duas funções. A respeito disso, há algo que não chegou a ser explicitado quando eu estive no local de pesquisa, mas que posteriormente foi depreendido enquanto eu acessava os meus arquivos de campo. Eu notei que há uma dimensão valorativa no que diz respeito às funções subalternas do Crediário: a função de vendedor está abaixo da função de cobrador, tanto em grau de importância atribuída pelos próprios crediariistas, como em termos de rendimento.

Em determinadas falas, eu notei que eles se referiam à passagem de vendedor para cobrador como uma ascensão na atividade. O patrão costuma elevar à função de cobrador aqueles galegos em que ele mais confia. Além disso, a porcentagem que o cobrador recebe sobre o valor total do produto vendido é sempre maior do que a do vendedor. Há algumas situações, como a de Francisco no passado, em que é possível acumular as duas funções (quando é visto como pertinente pelo patrão) visando aumentar os ganhos do crediariista. No entanto, a carga de trabalho também é muito maior. A respeito de sua atividade, quando ainda trabalhava “para os outros”, Francisco diz:

Antigamente, as cobrança era muito grande, eu passava o dia e uma parte da noite na rua. Só chegava em casa era de noite. Porque era muito ‘cartão pequeno’. O cabra saia pra vender e fazia 20, 30 cartão num dia. Não é que nem móvel não que você faz cem cartão na semana toda. Antigamente, você vendia uma plantinha que era 20, 25 reais... e era meio mundo de cartão aí pra você sair cobrando depois. Era

trabalhoso demais. Antigamente, a gente vendia e a cobrança era por semana num arranjo de flor, você ia em uma casa pra cobrar dois, três reais por semana. Era trabalhoso demais. E o pior é que a gente saia pra cobrar dois reais e as infelizes das freguesas ainda diziam que não tinham o dinheiro pra pagar.

Quando Francisco fala em “cartão pequeno”, ele está se referindo à venda de produtos cujo valor não é tão alto. Estes produtos são, geralmente, a principal mercadoria que se mercadeja nos Crediários elementares, mas também podem ser encontradas nos Crediários médios. Na fala de Francisco que foi trazida acima, fica evidenciado que, pela natureza dos objetos a que ele se referiu, tratava-se de um Crediário elementar. Antigamente, os arranjos de flores que eram fabricados pelos próprios crediáristas eram o item mais comum neste tipo de Crediário. Conforme já explicitado, atualmente quase não é mais possível encontrar Crediários baseados na venda desses produtos. O encarecimento dos insumos utilizados na fabricação dessa mercadoria foi uma das principais razões disso.

Após quase uma década sendo crediáristas de outros padrões, Francisco utilizou algumas economias que acumulara para investir em mercadorias e começou a vender por conta própria. Seu Crediário inicialmente era elementar. Nele foi investido muito trabalho e dinheiro e passou a se configurar como uma modalidade do tipo médio/intermediário. Atualmente, classificamos o Crediário de Francisco como do tipo funcional. Dos Crediários situados no circuito daquele bairro, o de Francisco é considerado por todos como o mais próspero. Apesar de venturoso, o negócio de Francisco já teve dias melhores no passado. Ele nos diz que houve um período em que havia cerca de quinze galegos trabalhando para ele. Apesar de ser o patrão, Francisco diz que ainda exerce todas as funções do Crediário, incluindo venda e cobrança. No entanto, suas principais (e exclusivas) atribuições são a compra de mercadoria para revenda e o acerto de contas com seus funcionários.

Francisco ainda é jovem, mas com apenas 38 anos de idade ele já cumula diversos problemas de saúde. Ao perguntar-lhe se ele se sente feliz fazendo o que faz, ele responde:

É bom, né. A gente tem que gostar daquilo que coloca a comida na mesa. Mas o trabalho dá muito quebra cabeça pra gente. Problema de saúde mermo. Esses que eu tenho foi gerado tudo de trabalho. A diabete... o médico mesmo diz, o médico. Diabete, infarto, foi tudo do trabalho. Preocupação, estresse demais. O que gerou o infarto meu foi isso aí. Estresse, é... dia a dia. Raiva. Tudo isso. A diabete mesmo, se eu tiver bem, ela tá boa, mas se eu tiver mal, ela vai lá pra... Fora os outros problemas. Problema de nervo, de pressão... a pressão agora controlou, mas tudo isso eu tenho.

Conforme expus em outro momento, a casa de Francisco é muito frequentada por seus conterrâneos que também moram na cidade de Aracaju e que igualmente trabalham como galegos em Crediários independentes. Um deles é Duran, que também é natural de Pio IX. Ele

é primo legítimo de Francisco e é o patrão de um Crediário situado em um bairro vizinho ao de seu primo. Em uma dessas ocasiões em que ele esteve na casa de Francisco, pusemo-nos a conversar sobre assuntos diversos e eu o informei que estava ali para fazer uma investigação acerca da vida e do trabalho dos galegos/crediaristas. Ele então se dispôs a contribuir com um pouco de sua experiência

Duran veio morar em Aracaju bem antes de Francisco. Ele atualmente tem 45 anos e saiu de lá aos dezesseis anos, tendo retornado àquela cidade somente dezesseis anos depois. Apesar de ter passado tanto tempo sem ir à sua terra natal, as lembranças de sua infância/adolescência em Pio IX parecem ainda ocupar um importante lugar de significação em suas memórias.

Eu era feliz e não sabia era quando eu morava lá. Vovó fazia comidas boa e me chamava, as tia tudo. Ia pra casa de tia Rita, tia Januária, de todo mundo. Tinha tia Geni, mas tia Geni morava nessa época em Fronteiras, Araripina... mas as outra ali eu ia tudo. Aí nessa época vovó fazia uns baião de dois, e tinha umas bananas bem docinha. Nessa época o açude tinha muita água, atrás do açude dava banana que só a porra. Vovó fazia um ovinho frito, com baião de dois e uma bananinha... rapaz, eu comia demais e era bom demais, ô, época boa.

Assim como Francisco, Duran também se mudou de Pio IX para Aracaju, a fim de trabalhar como vendedor em um Crediário de um senhor que era seu parente. Não tardou muito, Duran começou a prosperar, mas ele teve problemas na condução do negócio e acabou “quebrando”. No trecho a seguir, ele fala um pouco sobre a sua trajetória de trabalho, morando fora do seu município de origem. Ele adianta também um daqueles que ele considera serem os maiores percalços da sua atividade que é a lida com funcionários desonestos.

No começo eu tinha meu crediário, aí eu quebrei. Aí teve uma época que comecei a viajar pro Paraguai pra trazer mercadoria. Aí quebrei também. Me prenderam uma época com mercadoria de 50 mil reais. Aí comecei o crediário de novo, fui trabalhar pros outros, cobrando. Aí depois comecei a trabalhar pra mim de novo. Aí botando gente ruim pra trabalhar, quebrei, certo? Aí depois que fui aprendendo mais a ser mais rígido, porque eu era muito besta. Eu achava que todo mundo podia confiar em todo mundo. Antigamente, eu vendia lençol, sabe? Lençol, panela, toalha de mesa, as miudeza tudo... Aí os cara pegava na hora de irem pro depósito é... pegar as mercadoria pra encher os carrinho pra ir pra rua, aí chegava lá pegavam essa coisas pequena, sem eu ver, e botavam dentro das sapateira pra depois tirar e ficar pra eles... é coisa de ladrão, rapaz. Tem ladrão pra tudo no mundo. Hoje em dia eu sou malaquias, mas eu também não posso me considerar muito esperto, porque tem mais esperto do que eu, eu sei. Mas hoje eu sou um cara mais esperto, aprendi com a vida. Que não se pode mais confiar em ninguém, por tudo o que eu já passei, entendeu?

E continua

Olhe que Francisco é doente daquele jeito por causa de trabalho, mas ele teve foi sorte na vida, porque teve muita gente boa que trabalhou com ele. Mas também teve vários crediarista que roubou ele. Teve o Nicanor; teve o Max, aquele que matou o

cara. Teve... isso é, só os que eu sei, né? Ah, teve mais outro, um tal de Ciro. Um desses aí é o compadre dele. Ele teve um problema de roubo com o compadre dele, com um mês depois, [Francisco] infartou. É raiva que passa. O cabra passa raiva, bicho, e preocupação. Você pode é conseguir, mas é difícil conseguir alguma coisa na vida nesse meio nosso. Aí vem um fela da puta levar o que é seu de graça... a vontade é de ir lá de matar. Às vezes você... um dia você pode é vingar, sabe, mas não faz imediatamente porque vai pensar “pô, se eu fizer agora, tá recente e eu tô lascado, né... vou preso”. Mas a vontade é só essa que dá, de chegar e derrubar e acabou-se. Mas são uns safado, rapaz. Não dá valor não. Você dá emprego a um infeliz que tá morrendo de fome, o infeliz ganha dinheiro às suas custas porque você deu emprego, aí ele vai lhe rouba.

Em sua fala, Duran dá muita ênfase às relações difíceis que tem ou já teve com os seus crediáristas. Ele também relatou que mais recentemente recebeu um primo para trabalhar com ele. Segundo Duran, ele acolheu o seu parente e deu oportunidade de trabalho, mas depois soube que este estava agindo com desonestidade. O que, para Duran, foi um choque, já que não esperava que alguém por quem ele tinha tanta consideração pudesse agir de tal forma.

Outro dado interessante presente na fala de Duran é que, pelo menos no que diz respeito aos Crediários em Aracaju, ele se diz o precursor da implementação do uso de automóveis nas vendas. Essa afirmação surgiu quando eu o indaguei sobre possíveis mudanças em sua prática de trabalho ao longo de todos esses anos em que ele atua como crediárista. De acordo com as suas próprias palavras:

De antigamente pra hoje mudou muita coisa, mudou no sentido de que antigamente, ou andava a pé, certo? Com uma sacola nas costas, vendendo, ou com o carrinho. E aí eu fui um dos... eu fui um não, eu fui o fundador dos cara aqui em Aracaju que começou a vender de carro (automotivo). Ninguém vendia. Quando eu quebrei, eu fui vender pra compadre Francisco, ele tinha um carro, aí eu disse: “ei, compadre...” ele não era nem meu compadre ainda. Eu disse: “Ei, Francisco, me dê teu carro aí, bicho. Com teu carro eu faço 25 cartão todo dia, se eu não fizer 30”. Aí ele disse: “rapaz, será que é?” Aí eu peguei o carro e comecei. Era 25, 30 cartão todo dia, todo dia. Aí pronto. Aí ele achou bom e começou investir em carro menor, já usado, pra dar para os crediáristas dele vender. Hoje só vende empurrando mais carrinho quem não tem o dinheiro pra comprar um carro e sair vendendo nele. Mas quem já tem mais uma estruturazinha já compra é um carrinho, bota as coisa em cima, leva o catálogo e sai vendendo. Foi muito melhor pras vendas, porque uma hora você tá aqui, outra hora já tá ali, outra hora já tá em outro lugar. Quando era no carrinho não tinha como, você cansava. Você não aguentava ir... você não tinha como andar longas distâncias a pé. Eu mesmo já sofri muito na vida empurrando carrinho... nas ladeira, subindo aquelas ladeira grande mesmo, e botava um cabra pra ajudar... subir com o carrinho pesado, puxando, cheio de coisa dentro, aí você empurrava hoje e aí já tinha que empurrar amanhã também no meio do sol quente... era osso, meu primo.

Duran também relatou que já teve problemas mais sérios com alguns de seus fregueses. Houve o caso de um imbróglie que precisou ser levado às vias judiciais. Segundo seu relato, uma cliente lhe comprou vários móveis, mas a senhora não arcou com a sua parte no acordo, que era pagamento, nem tampouco quis devolver as mercadorias. Na ocasião de

uma cobrança, essa situação envolveu a polícia, que foi chamada ao local pela própria senhora, a fim de retirá-lo de lá. Tal situação só pôde ser resolvida quando Duran moveu um processo contra a freguesa, que teve que lhe devolver os móveis.

Francisco e Duran têm histórias de vida parecidas, visceralmente atravessadas pela atividade que desempenham. Ambos, com dezesseis anos de idade, partiram de uma mesma região rural do Piauí para morar na capital sergipana. Iniciaram suas trajetórias no Crediário como vendedores e depois de uma vida toda dedicada a isso (e com todas as dificuldades que atuar nesse trabalho implica) hoje eles são donos do próprio negócio e cumprem o papel de receber jovens oriundos do mesmo lugar de origem. Jovens esses que conhecem bem as agruras de viver em lugar castigado pelos fenômenos climáticos, que sofrem com a falta de oportunidades de inserção laboral em âmbito local e que migram buscando engajarem-se em meio de trabalho que lhes garanta a própria sobrevivência. A seguir traremos mais alguns elementos relacionados à atividade dos vendedores, baseados na perspectiva de um jovem crediarista, também natural do município de Pio IX, Piauí, e que trabalha no Crediário desempenhando essa atividade.

4.2 O Vendedor

Quando Pedro chegou a Aracaju, ele tinha apenas quinze anos de idade e, atualmente, ele tem vinte e três. Ele estudou até a sétima série do ensino fundamental. De início, foi para morar e trabalhar com um tio que é crediarista. No entanto, logo que chegara, ele ainda não iria trabalhar no Crediário em suas formas mais convencionais, as quais já foram expostas aqui.

Ele começou levando mercadorias para vender em uma feira da cidade. Essas mercadorias pertenciam ao Crediário e, pela venda delas, ele ganhava uma comissão. Ele e o seu colega levavam as mercadorias dentro de um carro e, chegando ao local, pegavam apenas algumas peças e iam oferecendo aos donos das bancas, que costumavam comprá-las para revendê-las a um preço maior aos clientes da feira. Ao sinal de interesse dos compradores, Pedro dizia que também dispunha de outras mercadorias e, caso os feirantes demonstrassem interesse, eles iam ao carro e apanhavam o(s) objeto(s) pelo(s) qual(is) o comprador se interessava. O pagamento, assim como ocorre nos Crediários convencionais, também era parcelado. A diferença é que a cobrança das parcelas era realizada semanalmente, aos domingos - dia em que a feira costumava funcionar.

Outra característica desempenhada por Pedro nessa atividade comercial que

também se assemelhava ao Crediário era a venda de utensílios domésticos de pequeno porte, como tapete, mosqueteiro, capa de sofá, panela, espelho e outros. Segundo ele, só não se vendia peças grandes. Uma das poucas diferenças entre o trabalho comercial que Pedro desempenhava e o trabalho do crediário é o fato de ele não estar na rua, vendendo de porta em porta. Optamos por não incluir uma outra classificação de Crediário (entre aquelas que elencamos anteriormente: elementar, médio, funcional), tomando como base o trabalho que Pedro realizou quando dos seus primeiros anos em Aracaju, pois esta parece ser apenas uma variação sem tanta expressão entre as formas estabelecidas de exercer o trabalho de galego/crediário. E, conforme nos relatou, ele a desempenhava como meio de adquirir algum aprendizado e experiência. Durante um período inicial, Pedro trabalhou dessa forma, mas depois de algum tempo, ele se tornou um crediário, de fato.

Pedro disse que, quando era criança, já trabalhava na roça, mas à medida que foi amadurecendo, despertava o desejo de ser independente e ganhar dinheiro por seus próprios meios. Para tanto, o trabalho na agricultura não era o suficiente. Foi quando resolveu parar de estudar e decidiu ir embora, tendo sido recebido por seu tio na capital sergipana. Perguntei-o sobre como ele lidou inicialmente com o processo de mudança. Com o diálogo que se sucedeu a partir desse questionamento, ficou claro o quanto as redes sociais de acolhimento são importantes para também diminuir o impacto causado pela ruptura de laços com os modos de vida anterior.

PESQUISADOR: como foi sua adaptação assim que você deixou Pí IX?

PEDRO: Rapaz, foi rápido. Logo aqui nesse bairro também tem muita gente conhecida que é de lá. É quase a mesma coisa de tá lá, só que dando pra ganhar dinheiro. Quando eu vim pra cá eu tinha meu tio, um bocado de gente... primo. Não foi difícil não. Ruim era se eu fosse... por exemplo, tu mora aonde?

PESQUISADOR: Em Fortaleza

PEDRO: Pronto. Se eu for pra Fortaleza. Lá eu não tenho nenhum conhecido. Lá já ia ser mais ruim, tá entendendo? Morar só. A pessoa... Tá entendendo como é? Agora aqui não. Eu cheguei, fui morar mais meus tios, com roupinha lavada, comida na hora... feita. Essas coisas, tá entendendo?

PESQUISADOR: Você sente falta da sua terra natal? Pensa em voltar pra lá?

PEDRO: Eu tô trabalhando pra isso. Sinto saudades demais de lá. É, rapaz, o cabra ficar longe de pai, de mãe é muito ruim. Igual a terra da gente não tem igual não. Você, não gosta de lá não?

PESQUISADOR: Sim, sim. Também gosto. Mas me responde uma coisa, se você voltar pra lá, você pretende viver como?

PEDRO: Eu quero juntar um dinheiro aqui pra investir num criatório lá e ficar vivendo disso. Eu sinto falta da tranquilidade, do sossego. E eu também, eu gosto de

trabalhar em roça, eu não vou mentir. Eu não tenho preguiça não. Gosto de lutar com bicho... gado, vaca, ovelha. O trabalho de roça com seca não presta não, mas tando chovendo dá pra ir se virando, né?

Apesar de ter o anseio de um dia voltar para o interior, Pedro diz que gosta do seu trabalho na capital e frisa que sua vontade de voltar não é por insatisfação no trabalho, mas sim porque quer estar perto da família. Ele diz que pensa nos pais que já estão ficando velhos e precisam de alguém que cuide deles. Também afirma que, desde que partiu, algo que já tinha muito claro para si era que um dia retornaria e reconhece que oito anos já é muito tempo longe de sua terra natal.

Acerca do seu cotidiano de trabalho, eu peço a Pedro que me explique detalhadamente como ele costuma agir quando está vendendo na rua. De acordo com suas próprias palavras:

PEDRO: Estaciono o carro no meio da rua e saio batendo de um lado e do outro. Eu bato na porta e digo: ‘senhora... ô, bom dia, bom dia. Bora dar uma olhadinha nas mercadoria’. Aí se ela perguntar: ‘e você vende o que?’ Aí eu respondo: ‘vendo cadeira, colchão, móveis...’ aí ela vem olhar as peça que tão à mostra no carro, aí eu também mostro o catálogo com os móveis, porque ninguém anda em carro com móvel em cima porque não dá. Aí ela pergunta como é o pagamento e a gente diz o preço e diz que divide por mês. Aí tem umas que pergunta como é, se paga é no cartão. Aí eu digo, não, não precisa ser cartão, precisa só ter casa própria.

PESQUISADOR: O cartão que ela pergunta é o cartão de crédito?

PEDRO: É, o cartão de crédito, mas a gente não trabalha com cartão de crédito. Aí a pessoa diz que quer um jogo de cadeira, aí a gente já faz o cartão, bota nome, endereço, telefone...

EU: Em quantas vezes vocês costumam parcelar uma mercadoria?

PEDRO: Vai pelo valor da mercadoria. Por exemplo: um jogo de cadeira é trezentos reais. Se eu fosse dividir pra dez vezes ia ser dez vezes de trinta, né isso? Mas a gente só divide pra seis, jogo de cadeira. Fica cinquenta reais por mês. Aí vem um colchão, um colchão a gente divide pra dez. Fica dez de oitenta. Porque colchão é mais caro, aí dá pra dividir pra um valor maior.

PESQUISADOR: Com entrada ou com a primeira pra um mês?

PEDRO: Não. Só se ele quiser pagar uma logo, mas a primeira é pra trinta dias. Aí quando ela diz que quer comprar, aí eu pergunto logo se a casa dela é própria. Se ela disser que é própria aí eu vendo. Aí eu faço o cartãozinho. Faço um pra mim e outro pra ela.

Pedro também relatou sobre um “ritual” comum da atividade que, até conversar com ele a respeito disso, era algo que eu não tinha conseguido captar. Trata-se de uma incumbência de trabalho que envolve, ao mesmo tempo, vendedor e cobrador. Estes, geralmente, desenvolvem suas funções de maneira independente um do outro. No entanto, há

um dia da semana em que a atividade dos dois é interseccionada e eles caem juntos na rua, mas não para vender ou cobrar, eles vão “passar ficha”.

O vendedor costuma fazer suas vendas de segunda a sexta. No sábado, ele se reúne com o cobrador na área pela qual este é responsável por cobrir para que possa mostrá-lo cada endereço onde as vendas foram realizadas. É esta conferência que envolve, ao mesmo tempo, estas duas funções do Crediário que os trabalhadores chamam de passar ficha. No entanto, o dia escolhido para passar ficha pode ser negociado, a depender da disponibilidade de ambos. Nos casos em que o galego acumula as funções de vendedor e cobrador, sendo ele mesmo o responsável pela cobrança das vendas que fez, obviamente, esta função torna-se dispensável.

Pedro ainda alerta que é necessário que o cobrador esteja muito atento quando do cumprimento da função de passar ficha, pois nestas situações é que possíveis fraudes perpetradas pelo vendedor podem ser descortinadas, como no caso do “cartão-fantasma”. Como já foi explicado, o cartão-fantasma trata-se de uma farsa em que o vendedor forja dados de clientes que nunca chegaram a realizar uma compra. Nesses casos, o vendedor surrupia a mercadoria e ainda recebe a comissão pela venda. Somente com, no mínimo, um mês depois é que a fraude pode ser descoberta por ocasião da cobrança. Em função disto, Pedro alerta que ao passar ficha, é necessário que o vendedor não apenas indique onde mora o referido comprador, mas também que, chegando ao endereço, o cliente seja chamado e o vendedor indique que aquele de quem está acompanhado é quem irá realizar a cobrança das prestações.

Em conversa sobre isso, Pedro também me esclareceu acerca de outra modalidade de vendedor que chamarei aqui de “crediarista intermitente”. Este é um tipo de vendedor que não faz parte do agrupamento fixo de trabalhadores e costuma ser admitido para trabalhar somente por temporadas. No período em que estive em campo não cheguei a ter contato com nenhum galego que laborasse sob essas condições. De acordo com Pedro, hoje em dia não é mais tão usual encontrar um crediarista intermitente por causa da fama que eles adquiriram de fraudar os crediários aos quais prestam serviços. Sobre esses crediaristas atípicos, Pedro afirma:

PEDRO: Mas tem vendedor que não tá nem aí. Visa só a comissão. Ganhou a parte dele... E tem muito vendedor que vem passar só umas temporadas, tipo, trinta dias. Aquele vendedor, ele vem pra ganhar dinheiro. Ali ele vende a gato, a cachorro, a criança, a bêbado, a quem der certo. Aí ele vende e tá vendido e pronto e vai embora. Aí chega o final do mês, o patrão pagou a comissão dele, ele vai embora. Quando o cobrador for cobrar, se tiver tudo perdido, aí pronto, quem se lasca é o patrão. Ele não tem mais nada a ver, ele já tá é lá no Piauí. Aí de lá, ele vai pra Fortaleza, passa mais trinta dias em Fortaleza. Lá em Fortaleza ele vende a gato, cachorro, e a bêbado e a bêbada, menino e quem der certo. Tá vendo que se eu fosse patrão não

pegava um crediariista desse. Para o patrão não tem futuro não. Tem futuro pra ele que bota o dinheiro no bolso e nunca mais volta lá. Aí, escute: ele passa mais trinta dias na Paraíba. Passa mais trinta dias no Sul do Piauí. Passa mais trinta dias na Bahia e aí ele roda o Brasil. Ele também pode fazer assim: ele vem pra cá, trabalha trinta dias para o Francisco, aí faz umas venda malfeita e o Francisco não vai querer mais. Mas aí tem o Julinho da Adelaide bem ali que já pode pegar ele. Aí ele vem e trabalha pro Julinho e o Julinho pode não querer mais. Mas aí já tem outro bem ali embaixo, o Creonte e que pode trabalhar com ele.

PESQUISADOR: E esses que você citou, o Julinho da Adelaide, o Creonte também são donos de Crediário?

PEDRO: Sim, tudo dono de Crediário. Tá entendendo como é o movimento. Ele vai se queimando, com o acordo do tempo. Mas aí também ele já tem roubado muito.

Ainda sobre sua rotina de trabalho, Pedro narrou que costuma chegar ao armazém do seu patrão às oito horas da manhã. Sua primeira ação é carregar o carro com mercadorias. Dos objetos disponíveis no armazém, ele escolhe dois itens de cada, por exemplo: dois colchões, dois jogos de cadeira, dois bebedouros, entre outros. Enquanto Pedro está fazendo o carregamento com a ajuda do estivador, Francisco responsabiliza-se pela conferência e registro da mercadoria que comporá o estoque itinerante.

Um aspecto que vale ser ressaltado na função do vendedor é que o trajeto que este irá percorrer não é definido de acordo com a sua própria conveniência. Diferentemente da invariância que há no trajeto a ser percorrido pelos cobradores (o tuneral), o percurso do vendedor não é fixo, mas, no entanto, é heterodeterminado. Ou seja, o trajeto que este irá percorrer não será sempre o mesmo, mas também não é definido de acordo com a sua própria conveniência.

A região para onde o vendedor é designado a ir tem impacto direto sobre a função de cobrança, considerando-se que se houver um desfalque de vendas em uma determinada região, o cobrador será penalizado, já que os seus ganhos são baseados nas comissões que recebe pelo que cobra. Em vista disso, o patrão planeja e indica a região que o vendedor irá percorrer, levando em consideração o abastecimento de cobranças nos tunerais de cada cobrador. De acordo com Pedro, os vendedores passam cerca de um mês vendendo na região indicada pelo patrão e, passado esse período, são alocados para outra região.

Ao retornar da rua, Pedro se reúne com Francisco para dar baixa nas mercadorias. Este registra o que foi vendido e, ao findar a semana, soma o valor total de todas as mercadorias vendidas e calcula a porcentagem que cabe ao vendedor. A comissão recebida pela venda do mobiliário de maior porte, como guarda-roupas, fogões, armário de cozinha etc. é de 8%. Em mercadorias pequenas ele recebe a porcentagem de 5% sobre o valor total.

A respeito do pagamento, há, no entanto, algo importante a se observar: caso o cliente não pague pelo produto ou então decida devolvê-lo, o vendedor terá que restituir ao patrão a comissão que ganhara. Caso ele não tenha esse dinheiro naquele momento, o patrão faz um “vale”. O vale é um valor que fica registrado pelo patrão e será descontado sobre os ganhos do vendedor nas próximas comissões que ele for receber. O vale também pode ser um adiantamento que o crediarista (nesse caso, tanto o vendedor quanto o cobrador) solicita ao patrão para suprir alguma necessidade inesperada. Trata-se de um empréstimo. Quando dos próximos pagamentos, aquele valor será debitado pelo patrão.

Enquanto conversávamos na varanda da casa de Francisco, podíamos divisar pela janela nevoeiros se formando no céu, prenunciando a queda de chuvas. Nesse momento, ele olhou para o céu disse:

PEDRO: Vixe, o tempo tá fechando pra nós. Ah, se tu quiser botar aí, quando tem muita chuva, é muita dificuldade pro vendedor. É porque não tem como ganhar dinheiro não.

E continuou, mas dessa vez, bem pausadamente, como se quisesse enfatizar esse detalhe:

PEDRO: Pronto, aqui no inverno é muito ruim pro vendedor. Pode botar aí no seu estudo porque vai precisar. Vender assim não tem como, né? Primeiro porque o povo é com as portas tudo fechada. Aí você bota assim: período de inverno é muito ruim pro vendedor. Anotou?

PESQUISADOR: Sim, anotei.

Perguntei se Pedro já tinha passado por alguma situação conflituosa ou de violência em campo e como costumava ser a relação dele com os seus clientes. Ele respondeu:

Como eu sou só vendedor, aí minha dor de cabeça é mais pouca. Eu não me preocupo muito não. Essa preocupação do cobrador ir fazer uma cobrança e a pessoa não querer pagar, isso aí eu já não me preocupo muito com isso aí não. O meu trabalho é vender em casa própria. Anotar o cartão direitinho, explicar o cobrador, como é e como não é. Aí lá se a freguesa pagar duas ou três prestação e não quiser pagar mais, aí o cobrador ou toma, ou briga lá mais ela, né.

Pedro tem como parceiro de vendas o seu irmão, que foi no seu enalço para Aracaju, tendo chegado pouco tempo depois dele. Ambos moraram juntos por um tempo, até que Pedro casou e teve uma filha. Depois disso, seu irmão mudou-se para morar com outros conterrâneos, que também eram crediaristas. Em conversa rápida que tive com o irmão de Pedro, ele me disse que aquele era o seu último mês ali em Aracaju e que estava em vias de mudar-se, junto com sua família, para uma pequena cidade do interior do Ceará, próxima ao

seu município de origem. Pedro também espera ansiosamente por esse dia. Mas segundo ele, ainda não é a hora.

4.3 O Cobrador

O dia 20 de julho de 2018 foi uma das ocasiões em que acompanhei Juca nas cobranças. Juca planejara este dia somente para fazer “repasses”. No entanto, resolveu alocar algumas mercadorias sobre o carro para chamar a atenção da freguesia, pois mesmo quando ele saía exclusivamente para cobrar, sempre aparecia alguma venda. Antes de cairmos na rua, Juca se reuniu com Madalena, que se dirigiu ao seu quarto pessoal, abriu um armário estreito, de duas portas, dentro do qual continham inúmeras pilhas de cartões feitos. De lá, ela retirou uma pilha específica de cartões, que já estava colecionada, e os repassou a Juca. Depois disso, pegamos a rota do seu túnel.

Juca concluiu o ensino fundamental quando ainda morava no Piauí e, logo depois, parou de estudar. Ele saiu de casa quando tinha apenas dezessete anos de idade e atualmente está com vinte e dois, residindo, portanto, há cinco anos em Aracaju. Ele relata que decidiu migrar porque queria trabalhar e de onde ele veio não havia oportunidades, a não ser o trabalho na roça, que, de acordo com ele, não compensava. Juca é primo legítimo de Francisco.

Eles vêm de uma família de nove irmãos. O pai de Juca e a mãe de Francisco são dois desses nove irmãos, os quais moram em localidades bem próximas situadas na zona rural do município de Pio IX. Há uma forte aproximação entre os núcleos familiares dos quais os referidos crediários fazem parte. Quando Juca foi embora para Aracaju, ele foi para morar na casa do seu primo-patrão e lá reside até hoje. Atualmente, Juca é o crediário em quem Francisco deposita a maior confiança.

Apesar de sua principal função no Crediário ser a cobrança, Juca também é vendedor. A venda e a cobrança são as duas funções tradicionais e mais bem definidas nessa atividade. No Crediário elementar, em função da estrutura incipiente do negócio, tais atividades costumam ser exercidas pela mesma pessoa, a qual também costuma participar do processo de produção das mercadorias que serão comercializadas (como no caso dos arranjos de flores e os materiais de limpeza).

No Crediário médio/intermediário há uma divisão bem clara das duas funções, divisão essa que é engendrada para dinamizar a atividade, fazendo com que ela renda mais.

Mas isso só é possível porque o patrão passa a ter condições de ampliar o seu grupo de trabalhadores.

Nos Crediários funcionais ressurgiu a possibilidade de uma mesma pessoa exercer as duas funções clássicas do Crediário. Isso se tornou factível pela implementação do uso de veículos automotivos. A utilização de carros nos Crediários diminuiu o tempo gasto pelos vendedores nos percursos, possibilitando ao crediarista fazer uma maior quantidade de cartões em um tempo bem menor se compararmos com os vendedores que não dispõem de veículos para trabalhar. Desse modo, o tempo que se ganhou pode ser dedicado à função de cobrança.

Além disso, em todos os tipos de Crediário, na cobrança, sempre foi necessária a utilização de motocicletas ou carros pela necessidade de percorrer longos trajetos. Sendo assim, quando o cobrador cai na rua de carro para cumprir o seu papel, ele leva consigo algumas mercadorias presentes no armazém, uma pilha de cartões em branco e também sai portando um catálogo de itens para a venda, pois, ao transitar pelo seu túnel, as pessoas na rua costumam interpelá-lo interessadas em fazer uma compra quando percebem que se trata de um galego.

Quando o crediarista que está em cobrança consegue realizar uma venda, ele recebe a comissão tanto pela venda quanto pela cobrança. Mas vale ressaltar que o patrão só permite que somente aqueles crediaristas por quem ele tem maior afeição pessoal e confiança, como é o caso de Juca, acumulem essas duas funções.

Enquanto percorríamos o túnel da cobrança de Juca, conversávamos sobre questões gerais relacionadas ao trabalho e aspectos de sua vida que são perpassadas pela atividade que ele desempenha. Cerca de vinte minutos depois, Juca para o carro, interrompe a nossa conversa e diz que chegamos ao endereço de uma cliente.

Era uma rua de um bairro suburbano, com casas simples e pessoas conversando nas calçadas. Era um bairro imediatamente contíguo àquele onde se localiza o Crediário de Francisco. Juca desce do carro, bate à porta uma vez e espera um pouco. Bate mais uma vez e eis que surge uma senhora que aparenta ter cerca de sessenta anos de idade, que abre a porta sorridente e já se desculpa.

Juca relatou que a cada mês, aquela senhora fica à espera do cobrador com o dinheiro da prestação reservado. Ela já era cliente do Crediário desde muito antes de Juca trabalhar com isso. Ele disse que gostava muito de tê-la como cliente porque ela era “muito boa pagadeira”. No primeiro diálogo, a senhora justificou a Juca que da última vez que ele passara, ela não estava em casa porque teve que ir a um posto de saúde. Por causa do que relatara, eu pude notar que a senhora tentava se redimir com certa preocupação, mas logo Juca

fez questão de tranquilizá-la, dizendo que não havia problema algum. Ele perguntou se ela iria comprar-lhe algo naquele dia, mas ela disse que iria esperar quitar a próxima parcela, que seria a última.

Enquanto eles dialogavam, Juca pediu o cartão da senhora, riscou de caneta a diferença remanescente do pagamento anterior e, no espaço apropriado do cartão, anotou o valor referente à próxima parcela. A mesma coisa ele fez no seu cartão, reforçando verbalmente o valor que faltava: “agora falta só mais uma de 35,00 (reais)”. Foi então que ele consultou um pequeno calendário que portava e perguntou à sua freguesa se poderia retornar na data “x”. Ela concordou e, depois disso, ele agradeceu, entrou no carro e seguimos o trajeto do seu tunal.

Figura 8 - Calendário utilizado pelo cobrador como instrumento de trabalho



Fonte: arquivo pessoal

Eu pude observar que sempre que saia do carro para dialogar com as clientes, Juca estava portando o cartão correspondente à venda realizada naquele endereço e sempre levava em mãos um pequeno calendário. Aquele calendário tratava-se de um recurso indispensável na execução da sua função de cobrança. Quando Juca está realizando uma cobrança, ele sempre porta o calendário para verificar o dia do próximo pagamento e informá-lo à cliente.

Para facilitar o seu trabalho, Juca divide o seu tuneral em duas subáreas. Desse modo, ele dedica dois dias da semana para cobrir cada uma delas. Ele planeja também mais dois dias para fazer o repasse. Naquele trecho específico do seu tuneral, ele costuma atuar nos dias de terça e quinta. Do mesmo modo, quando Juca consegue realizar uma venda, ele acerta com o cliente a cobrança para dali a mais ou menos um mês. É nesse momento que ele utiliza o calendário para averiguar se trinta dias após a venda, a data coincidirá com um dia de terça ou quinta (que são os dias em que ele costuma percorrer aquele trajeto do tuneral, conforme expus).

Caso a data não coincida com um destes dois dias, ele ajusta o recebimento para a data mais próxima de uma terça ou uma quinta. Mas se a data sugerida por ele para recebimento da prestação (tendo averiguado o pequeno calendário) não seja viável para a freguesa, ele ajusta o pagamento para outra data aproximada até ambos chegarem a um acordo.

Continuamos nossa conversa e eu o indaguei sobre o seu processo de adaptação em Aracaju e ele respondeu que não foi difícil e que gosta muito de trabalhar no Crediário, pois foi o meio que ele encontrou para ganhar dinheiro. Sobre o que mais o afeta em relação à sua vida pregressa ele diz que é o fato de estar longe do pai, com quem sempre foi muito apegado. Afirma ainda que muitos desses migrantes ainda são apegados à terra natal e pensam em um dia voltar a morar lá, mas, em contrapartida, ele fala que já tinha notado que há muitas pessoas, inclusive próximas dele, que migraram e se adaptaram bem ao novo modo de vida. Há ainda aquelas que, segundo ele, habitam-se de tal forma que nem cogitam mais a possibilidade de retorno, a não ser a passeio. E continua:

JUCA: Tem muita gente que sai de lá [Pio IX] pra trabalhar de crediaria, mas também tem muita gente que sai ali da Serra do boi, do Recreio pra trabalhar em Ceasa também. Que é fruta... descarregar caminhão.

PESQUISADOR: Então, você acha que as pessoas que saem para trabalhar em outras cidades é mais pra Crediário e no Ceasa?

JUCA: É. Só pra essas duas coisas, que sai. Crediário ou Ceasa. Estudo, né... às vezes tem o estudo ali, mas... não é formado e hoje em dia pra estudar mais pra frente de ter uma profissão, precisa ter um diplomazinho. Aí muita gente ali do interior, da roça mesmo, não termina os estudo não.

Eu, então, indago-o se ele tinha vontade de voltar a morar no interior e ele me responde com outra pergunta “Voltar pra viver de que?”. Continuou dizendo que no início pensou muito nisso, mas que, pelo menos por agora, não pretende retornar. No entanto, reconhece que este é o desejo de muitos dos seus conterrâneos.

JUCA: Teve o Tigrão que veio pra cá pra trabalhar com Crediário, ficou alguns anos aqui, e voltou. E agora fica lá só de perna pra riba, sem fazer nada.

PESQUISADOR: Mas também acho que ele ralou muito aqui, né?

JUCA: Não foi muitão também não. Disse que nem comia... miserável demais. Não gastava nada, nada, nada, nada. Não comia, não fazia nada, o negócio era só ganhar o dinheiro mesmo.

PESQUISADOR: Mas esse dinheiro não acaba não?

JUCA: Não acaba porque ele... foi um dinheiro bom, aí agora ele tá vivendo de agi... de emprestar dinheiro a juro. Aí o dinheiro dele tá girando lá, só que foi o dinheiro que ele ganhou aqui como crediaria. Ele também investiu muito em terreno aqui. Tem também terreno que ele comprou aqui na beira de praia que no tempo era barato, valia, vamos dizer, uns 500 conto e hoje vale 80 mil. Tem até outros terreno que ele tinha e perdeu. Não pagou os imposto que precisa pagar, aí tá aí, né... o povo invadiram já, fizeram isso e aquilo. Ele tem terreno demais aqui, ele. Ele tem até casa aí no bairro que ele comprou e hoje vive aí alugada e ele recebendo o dinheiro. Aquele ali não fica é pobre é mais nunca.

Quando Juca chegou, ele ainda não podia trabalhar como galego, pois convencionou-se que no Crediário de Francisco todos os vendedores e cobradores só trabalhariam de carro e como Juca ainda era menor de idade, ele não poderia exercer nenhuma das duas funções, pois não possuía carteira de motorista. Ao completar dezoito anos, Juca tratou imediatamente de providenciar sua carteira de habilitação.

No mesmo período havia um crediaria que foi recebido por Francisco e que trabalhou para ele por muitos anos, mas que estava na iminência de deixar o agrupamento. Tal decisão foi tomada porque ele concluiu que era o momento de montar o seu próprio Crediário e assim o fez. Com a saída deste rapaz, Juca recebeu o tural que era dele.

Conforme expôs o cobrador, naquele bairro residem muitos galegos/crediarias que vieram de Pio IX e a maioria deles já trabalhou pra Francisco. E assim como fez o rapaz a quem Juca substituiu, muitos deles trabalharam até conseguir acumular ganhos que lhes permitissem investir na compra de insumos e mercadorias e, a partir disso, montaram seus Crediários independentes. Acerca disso, é importante salientar que os novos Crediários, na maioria dos casos, são criados por quem já trabalhava como galego em outro Crediário mais estruturado. Para começar um novo negócio, é necessário um investimento maior ou menor, a depender da estrutura do Crediário que se pretenda montar.

Geralmente, os Crediários iniciais costumam ser do tipo elementar ou, com menor frequência, do tipo médio. Nenhum dos meus interlocutores chegou a mencionar sobre algum Crediário que tenha iniciado suas atividades com características do tipo funcional.

Para começar trabalhando com a venda de bens de consumo semiduráveis ou duráveis de maior porte, como móveis domésticos (armário de cozinha, sofás, guarda-roupas, etc.) é preciso ter capital, uma boa quantia de dinheiro para investimento inicial, o que não é possível acumular, mesmo se esforçando bastante, apenas trabalhando como vendedor ou cobrador. Além disso, o retorno financeiro dessa mercadoria só costuma ocorrer após quatro ou cinco meses após o investimento, pois dado o seu alto custo, ela precisa ser revendida à freguesia em um número maior de parcelas. No caso da venda de produtos de limpeza ou da venda de flores, mercadorias típicas dos Crediários elementares, a cobrança é liquidada mais rapidamente, dado o seu custo menor de venda, e, conseqüentemente, o retorno financeiro é mais rápido. A esse respeito, Juca diz que:

Quarenta ou cinquenta mil pra investir em móvel dá uma carradinha de nada. Mas peça pequena, investir 50 mil dá muita coisona. Dá de fazer um bocado de cartão na rua, tá entendendo? Porque é ali que vem o lucro pro cartão. Agora, 50 mil de móvel o cara faz desse tantinho de ficha aqui, ó [disse pegando uma pequena pilha de cartões], que não vai dar nada pra gente cobrar.

No ínterim entre o momento que chegou a Aracaju até completar seus dezoito anos, Juca foi incumbido da função de estivador, a qual atualmente é exercida pelo irmão do Patrão.

Enquanto conversávamos, fazíamos pequenas pausas quando Juca chegava aos endereços de cobrança. Percorremos diversas ruas e bairros de Aracaju. Havia alguns trechos do túnel de Juca que eram bastante afastados da região mais central da cidade. Muitos lugares lembravam até uma zona de habitação rural. Em um determinado trecho, especificamente, passamos por ruas sem calçamento, vias cujas passagens eram bastante dificultadas por buracos e esgotos que as atravessam. Em alguns lugares, parecia não haver saneamento. A população aparentava ser bastante vulnerabilizada.

Houve um momento em que entramos em uma determinada passagem vicinal, cercada de ambos os lados por um frondoso e fechado matagal. Vindo em nossa direção, do lado oposto, divisava-se dois homens em moto. Nesse momento, Juca breiou o carro, acionou a marcha à ré e saímos dali por outro caminho. Ele me disse que eu não precisava ficar assustado, mas resolveu que mudou o trajeto por precaução, pois ele disse que um vendedor de Francisco já tivera a mercadoria saqueada por assaltantes naquela região.

Figura 9 - Na rota do tuneral de Juca (1)



Fonte: arquivo pessoal

Figura 10 - Na rota do tuneral de Juca (2)



Fonte: arquivo pessoal

Figura 11 - Na rota do tunelal de Juca (3)



Fonte: arquivo pessoal

Paramos diante de uma residência cujo aspecto era bem humilde. Antes de descer, Juca me disse que não tinha mais expectativas de receber mais valor algum da mulher que morava ali. Tinha dado por perdido, pois já estava há meses tentando ao menos renegociar o pagamento, mas a freguesa sempre se esquivava. Quando ele chamou, quem saiu à porta foi uma criança de aproximadamente dez anos de idade. Ele perguntou pela dona da casa e a garota disse que ela não estava. Tinha ido trabalhar. Juca responde: “Toda vez eu passo aqui e vocês ficam dizendo que ela tá trabalhando, tá com bem três meses. Quem já se viu trabalhar desse tanto de tempo e não receber nada? Diga a ela que eu passo terça feira pra pegar dinheiro aí. Diga a ela que por favor deixe aí”. Ao entrar no carro, Juca diz: “ela tava aí sim. Não saiu porque é enrolada. Toda vez que eu passo aqui ela se esconde. Não vendo mais nunca.”.

Assim como procedi com todos os crediariistas, também perguntei a Juca se havia algo na atividade que o contrariava e ele respondeu que situações como a que eu acabara de presenciar eram o que mais o deixava chateado. Para ele, lidar com as pessoas muitas vezes é difícil. Há clientes que não colaboram e que já realizam uma compra com a intenção de não pagar, prejudicando-os dessa forma. Ainda de acordo com ele, há também aqueles que, no ato da cobrança, alegam defeito na mercadoria comprada ou desdenham da sua funcionalidade. Há clientes que assim o fazem com a intenção de não pagar ou, ao menos, visando que o crediariista diminua o valor negociado anteriormente. Essas situações são potencialmente geradoras de conflito e podem descambar em violência, tal como veremos no tópico a seguir.

Nos dias de repasse, Juca costumava terminar o seu expediente mais cedo. Já eram quase treze horas e nos preparávamos para passar na casa da última freguesa que seria visitada naquele dia. Juca bateu à porta e uma senhora que aparentava ter cerca de quarenta anos saiu para recebê-lo. Eu também saí do carro e fiquei aguardando Juca resolver com sua freguesa os trâmites da cobrança. Em seguida, dirigi-me a ela, identifiquei-me e falei sobre a pesquisa que eu estava realizando. Perguntei se ela poderia conversar um pouco comigo acerca disso, assegurando-a de que seria rápido e não iria tomar muito o seu tempo. Ela educadamente se dispôs a fazê-lo. Indaguei-a por que ela era cliente dos galegos/crediariistas. Ela respondeu:

Sabe, por que, assim, é... não tem, pra mim... eu vou falar a verdade. Não tem prob... não tem... assim, problema com juro. Com acréscimo nenhum, né. Pelos que eu compro, não tem, nunca tive problema. Sempre são umas pessoas boa... entendeu? E na loja é muita coisa em cima, e juro e juro em cima. Se você deixar de pagar um dia aí já cobra juro. Porque aqui a pessoa não tendo o dinheiro no dia, aí você conversa direitinho. Por isso que eu não gosto de ter não gosto de ter meus compromisso e não poder pagar. Por isso que hoje eu já fui reclamar porque meu dinheiro não saiu e

eu já fui reclamar. Aí eu gosto de sempre fazer com que agradar porque aí as vezes eu quero comprar de novo, e aí? E se você deixar de pagar um dia na loja você recebe juro. As vezes até um mês, você já vai pro SPC. E um mês a pessoa pode atrasar brincando porque as vezes uma pessoa da família adoece aí você já tem um gasto... E assim as pessoa que eu compro sempre são umas pessoa assim agradável, umas pessoa que não tem ignorância. Na minha parte assim, nunca tive problema, graças à Deus. E ele aí [aponta para Juca] é uma pessoa até já conhecida, que ele vende lá a minha irmã, né. Já vendeu, né? Eu acho assim que é uma coisa por causa de juro e é uma coisa que facilita mais na porta. Você não tem que sair pra ir pro comércio pra comprar o que você quer.

Em seguida, agradei à cliente pela colaboração. Ela, muito educadamente, se colocou à disposição para ajudar como fosse preciso para a realização da pesquisa. Eu e Juca entramos no carro e dali voltaríamos para o armazém de Francisco. Chegando lá, Juca descarregou a mercadoria e, junto ao seu patrão, deu baixa nos itens que foram vendidos. Em seguida, reuniu-se com Madalena, repassou a ela os cartões que levou ao sair e o dinheiro arrecadado, bateram cartão e, por aquele dia, Juca estava liberado.

4.4 Quem está na rua está sujeito a tudo

Como dissemos anteriormente, não há um marco formal que regule as relações comerciais entre os crediários e a freguesia. O contrato é consuetudinário e, em função disso, quando um galego realiza uma venda, sempre há o risco de perda de mercadoria. Outra importante marca da atividade são renegociações. Em conversas com os galegos/crediários sobre o que eles consideravam como percalços sobressalentes do trabalho, um problema que sempre se citava eram as situações de conflito e violência a que os trabalhadores estão expostos no cotidiano laboral. Apesar de reconhecerem tais situações como embaraçosas, lidar com essas adversidades já é, para eles, algo naturalizado, quase que inerente à atividade. Embates e discussões com a clientela são muito comuns. A principal motivação disso é o não pagamento pela mercadoria adquirida, conforme combinado. Em função disso é que os galegos sempre dão preferência aos clientes já estabelecidos.

Nas vezes em que acompanhei Juca na rua, presenciei muitas situações em que o galego batia à porta da cliente e ela pedia para que ele retornasse outro dia, pois naquele momento ainda ela não tinha o dinheiro do pagamento.

De acordo com o relato de cobradores, quando isso ocorre pela primeira vez (algo que é, inclusive, muito comum), o cobrador pede que o cliente indique a data em que ele poderá voltar para recolher o valor da prestação, data essa que, preferencialmente, não seja muito distante do dia anteriormente acordado. Esse retorno é chamado de “repasso” pelos

crediaristas. O cobrador costuma resguardar um dia por semana só para arrecadar as prestações faltosas. Ou seja, fazer o repasse. Ocorre de o cobrador voltar no dia remarcado e a cliente dizer que ainda não tem o dinheiro. Novamente, ele pede que ela indique outra data.

Quando ocorre de o pagamento atrasar um mês ou mais, as possibilidades de negociação e do bom diálogo se encerram e o cobrador assume uma postura mais austera, ameaçando adentrar a residência do cliente e “tomar” a mercadoria. O que, de fato, acontece dado o não cumprimento do acordo comercial. No entanto, situações como essa não ocorrem sem resistência, e é nesse momento que se instala a celeuma. Acerca disso, Francisco, o patrão, relatou:

Todos nós que trabalha com isso discute muito com cliente. Já me juraram muitas vezes de morte. Não tem esse pra não ter esse tipo de problema não. Quase todos tem. Aliás, tudim tem. Não tem nem como saber se o cliente é bom ou não. Porque compra a gente a primeira vez e paga certinho. Aí depois o cabra vende de novo e aí começa a dar trabalho.

Também vale ressaltar que o crediarista que atua na função de cobrança está mais sujeito a se envolver em situações de alteração com o freguês do que o vendedor. Isso fica bem evidenciado na fala de Pedro, o vendedor, quando este diz que:

Eu sou só vendedor, aí minha dor de cabeça é mais pouca. Eu não me preocupo muito não. Essa preocupação do cobrador ir fazer uma cobrança e a pessoa não querer pagar, isso aí eu já não me preocupo muito com isso aí não. O meu trabalho é vender em casa própria. Anotar o cartão o cartão direitinho, explicar o cobrador, como é, e como não é. Aí lá se a freguesa pagar duas ou três prestação e não quiser pagar mais, aí o cobrador ou toma, ou briga lá mais ela, né.

Além das contendas que podem surgir a partir de um desentendimento entre cliente e crediarista, há também a exposição a outras situações de risco que não envolvem os sujeitos implicados diretamente na relação comercial. Situações que são típicas de quando se atua no espaço público com esse tipo de negócio ou em outros da mesma natureza. A população dos lugares onde os crediaristas atendem conhece muito bem a dinâmica da atividade, até porque eles participam ativamente do processo já que é o grupo-alvo daqueles trabalhadores.

Eles sabem que há crediaristas que vendem e aqueles que realizam a cobrança. Sabem também que o pagamento das parcelas é feito em dinheiro vivo. E, por isso, frequentemente os galegos são mira de assaltantes e saqueadores. Francisco me disse que por sorte ele nunca foi assaltado, mas quase todos os vendedores e cobradores que atualmente trabalham com ele já o foram. A respeito disso, Juca fez o seguinte relato:

JUCA: Teve o patrão do Egeu, aquele homem que foi lá ontem de noite, não tem? Que mora de frente a casa de Francisco. O patrão dele foi fazer uma cobrança e levou uns tiro na barriga.

PESQUISADOR: Mas você acha que eles atiraram pra matar mesmo?

JUCA: Foi, pra matar mermo. Se eles não quisessem matar atirava na perna... mas foi pra matar. Ele não morreu por sorte. Levaram ele que nem morto. Tava com duas semana ou era três semana que tinham roubado uma mota dele nessa mesma regiãozinha que ele tava. Do Francisco também já roubaram um bocado as motos dele que entregava pros cobrador ir fazer as cobranças. Mas ele é prevenido. Os transporte dele é tudo no seguro.

Em outra ocasião, conversando com Duran, eu o perguntei se ele já tinha passado por alguma situação de violência no trabalho e ele me respondeu o seguinte:

Não, eu graças a Deus nunca fui assaltado. Mas meus crediaristas já foram muito. O Capeta, meu irmão, já foi assaltado, já levou tiro. Com o Capeta foi duas vezes. Roubaram uma vez e na segunda não roubaram nada não, mas atiraram nele. Ele andava cobrando de moto com o outro menino. Quiseram assaltar, aí eles correram. Aí o ladrão atirou e pegou na perna dos dois. Na do outro atravessou só na carne e na do meu irmão quebrou o osso. Confusão grande a gente já teve também com vagabundo que compra e não quer pagar.

Por se tratar de um trabalho informal, a atividade dos galegos/crediaristas não dispõe de uma regulação que oriente o desempenho de papéis entre as partes envolvidas nessa relação comercial. Por isso, sabendo que será mais difícil estar sujeito a algum tipo de sanção legal, caso não cumpra com sua parte no acordo com o galego, ocorre muito frequentemente de o freguês realizar premeditadamente uma compra sem a intenção de fazer o pagamento, sendo tal situação potencialmente geradora de conflitos. Além disso, os galegos estão constantemente expostos à ação de criminosos que, sabedores de que o crediarista cobrador está portando dinheiro em espécie (já que esta é a única forma de pagamento aceita), armam emboscadas, ameaçam de morte e até atentam contra a vida desses trabalhadores a fim de espoliá-los. A partir do que foi exposto depreende-se que o trabalho no Crediário é seriamente vulnerável e, no exercício do seu ofício, o galego está sujeito a diversos tipos de violência. Inclusive, alguns dos crediaristas com quem conversamos narraram situações de conflitos ocorridos em função da atividade que descambaram em óbitos. Como bem disse Francisco, “quando a gente tá na rua, a gente tá sujeito a tudo”.

Depois de quase um mês na cidade de Aracaju, hospedado na casa de Francisco e Madalena, acompanhando a rotina laboral dos crediaristas que atuavam naquele Crediário (bem como conversando e coletando informações, quando possível, com outros galegos que também residem naquele bairro ou frequentam a casa de Francisco, mas que fazem parte de

outros agrupamentos), no dia 11 de agosto de 2018, eu me preparava para deixar a capital sergipana e retornar a Fortaleza.

Faz-se importante esclarecer que longe da tentativa de esgotar o conhecimento sobre a complexa realidade cotidiana laboral de galegos/crediaristas oriundos do município de Pio IX – Piauí pretendeu-se com essa pesquisa de inspiração etnográfica construir um retrato acerca do funcionamento da atividade que eles desempenham, a partir da observação *in loco* do contexto de trabalho desses sujeitos. E por meio do contato direto com esses trabalhadores, além da observação regular dos seus processos de trabalho, também foram averiguados aspectos respeitantes as suas trajetórias individuais que subsidiaram uma compreensão acerca da inserção e permanência na atividade.

Hoje enquadrada campo da informalidade laboral, a atividade desempenhada pelos galegos/crediaristas é um ofício de valor histórico, presente no Brasil desde a colonização e que foi assumindo contornos específicos em diferentes períodos e cenários históricos. Atualmente, tem sido uma estratégia de sobrevivência principalmente para uma parcela específica da população, constituída por jovens migrantes de pequenas cidades do interior do Nordeste brasileiro.

O intuito da presente produção dissertativa não é idealizar o trabalho precário, mas lançar luz e trazer para o debate uma atividade que é apenas mais um dos inúmeros artifícios laborais precários e invisibilizados aos quais recorre grande parte do contingente brasileiro apto a trabalhar, mas que não consegue ser abarcado pelo mercado formal. Também é importante frisar que não se trata a realidade do desemprego e da precarização de um fenômeno exclusivamente nosso. De acordo com Alves e Almeida (2009, p. 240)

Enquanto observamos a realidade do trabalho precário, a cada dia que passa se ampliando no Brasil, a literatura vem apontando o avanço sistemático dessa condição nos países desenvolvidos como um fenômeno que se globaliza, em que pese às especificidades de cada lugar, a exemplo das análises elaboradas por Hirata e Preteceille (2002), demonstrando o crescimento do trabalho “flexível” e precarizado na França e no Japão. Aproximadamente, um terço dos trabalhadores no mundo “ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego. Mais de um bilhão de homens e de mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado”. (ANTUNES, 2007, p.13).

Na ocasião da imersão em campo e, posteriormente, da análise dos dados coletados, confirmou-se o pressuposto de que a atividade dos galegos/crediaristas, apesar de situada no espectro do trabalho informal, dispunha de processos organizativos divergentes daqueles verificados nas organizações formais de trabalho. A constatação de uma prescrição informal da atividade; de categorias nativas norteadoras do agir laboral; de hierarquias e

relações de poder; e de estratégias de lida e resoluções de problemas, tais quais puderam ser verificadas ao longo deste capítulo, trouxe-nos a compreensão de que o trabalho no Crediário não é desempenhado irrefletidamente.

Além do planejamento, da divisão do trabalho, da utilização de categorias nativas norteadoras das práticas de trabalho e, de um modo geral, dos processos organizativos verificáveis no contexto da informalidade laboral, vale destacar a potencialidade da atividade dos galegos/crediaristas no que toca a construção de relações; a utilização e ocupação do espaço público (da “rua”) como campo do fazer laboral; e a presença dos afetos, seja em relação aos saudosismos de seus modos precedentes de vida (vale lembrar a condição de migrantes dos sujeitos pesquisados), seja pela constatação de significativos predicados comunitários em uma organização informal de trabalho, cujos membros pertencem a um mesmo grupo familiar.

Com a bagagem pronta e a passagem em mãos, despedi-me primeiramente de Madalena, dando-lhe um forte abraço de gratidão pela acolhida. O ônibus tinha previsão de saída ao meio dia em ponto. Em seguida, ao dirigir-me a Francisco para também agradecê-lo, ele sugeriu que nos despedíssemos quando chegássemos na rodoviária, pois ele me levaria até lá. Eu disse que não era necessário, que eu chamaria um Uber, pois não queria “dar trabalho”, mais do que já o tinha feito todos durante todos esses dias. Ele retrucou falando que trabalho eu estaria dando se não aceitasse. Além do mais, ele ainda afirmou que Juca tinha lhe repassado alguns cartões cujas parcelas da cobrança estavam atrasadas há mais de um ano e que o cobrador já as considerava perdidas. O patrão então estava de posse daqueles cartões e visitaria os endereços ali discriminados para tentar resolver o impasse. Ele ainda explicou que a rodoviária ficava no caminho do tuneral de Juca. Então seguimos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa, tivemos como principal intento compreender o funcionamento da atividade dos galegos/crediaristas oriundos do município de Pio IX, a partir da perspectiva dos próprios sujeitos envolvidos nesse trabalho. Para tanto, propusemos um diálogo entre a Psicologia Social do Trabalho e a Antropologia, através da pesquisa de inspiração etnográfica.

Essa comunicação interdisciplinar mostrou-se bastante profícua na medida em que subsidiou nossa imersão em campo (aprovisionando-nos de concepções e ferramentas da pesquisa antropológica) e nos levou a uma compreensão ampliada acerca dos pressupostos do cotidiano em que se baseia o trabalho no Crediário. Além disso, a Psicologia Social do Trabalho considera frutífero o diálogo com outras disciplinas das ciências sociais e humanas, pois estas podem nos auxiliar na busca de uma compreensão sobre a influência das dimensões social e política na elucidação de processos comportamentais.

Ao buscarmos um distanciamento das explicações psicologistas que atribuem a causa de comportamentos individuais a determinantes exclusivamente intrapsíquicos e partindo da concepção de que os contextos em que os sujeitos estão imersos impactam diretamente na produção de subjetividade desses indivíduos, a interseção entre esses dois campos de estudos também nos permitiu realizar um exercício de reflexão psicossocial ao situar os sujeitos e os seus processos subjetivos em um panorama mais amplo.

A partir da observação participante e do diálogo intensivo com os trabalhadores pesquisados, fizemos uma sistematização das estruturas organizativas da atividade dos crediaristas e elaboramos uma tipologia dos moldes mais comuns de Crediários que pudemos conhecer (simples, médios/intermediários e funcionais). Foi através da identificação - a partir da imersão em campo - de padrões relacionais e de estratégias cristalizadas de ação no trabalho entre os galegos, que obtivemos subsídios para elaborar tal classificação.

Os processos organizativos intrínsecos ao trabalho informal, de modo geral, divergem, em muitas de suas características, daqueles observados nas estruturas formais de trabalho. Na informalidade laboral é comum a inexistência de uma prescrição. O que se verifica é um arranjo regulatório próprio que orienta a execução das atividades baseando-se em regras tácitas alicerçadas e mantidas pela experiência no trabalho. Ou seja, os processos organizativos no trabalho informal têm uma regulação própria, não documentada e baseada na prática laboral cotidiana.

A imersão em campo e utilização de ferramentas da pesquisa etnográfica nos permitiu reconhecer a organização interna do Crediário, identificando hierarquias, estratégias e categorias “nativas” perpetradas por esses trabalhadores. Dentre os aspectos organizativos da atividade dos galegos/crediaristas que foram elucidados nessa pesquisa, podemos destacar: 1) a divisão interna do trabalho e as atribuições concernentes a cada uma das funções presentes no Crediário (o patrão, o vendedor, o cobrador, o estivador e o fiscalizador); 2) a venda de mercadorias realizada de forma parcelada; 3) a utilização dos “cartões” como instrumento de trabalho que perpassa todas as funções do Crediário e que também é fundamental para o controle de vendas, de cobranças e no pagamento dos funcionários; e, por fim, 4) a utilização de categorias discursivas internas que facilitam a compreensão de processos relativos à situação do trabalho e orientam a ação desses trabalhadores (tuneral, cair na rua, repasse, passar ficha, colecionar cartões, dar baixa nos cartões, bater cartão, cartão-controle, cartão-fantasma, furo e outras).

A migração e a informalidade laboral são dois aspectos que atravessam os trabalhadores com quem mantivemos contato durante o nosso trajeto de pesquisa e que - ainda que brevemente - foram discutidos nesse trabalho. Considerando que o recorte populacional estabelecido na nossa pesquisa se ateve aos galegos/crediaristas oriundos do município de Pio IX, no Piauí, e que o nosso *locus* de coleta de dados foi a cidade de Aracaju, em Sergipe, depreende-se que sujeitos pesquisados compartilham da condição de migrantes laborais. A visão que trouxemos acerca da migração compreende-a não apenas como o deslocamento de pessoas entre espaços geográficos distintos sem considerar os predicados humanos subjacentes a esses ambientes. De acordo com Scopinho (2017, p. 146)

a Psicologia Social do Trabalho pode se ocupar de problemas tais como: as consequências psicossociais dos processos migratórios realizados em busca de trabalho; os processos identitários; as representações dos sujeitos sobre supostos pares antagônicos, tais como: trabalho rural-urbano, desenvolvimento-atraso, tecnologia-improviso, gestão do trabalho familiar-gestão empresarial, entre tanto outros.

Ao migrar, o sujeito é confrontado com um cenário sociocultural distinto daqueles que fizeram parte, até aquele momento, do seu processo de desenvolvimento e da sua construção subjetiva. Partindo dessa ideia, podemos dizer que a migração tem uma dimensão psicológica, pelos impactos psicossociais produzidos nos sujeitos que incorrem nela. Acerca disso, constatamos que alguns aspectos relacionados aos modos pregressos de vida de muitos desses galegos ainda são bastante significativos para eles.

Entre as possibilidades laborais que existem atualmente nos grandes centros urbanos e nos espaços rurais, indo das mais claramente manifestas até as mais invisibilizadas, o emprego formal se apresenta como apenas uma dessas facetas. O mundo do trabalho vem passando por caras transformações, mas apesar dessas mudanças, a base dos processos econômicos permanece a mesma, desde a emergência do modo de produção capitalista, mantendo-se arrimada na acumulação de capital e na venda da força de trabalho.

A categoria profissional aqui estudada permite compreender a noção caleidoscópica do contexto atual do trabalho, com espaços modernos e tecnológicos convivendo com funções tradicionais e anacrônicas. É dessa conjunção que a articulação da psicologia social do trabalho e da inspiração etnográfica parece surgir como alternativa de compreensão da realidade complexa do mundo laboral e dos trabalhadores aí implicados.

Desde as últimas décadas do século XX e raiar do século XXI, a reestruturação das forças do capital, lastreada pela ideologia neoliberal, vem consubstanciando quadros de precariedade no nosso contexto do trabalho. Os consideráveis índices de informalidade laboral no Brasil destacam-se como característica historicamente constitutiva das nossas relações de trabalho, retornando com grande força na atual conjuntura. Vale também ressaltar que, no presente contexto, o papel do Estado enquanto minimizador das desigualdades e agente na garantia de direitos está cada vez mais reduzido.

A informalidade sempre foi um traço marcante nas nossas relações de trabalho. E tomando como referência analítica a conformação vigente do sistema capitalista e suas implicações sobre as relações laborais, podemos constatar que processos em voga tais como a flexibilização e precarização do trabalho, tendem a aumentar a inserção de trabalhadores nas modalidades atípicas (SATO, 2017).

Essas novas (e velhas) inserções laborais estão sendo incursionadas por sujeitos que são vítimas da espoliação pelo capital e desprovidos da proteção social por parte do Estado. Levando isso em conta, a Psicologia Social do Trabalho emerge com a proposta de lançar um olhar mais atento sobre essas atividades e esses trabalhadores com o objetivo de visibilizar essas realidades escusas.

Dedicar-se a compreensão da lógica de funcionamento dessas incursões econômicas “marginais”, considerando o contexto social e econômico mais amplo em que elas estão inseridas, bem como seus processos organizativos internos é

um passo importante para que a Psicologia Social do Trabalho possa criar formas de intervenção profissional e dar subsídios para a construção de políticas de proteção social. É importante referir que uma das principais motivações para estudar a

polimorfia do trabalho foi a de jogar luz nos trabalhos que não protegidos, criados pela população pobre com o objetivo de garantir a sobrevivência, cenário fiel à preocupação da PST em olhar o trabalho a partir do ponto de vista dos trabalhadores e seguindo os marcos da busca, manutenção e ampliação dos direitos de cidadania (SATO, 2017, p. 171)

Desse modo, ao nos empenharmos em compreender a atividade dos galegos/crediaristas a partir de uma perspectiva que leva em consideração os processos históricos mais amplos e também a história de sujeitos, que precisaram recorrer às estratégias como migração e inserção no trabalho informal para garantir a própria sobrevivência, consideramo-nos alinhados com o atual escopo da Psicologia Social do Trabalho.

Ao invés de simplesmente contribuir para a disseminação de um conhecimento que esteja a serviço do *status quo* e que tenha como principal objetivo a simples e pragmática adequação dos trabalhadores a defesa dos interesses das organizações, o psicólogo social do trabalho tem como incumbência refletir sobre as implicações subjetivas consumadas em decorrência da atividade que esses trabalhadores exercem, bem como sobre processos de exploração e contradições que podem ser apercebidas no mundo laboral. A partir da produção desse conhecimento, ele pode contribuir para a elaboração de estratégias que visem o melhoramento das condições de trabalho e de vida desses trabalhadores (NAVARRO, MACIEL E MATTOS, 2017). A esse respeito, Ribeiro et al (2017, p.114) também afirmam que

A pesquisa, quando é capaz de ouvir o que tem a dizer os trabalhadores, tem também o potencial de subsidiar públicas voltadas para o mundo do trabalho. Ainda, deve-se destacar que investigações que abordem criticamente realidades tidas como naturais podem colaborar na mobilização da opinião pública quando conseguem atravessar os filtros da grande imprensa.

Acreditamos que as exposições e discussões presentes neste texto cumpriram minimamente o papel de conferir reconhecimento aos galegos/crediaristas enquanto categoria tradicional de trabalhadores brasileiros que sobreviveu às mudanças impostas pela roda viva da história e que, no presente, se alinham a uma enorme gama de outros trabalhadores que atuam no âmbito da informalidade. Trabalhadores que, além de serem invisibilizados pela rotina convulsiva do mundo moderno, são também escamoteados pelas instâncias do Estado que regulam as relações trabalhistas, insistindo em negar seus direitos enquanto cidadãos, relegando-os a condições injustas de trabalho.

Reconhecemos também que, nesse trabalho, nós não esgotamos as perspectivas de pesquisa acerca dessa categoria de trabalhadores. Uma das possibilidades em aberto poderia ser uma investigação que tivesse como objetivo principal a busca pela compreensão dos

fatores que justificam a permanência de uma atividade tão tradicional em um contexto marcado pelo avanço da informática, dos recursos de comunicação e da, cada vez mais crescente, impessoalidade das relações. Outra possibilidade também poderia ser um estudo sobre galegos/crediaristas pautado no método de história de vida, o que nos permitiria elucidar trajetórias no trabalho informal e, a partir delas, compreender movimentos e reconfigurações no mundo do trabalho.

Ao mesmo tempo em que tradicionais e hodiernos, os galegos/crediaristas que estudamos aqui são uma clara representação do sujeito pós-moderno: híbridos, oscilantes e que encerram em si múltiplas identidades. O sujeito comunitário imigrante que foi propulsado para o âmago das cidades grandes e cujos valores comuns da pacata vida interiorana vão se diluindo nas tensões e no anonimato dos grandes centros. Para muitos, o galego é só “mais um” dos tantos trabalhadores invisíveis dentre aqueles que, como cantou Chico Buarque, há “milhões desses seres que se disfarçam tão bem que ninguém pergunta de onde essa gente vem [...] são faxineiros, balançam nas construções, são bilheteiras, baleiros e garçons...” E eles são, também, galegos.

Esperamos que com esse trabalho dissertativo possamos contribuir academicamente para consultas e pesquisas posteriores acerca dessa categoria tradicional de trabalhadores que, historicamente, tiveram e ainda têm grande relevância para a nossa nação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana Elisabeth Santos; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. Trabalho informal em tempos "globalizacionistas". **Histedbr**, Campinas, p.238-250, maio 2009. Mensal. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33e/art15_33esp.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- ANDRADE, L. **Introdução à sociologia das sêcas**. Rio de Janeiro: A noite, 1948.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 138 p.
- AQUINO, Cássio Adriano Braz de. Reflexões sobre a precarização laboral: uma perspectiva da Psicologia Social. In: II JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2005, São Luís. **Anais...** São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2005. p. 1 - 8. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Cassio_adriano_b._Aquino219.pdf>. Acesso em: 04 maio 2019.
- AQUINO, C. A. B. A precarização na perspectiva dos professores substitutos da UFC. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS UFES, v. 1, n. 1, 2011. **Anais...** Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/view/1526/1175> > Acesso em: 04 de maio de 2019.
- ARRAIS, M. S. M. C. **Terra e gente do Patrocínio**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.
- BARROS, José D'Assunção. Revisitando uma polêmica: as teses de Henri Pirenne sobre a economia medieval. **Economia e Desenvolvimento**, [S.l.], set. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/14971>>. Acesso em: 03 maio 2019.
- BASAGLIA, Claudete Camargo Pereira. **Nuvem de mascates: raízes que se rompem**. 2002. 184f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253636>>. Acesso em: 05 de maio de 2019.
- BRASIL. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jan. 2004.
- CARVALHO, Renata Guimarães de. **Redes Sociais e trabalho entre feirantes: o caso de uma feira de roupas na cidade de Fortaleza - Ce**. 2016. 176 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2016.
- CARVALHO, Maria do Carmo Reginato Gama de. **Fábrica: aspectos psicológicos do trabalho na linha de montagem**. 1981. 119 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

COCKELL, Fernanda Flávia; PERTICARRARI, Daniel. Retratos da informalidade: a fragilidade dos sistemas de proteção social em momentos de infortúnio. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1709-1718, mar. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000300008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 04 de maio de 2019.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006. 222 p.

COMÉRCIO. In: **Michaelis**: Dicionário online. Melhoramentos, 2015. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/com%C3%A9rcio/>>. Acesso em: 03 maio 2019.

COMPARATO, F. K. Capitalismo: civilização e poder. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 251-276, ago. 2011. Disponível em <<https://goo.gl/EwUMLi>> Acesso em 03 de maio 2019.

COUTINHO, Maria Chalfin; OLIVEIRA, Fábio de. Algumas ferramentas teóricas para o estudo psicossocial do trabalho: práticas cotidianas, processos de significação e identidades. In: COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Marcia Hespanhol; SATO, Leny. **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017. Cap. 4. p. 81-102.

DAMATTA, R. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987, 178 p.

DA SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, v. 7, n. 1, 11 dez. 2013.

DA SILVA, José Graziano. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, dez. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 de maio de 2019.

ESTEVES, Egeu Gómez; BERNARDO, Marcia Hespanhol; SATO, Leny. Fontes do pensamento e das práticas em psicologia social do trabalho. In: COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Marcia Hespanhol; SATO, Leny. **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017. Cap. 3. p. 49-80.

FONTES, Luiz Felipe Campos; JACINTO, Paulo de Andrade; FRANÇA, Marco Tulio. Programas de transferência de renda e migração interna: evidências do programa bolsa família. **Análise Econômica**, [S.l.], v. 37, n. 72, p.39-78, 1 abr. 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/70805>>. Acesso em: 05 de maio de 2019.

FRANKILN, Rubem Maciel. Galegos, imigrantes e comerciantes: sírio-libaneses no Ceará (1888-1930). In: ANPUH – Simpósio Nacional de História: História e ética, 15., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009. p. 1 - 9. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772004_35a01abdd801fe5f5be4a4312eb49df07.pdf>. Acesso em: 05 maio 2019.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, jun 1995. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 de maio de 2019.

GOULART, J. A. **O mascate no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1967.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 184 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/pio-ix/panorama>>. Acesso em: 04 maio 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Boletim mercado de trabalho: Conjuntura e análise nº 61, outubro 2016**. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28907&Itemid=9>. Acesso em: 04 maio 2019.

KURBAN, T. **Syrios e Libanezes no Brasil**. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1933.

LEÃO, Luís Henrique da Costa. Psicologia do Trabalho: aspectos históricos, abordagens e desafios. *In: Ecos: estudos contemporâneos da subjetividade, Campo dos Goytacazes, v. 2, n. 2, p.291-305, 22 nov. 2012*. Disponível em: <<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/download/1008/722>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

LE GOFF, J. **O Apogeu da Cidade Medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEITÃO, Cláudia. S. Nomadismo, Diáspora e Aventura: Uma Reflexão acerca do Imaginário Cearense a partir das Práticas do Comércio. *In: Gilmar. (Org.). Ceará de Corpo e Alma*. 1ed. Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 2000, v. 1, p. 64-76.

LIMA, Jacob Carlos; CONSERVA, Marinalva de Sousa. Redes sociais e mercado de trabalho: entre o formal e o informal. *In: Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho, João Pessoa, v. 24, p.73-98, abr. 2006*. Disponível em <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6602/4158>> Acesso em 04 de maio de 2019

MACHADO, Rildo de Macêdo. **Estudo para caracterização do crediarista no município de Missão Velha**. 2016. 45 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Centro de Estudos Sociais Aplicados - Cesa, Universidade Regional do Cariri, Crato, 2016.

NAVARRO, Vera Lucia; MACIEL, Regina Heloisa; MATOS, Tereza Gláucia Rocha. A questão do trabalho no Brasil: uma perspectiva histórica a partir do desenvolvimento industrial. *In: COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Marcia Hespagnol; SATO, Leny. Psicologia Social do Trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2017. Cap. 2. p. 25-46.

OLIVEIRA, Eveline Nogueira Pinheiro. **Empreendedorismo em cenário de precarização laboral: um estudo com trabalhadores de comida de rua**. 125 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para migração no Brasil e retorno ao nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo Perspec**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 134-143, Dec. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 de maio de 2019.

OLIVEIRA, Fábio de. Perspectivas psicossociais para o estudo do cotidiano de trabalho. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 41-50, abr. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642014000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 de maio de 2019

OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, v. 39, n. 1, p. 13-37, 6 jun. 1996. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579>> Acesso em 04 de maio de 2019.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos.**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010471832014000200015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 maio 2019.

PIMENTEL, Valdevez Cavalcante. **A aculturação do imigrante sírio no Piauí**: estudo de caso. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986. 134 p.

PINHEIRO, Francisco Pablo Huascar Aragão et al. Clínica da Atividade: conceitos e fundamentos teóricos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. 110-124, dez. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000300009&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 06 de maio de 2019.

PIRENNE, Henry. **As cidades da idade média**. 2. ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1971.

RIBEIRO, Marcelo Afonso et al. Práticas em Psicologia Social do Trabalho: pesquisa e intervenção. *In*: COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Marcia Hespanhol; SATO, Leny. **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017. Cap. 5. p. 103-126.

RIVERO, Patrícia S. **Trabalho: opção ou necessidade?** Um século de informalidade no Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

RODRIGUES, Arakcy Martins. **Indivíduo, Grupo e Sociedade**: Estudos de Psicologia Social. São Paulo: Edusp, 2005. 296 p.

SATO, Leny. Diferentes faces do trabalho no contexto urbano. *In*: COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Marcia Hespanhol; SATO, Leny (Org.). **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017. Cap. 7. p. 151-174.

SATO, Leny; COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Maria Hespanhol. A perspectiva da Psicologia Social do Trabalho. *In*: COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Marcia Hespanhol; SATO, Leny. **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017. Cap. 1. p. 11-24.

SPINK, Peter Kevin. Prefácio. *In*: COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Marcia Hespanhol; SATO, Leny (Org.). **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 7-10.

SPINK, Peter Kevin. Saúde mental e trabalho: o bloqueio de uma prática acessível. *In*: CAMPOS, Florianita Coelho Braga Campos. **Psicologia e saúde: repensando práticas**. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 91-102.

SPINK, Peter Kevin. Organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. **Psicologia e Sociedade**: 8(1): 174-192, jan./jun., 1996.

SPINK, Peter Kevin. Microcadeias produtivas e a nanoeconomia: repensando o trabalho decente. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 227-241, 1 dez. 2009. Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25752>> Acesso em 04 de maio de 2019.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. A Psicologia Social do Trabalho e os trabalhadores rurais. *In*: COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Marcia Hespanhol; SATO, Leny. **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017. Cap. 6. p. 127-150.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**, [S.l.], n. 11, p.1-13, 1 dez. 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/300>>. Acesso em: 04 de maio 2019.

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(ENTREVISTA)

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Gostaria de obter a sua autorização para que você participe da pesquisa intitulada **“TODA VEREDA DE ROÇA VAI DESCAMBAR NA CIDADE: O TRABALHO DOS GALEGOS/CREDIARISTAS”**, que objetiva compreender e como se organiza a atividade de um grupo de trabalhadores informais, popularmente conhecidos como “galegos” ou “crediaristas”. A sua participação se dará por meio de uma entrevista que abordará questões relativas ao seu trabalho e ao modo de desempenhá-lo à sua história de vida.

Essa pesquisa ajudará na compreensão da permanência de uma atividade tradicional em um contexto de trabalho complexificado e cujas relações de comércio são em grande medida mediadas pela tecnologia.

Você terá a liberdade de se recusar a participar e pode, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você. Sempre que quiser, você pode pedir informações sobre a pesquisa com o professor Cássio Adriano Braz de Aquino, pelo telefone (85) 3366-7735, Endereço: Avenida da Universidade, 2762.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais e nem envolve nenhum tipo de pagamento de sua parte. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à dignidade dos participantes.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais e analisadas pelos pesquisadores a apenas eles terão conhecimento dos dados.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do HUWC – Rua Capitão Francisco Pedro 1290, Rodolfo Teófilo; fone: 3366-8589 – E-mail: cephuwc@huwc.ufc.br

Caso você se sinta suficientemente informado a respeito das informações que leu ou que foram lidas para você sobre os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes e que sua participação é voluntária, que não há remuneração para participar do estudo e se você concordar em participar solicitamos que assine no espaço abaixo.

Fortaleza, ____ de _____ de 2018.

Nome do participante

Fortaleza, ____ de _____ de 2018.

Francisco de Assis Alencar Pereira Filho

Pesquisador